UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Gabriela Guimarães Cavalcanti

HOMOPARENTALIDADE E OS EFEITOS DA MATRIZ HETEROSSEXUAL: Uma
análise *queer* sobre a adoção conjunta por pessoas do mesmo sexo no Judiciário

Recife
2015

GABRIELA GUIMARÃES CAVALCANTI

HOMOPARENTALIDADE E OS EFEITOS DA MATRIZ HETEROSSEXUAL: Uma análise *queer* sobre a adoção conjunta por pessoas do mesmo sexo no Judiciário

Dissertação apresentada à Coordenação do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito a obtenção do grau de Mestre em Direitos Humanos, sob orientação do Prof. Dr. Gustavo Gomes da Costa.

Recife
2015

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria Valéria Baltar de Abreu Vasconcelos, CRB4-439

C376h Cavalcanti, Gabriela Guimarães

Homoparentalidade e os efeitos da matriz heterossexual: uma análise Queer sobre a adoção conjunta por pessoas do mesmo sexo no judiciário / Gabriela Guimarães Cavalcanti. – Recife: O Autor, 2015.
165 f.

Orientador: Gustavo Gomes da Costa Santos.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Direitos Humanos, 2015.
Inclui referências.

1. Direitos humanos. 2. Adoção. 3. Linguagem e Direito. 4. Filosofia. I. Santos, Gustavo Gomes da Costa (Orientador). II. Título.

341.48 CDD (22.ed.)

UFPE (CAC 2015-81)

GABRIELA GUIMARÃES CAVALCANTI

**HOMOPARENTALIDADE E OS EFEITOS DA MATRIZ HETEROSSEXUAL:
uma análise *queer* sobre a adoção conjunta por pessoas do mesmo sexo no
judiciário.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Direitos Humanos da Universidade Federal de
Pernambuco como requisito para a obtenção do Grau de
Mestre em Direitos Humanos, em 25/02/2015.

DISSERTAÇÃO APROVADA PELA BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Gustavo Gomes da Costa Santos
Orientador – PPGDH - UFPE

Prof^a. Dr^a. Maria Virgínia Leal
PPGDH - UFPE

Prof^a. Dr^a. Marion Teodósio de Quadros
PPGA - UFPE

Recife – PE
2015

Às meninas P.K.L.B e P.S.L.B, irmãs biológicas,
adotadas pelos requerentes no ano de 2008, com cinco
e sete anos de idade, respectivamente.

AGRADECIMENTOS

Neste momento em que toda a Graça, generosidade, amizade nos são dadas de coração, devemos agradecer.

Ao Cristo Deus, a quem escolhi seguir, Jesus de Nazaré, que escandalizou pelo Amor, pela Humildade, pelo Respeito e pela Cultura de Paz.

A todos os que me ensinaram, na prática, a desejar a diversidade como um indispensável antídoto ao totalitarismo: os amigos e suas diferentes visões de mundo, religiosos, agnósticos e ateus que, na grandeza de suas humanidades, dialogaram comigo no decorrer dessa pesquisa e reforçaram a minha esperança nos Direitos Humanos.

Agradeço ao meu orientador, Gustavo Gomes da Costa Santos, por todas as realizações das quais participou ativamente em minha caminhada. Agradeço por ter me apresentado a teoria *queer*, pelos direcionamentos na experiência no Grupo de Pesquisa em Direitos Humanos, Poder e Cultura em Gênero e Sexualidade – *Diversiones*, pelo aprendizado proporcionado no estágio em docência e por não medir esforços para o aprimoramento da minha pesquisa durante todo este tempo.

Aos colegas de mestrado que se tornaram amigos: Patrícia Guarany, Fernando Cardoso, Sandra Lucena, Paulo Valfredo e Kalline Lira, por seguirem comigo nesta empreitada, ensinando-me, cada um a seu modo, sobre coragem, solidariedade, desprendimento e muito bom humor, atitudes adotivas que tornaram o percurso acadêmico mais coerente, fraterno e revigorante.

Ao pessoal da Secretaria do PPGDH, em especial a Karla Monteiro, pela eficiência e pelo carinho com todos os alunos do programa.

Ao pessoal da 2ª Vara da Infância e Juventude da Comarca do Recife, em especial ao Exmo. Hélio Braz e à Exma. Sônia Stamford, que viabilizaram o meu acesso aos autos do processo de adoção por pessoas do mesmo sexo, que compõem o estudo documental desta pesquisa.

À FACEPE (Fundação de Amparo à Pesquisa e Tecnologia de Pernambuco), pela concessão da bolsa durante o período de realização desse mestrado.

À Prof.^a Virgínia Leal, que dedicou críticas indispensáveis ao meu trabalho desde os primeiros meses do mestrado, redimensionando a minha *linguagem* com eficiência, bom humor e sagacidade, assim como conduz as suas aulas e coordena o PPGDH - UFPE.

À Prof.^a Marion Teodósio, pela riqueza de detalhes na problematização e correção dos meus escritos ainda na fase de Qualificação da pesquisa.

Ao Prof. Arthur Stamford, pela valiosa experiência nas tardes de estudo de *Sociologia Jurídica* no Moinho Jurídico.

À Prof.^a Celma Tavares, por sua amizade e por seus ensinamentos em *Educação para os Direitos Humanos*, que fizeram a diferença no meu percurso profissional e pessoal desde o primeiro semestre no PPGDH.

Ao Prof. Fernando da Silva Teixeira Filho, um dos meus referenciais teóricos, pela acessibilidade, pelas palavras de incentivo e pela gentileza de enviar diversos materiais digitalizados, inclusive a sua recente tese de livre docência em *Psicologia*.

À Prof.^a Fátima Quintas, presidente da Academia Pernambucana de Letras, pela conversa generosa e prolongada sobre as suas obras em *Antropologia e o Familismo no Brasil*.

A Cássio Bezerra Lucena, por seu companheirismo, carinho e cumplicidade, que, juntamente com os seus pais, Solange Bezerra e Humberto Lucena, o seu irmão Mateus Lucena, a sua prima Marília Bezerra e os seus tios Fátima Bezerra e Lenilson Torres, ofereceram-me apoio constante e acolhidas sempre afetuosas em suas casas para tardes de estudo, deliciosos almoços, passeios, conversas intermináveis e boas risadas.

Às minhas amigas Laisa Minelle, Alba Meireles e Juliana Curti, não só por nossa divisão de espaço e de responsabilidades domésticas durante o nosso período na capital pernambucana, mas também pela confiança depositada e pela partilha de alegrias, conselhos, preocupações, confissões, esperanças e lágrimas por toda a vida.

À minha querida Vera Lúcia da Silva, que cuidou de mim durante anos, agradeço-lhe por tudo que não cabe no papel: o apoio incondicional durante toda a infância, as tardes de risadas, o primeiro pulo de alegria ao saber da minha aprovação no mestrado.

Aos meus pais, Martha Guimarães Cavalcanti e João Batista Cavalcanti e ao meu irmão, Luis Pedro Guimarães Cavalcanti, amores da minha vida e razões maiores do meu empenho pessoal, do meu amor e da minha felicidade, que compensaram a distância em abraços, a saudade em beijos e os desânimos em constante mensagens de incentivo. Quando aceitaram reconsiderar seus próprios posicionamentos e viajaram comigo em novas leituras sobre diversidade e respeito, tais atitudes adotivas transformaram os nossos vínculos biológicos em apenas detalhes.

A toda a minha família, aqui representada pela minha amada madrinha Emília Guimarães, amor de toda a vida que adotou-me incondicionalmente como sua filha mais velha; aos meus tios Domingos Sávio, Wilnar Guimarães e Bel Cavalcanti, que não canso de admirar; aos meus queridos Franklin Guimarães e Gabriela Freire, irmãos queridos que, com

tanto carinho, me apoiam e me acolhem; à Hannah Gurgel, minha cunhada sempre tão carinhosa e amiga; ao meu incentivador, Eduardo Cavalcanti e, finalmente, aos meus “cancoinhos”: Maria Clara, Domingos Sávio, André, Maria Fernanda, Natália e Mariana, que compreendem o significado de uma *atitude adotiva* e renovam as minhas esperanças nos Direitos Humanos, tornando a minha vida mais alegre, amorosa e inspiradora.

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo investigar, sob a ótica *queer* desenvolvida pela filósofa Judith Butler, os sentidos subjacentes à adoção por pessoas do mesmo sexo na realidade brasileira, tendo como foco de análise o primeiro caso processado e julgado no Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (2007-2008). A partir dos estudos sobre os efeitos da matriz bioparental e heteronormativa na adoção, buscamos realizar a (re)leitura da história da adoção no Brasil, compreendendo os significados – religiosos, morais, sociais – que a prática ocupou ao longo do tempo. Paralelamente, desenvolvemos uma série de problematizações sobre identidades, homossexualidade e heterossexualidade e sobre o questionamento em Butler (2003a) se o parentesco está adstrito aos termos de uma matriz heterossexual legitimadora. Consideramos, segundo Teixeira Filho (2010) que a sobreposição dos laços de sangue hierarquiza os vínculos de filiação ao sustentar uma “essência” humana em procriar e continuar existindo através dos filhos, pondo em evidência os valores heteroreferentes dos papéis sociais de gênero que essa naturalização implica. Tal referência, reiterada/recitada na adoção, operaria uma série de efeitos, desde a expectativa de (hetero)normalização de casais do mesmo sexo à sua tentativa de docilização, por meio do uso reiterado do termo homoafetividade. Assim, o trabalho pretende realizar uma leitura, a partir de uma perspectiva interdisciplinar em direitos humanos, dos termos do debate no processo judicial em análise, com atenção à articulação entre as vozes dos pretendentes à adoção, das crianças, da equipe interprofissional e multidisciplinar, do Ministério Público e do órgão julgador. Por conseguinte, quer-se questionar em que medida, especialmente no âmbito da adoção conjunta por dois homens em análise, o parentesco é tido como heterossexual ou, no mínimo, adstrito aos termos da heterossexualidade normativa.

Palavras-chave: Homoparentalidade: Adoção conjunta. Heteronormatividade. Teoria Queer.

ABSTRACT

This dissertation aims to investigate, under Judith Butler's queer lenses, the meanings underlying the adoption by a same sex couple in the Brazilian reality through the study of the first case prosecuted and judged in the Court of the State of Pernambuco (2007-2008). Inspired by studies on the effects of bioparental and heteronormative matrix in adoption practices, we seek to achieve a (re) reading of the history of adoption in Brazil, comprehending the meanings – religious, moral, social – revolved around this practice over time. At the same time, we problematized topics such as identities, homosexuality and heterosexuality, as well as Butler's questioning of whether kinship is always bounded to the terms of a legitimizing heterosexual matrix. We believe that, as Teixeira Filho (2010) has clearly explained, the coincidence of blood ties ranks the bonds of belonging by sustaining a human "essence" to procreate and a desire to remain alive through the lives of their children. This naturalization implies the heteronormativity of social gender roles values. Such reference, repeated / recited in the adoption process, probably operates a number of effects from the expectation of (hetero) standardization of same-sex couples to the attempt of highlighting the docilization of these couples through the exhaustive use of the term "homoafetividade". From an interdisciplinary perspective on human rights, this work pursues a different reading about the terms of the debate in the judicial process under review, with attention to the relation between the voices of the couple who applied for the adoption of the children, the judicial interprofessional and multidisciplinary team, the prosecutor and the judge. Therefore, we hope to discuss to what extent, especially in the context of the same sex joint adoption, is kinship always considered heterosexual or at least attached to the terms of normative heterosexuality.

Keywords: Homoparenthood. Joint adoption. Heteronormativity. Queer Theory.

LISTA DE SIGLAS

ABIA RJ	Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS do Rio de Janeiro
ABGLT	Associação Brasileira de Lésbicas, Gays e Travestis
ADI	Ação Direta de Inconstitucionalidade
CRFB	Constituição da República Federativa do Brasil
CCB	Código Civil Brasileiro de 2002
CNA	Cadastro Nacional de Adoção
CNDM	Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CPCB	Código de Processo Civil Brasileiro de 1979
DH	Direitos Humanos
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990
GAPA SP	Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS de São Paulo
INAMPS	Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social
INFOADOTE	Sistema de Informação para acompanhamento das Adoções
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis
NAEF	Núcleo de Adoção e Estudos da Família
ONU	Organização das Nações Unidas
ONG	Organização Não Governamental
PCR	Projeto Parceria Civil Registrada
PNDH	Programa Nacional de Direitos Humanos
REsp	Recurso Especial
SEDH	Secretaria Especial de Direitos Humanos
STF	Supremo Tribunal Federal
STJ	Superior Tribunal de Justiça
TJPE	Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	09
2	PENSANDO IDENTIDADES E CONJUGALIDADES: A TEORIA <i>QUEER</i> E A MATRIZ HETEROSSEXUAL	18
2.1	Gênero, sexualidade, identidade e diferença: subversões	20
2.2	O movimento feminista e LGBT: traçando um histórico	27
2.2.1	O movimento feminista: da diferença entre os sexos à categoria gênero	27
2.2.2	A história do movimento LGBT	35
2.3	<i>Queer</i> para quê: a desconstrução geral da ontologia social	42
2.4	A conjugalidade entre pessoas do mesmo sexo: (re)visitando histórias	15
3	A ADOÇÃO NO BRASIL: MARCAS REVISITADAS NA CONTEMPORANEIDADE	54
3.1	Famílias, adoção e homossexualidade	56
3.1.1	Breves considerações sobre a bioparentalidade na história do Brasil	56
3.1.2	Parentalidade e homossexualidade: homoparentalidade?	65
3.2	O “sangue” e os alinhamentos maternidade/feminilidade/fertilidade paternidade/masculinidade/virilidade	68
3.3	O parentesco é sempre tido como heterossexual?	75
4	A FAMÍLIA FORMADA PELA ADOÇÃO CONJUNTA POR PESSOAS DO MESMO SEXO	86
4.1	O estudo de caso e a pesquisa documental: considerações iniciais	88
4.2	A conversão da adoção singular em adoção conjunta: a realidade fática e a adequação jurídica	91
4.3	A busca pela “normalidade” na “nova” família	107
5	AFETO, UNIÃO HOMOAFETIVA, HOMOAFETIVIDADE: UMA ADEQUAÇÃO À MATRIZ HETEROSSEXUAL?	116

5.1	O lugar do feminino na educação de crianças adotadas pelo casal gay	119
5.2	A desbiologização da paternidade e o valor jurídico do afeto	126
5.3	Entre estratégias linguísticas estabilizadoras e lutas por direitos: “homoafetividade” como escolha política	128
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
	REFERÊNCIAS	155

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação teve por ignição um acontecimento do meu oitavo semestre letivo do curso de Direito na Universidade Estadual da Bahia, no ano de 2010. Estava na plateia de apresentação da Monografia de um grande amigo, que tratava do tema da Teoria Interpretativa Constitucional para a admissibilidade da união civil entre pessoas do mesmo sexo. Naquela ocasião, tivemos que “engolir a seco” uma banca de professores composta por um advogado e dois magistrados (todos do sexo masculino) que, em tom de deboche, folheavam o trabalho e, menosprezando a sua qualidade, sussurravam piadas, especulando sobre a orientação sexual do aluno, para o constrangimento do mesmo, da sua namorada e de todos nós.

Um ano depois, o Supremo Tribunal Federal (STF) equiparou a união estável heterossexual à união entre pessoas do mesmo sexo. Na qualidade de membros do Centro Acadêmico dos Discentes de Direito da Universidade Estadual da Bahia – CADDI UNEB, fizemos questão de problematizar o tema ao máximo nos corredores da faculdade, nas salas de aula, principalmente nas aulas dos professores que compuseram aquela banca de avaliação.

Em razão desses debates nos Tribunais Superiores noticiados nos veículos midiáticos, tanto no ambiente acadêmico quanto nos diálogos com conhecidos nas ruas ou nos grupos religiosos de jovens, por exemplo, o tema sobre a admissibilidade jurídica da adoção conjunta por pessoas do mesmo sexo ganhou maior efervescência.

Naquele ano de 2011, o profundo incômodo com o senso comum a respeito da parentalidade gay e lésbica fez-me dedicar maior atenção ao que se dizia e ao que ocorria ao meu redor a respeito desse assunto. Notei que tanto nos órgãos judiciais em que frequentava como estagiária de Direito quanto em eventual fila de supermercado, por exemplo, o debate estava irremediavelmente impregnado por quatro *espécies gerais* de argumentos, apresentados isolada ou cumulativamente, que anotava em meu caderno da universidade:

I) A *antinaturalidade*: Permitir a adoção é ceder à “anormalidade”; trata-se de família “contra a natureza”; dois homens ou duas mulheres não podem “reproduzir”, portanto, “a própria biologia não permite que tenham filhos”;

II) A *contrariedade bíblica*: Deus fez o homem e a mulher para crescer e multiplicar; a família é aquela formada pelo homem e pela mulher e os seus filhos, sob os desígnios de Deus; “estão querendo brincar de Deus”

III) O *prejuízo simbólico para a diferença sexual e a homofobia*: As crianças terão prejuízos em sua formação pela ausência da “figura” materna ou paterna; além disso, há um sofrimento causado ao adotante em razão do preconceito na escola e na sociedade, ou seja, para atender aos “caprichos” do casal de pessoas do mesmo sexo, “não pensam” como a criança irá sofrer;

IV) O *abuso sexual*: Desconfianças sobre as “intenções ocultas” dos adotantes, como possíveis exploradores sexuais inaptos a cuidar e educar crianças e adolescentes.

Algum tempo depois, recém-graduada, em 2012, decidi que tentaria a seleção do mestrado em Direitos Humanos para pesquisar a relação do judiciário com a adoção conjunta entre pessoas do mesmo sexo. Aprovada no certame, iniciei as pesquisas e, juntamente com o meu orientador, passamos a investigar os primeiros deferimentos judiciais de adoção conjunta por pessoas do mesmo sexo no Brasil, quando então obtivemos, no banco de sentenças do sítio eletrônico *Direito Homoafetivo*, o dado que o primeiro caso de decisão jurídica em Pernambuco havia sido ainda no ano de 2008, na 2ª Vara da Infância e Juventude da Comarca do Recife.

Decidimos, então, por um aprofundamento da pesquisa com esse estudo de caso, solicitando ao respectivo órgão jurisdicional, mediante declaração de compromisso com o acesso apenas para fins acadêmicos e com a manutenção do sigilo do nome das partes, o acesso a todo o processo judicial, que compunha o primeiro caso de adoção conjunta por pessoas do mesmo sexo no estado de Pernambuco, desde o ato de desabrigo das crianças e o deferimento do estágio de convivência até a decisão jurídica emitida.

Inicialmente apegada à preocupação com a argumentação jurídica e empregando uma linguagem inadequada e jurídico-tecnicista, fui orientada, aos poucos, a desconstruir as amarras da linguagem em “juridiquês” e, sobretudo, aprofundar os estudos e as leituras em Psicologia, Sociologia e Antropologia, de modo a tornar a pesquisa, de fato, *multifocal* em Direitos Humanos.

Tendo em vista que o Direito, em razão de seu caráter normativo, tende a monopolizar os dizeres, os sentidos e os significados das famílias, dos direitos referentes à sexualidade e reprodução e dos direitos da criança e do adolescente, entendemos que os processos e as decisões judiciais são um espaço privilegiado para o exercício dessa visão crítica e interdisciplinar sobre o tema.

Nesse fluxo, a leitura reiterada do texto *O parentesco é sempre tido como heterossexual?*, de Judith Butler (2003)¹, tornou-se o marco para o desenvolvimento das problematizações sobre o tema. A partir do projeto filosófico feminista e pós-estruturalista butleriano, intentamos apresentar questionamentos sobre recortes de legitimidades que são expressos, na decisão, por meio e escolhas lexicais que referenciam ou negam referência a demandas políticas e reconhecimento de direitos. Podemos dizer, portanto, que a dissertação pretende investigar a potencialidade crítica da teoria *queer* em relação à adoção conjunta por pessoas no mesmo sexo na realidade brasileira e pernambucana.

Diante dessa breve contextualização, apresentamos como nosso problema de pesquisa: “O primeiro caso de adoção conjunta por pessoas do mesmo sexo legitimado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco corrobora a crítica butleriana segundo a qual o parentesco é sempre tido como heterossexual?”

Assim, a pesquisa dirige-se ao objetivo geral de, sob a ótica *queer* butleriana, investigar os sentidos subjacentes à adoção por pessoas do mesmo sexo na realidade brasileira a partir de um caso concreto, o Processo de N.001.2007.022128-7, tramitado na 2ª Vara da Infância e Juventude da Capital do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco. Enquanto objetivos específicos, intentamos

I) *Compreender* as características e consequências do implante dos paradigmas da heteroparentalidade e da bioparentalidade na cultura jurídica brasileira e nas práticas sociais sobre a adoção, compreendendo o papel da parentalidade heterodiscordante nas transformações históricas e sociais dessa realidade;

II) *Estudar* o processo de (hetero)normalização dos arranjos familiares, em atenção à intencionalidade linguística no emprego de certas terminologias em detrimento de outras, à história dos movimentos identitários e ao “assimilacionismo estratégico” nos processos de reconhecimento de direitos;

III) *Analisar*, em uma perspectiva interdisciplinar, em que sentido se estabelece um diálogo entre os atores envolvidos no processo de adoção no processo e na sentença objetos de estudo: os requerentes da adoção, as crianças, o Ministério Público, a equipe psicossocial e multidisciplinar e o órgão de decisão.

Por conseguinte, apresentamos também nossas três hipóteses de pesquisa:

¹ Obra original em língua inglesa (2002): *Kinship Always Already Heterosexual*, em **Differences: A Journal of Feminist Cultural Studies** (13)1, 2002, pp.14-44, cuja tradução pelos Cadernos Pagu (2003) é utilizada e referenciada em todo o percurso dessa dissertação.

I) Os paradigmas da heteroparentalidade e bioparentalidade hierarquizam os vínculos de filiação, na medida em que afirmam uma “essência” humana para procriar e revelam o projeto heterorreferente dos papéis sociais de gênero que irradia seus efeitos para a cultura da adoção;

II) O processo de reconhecimento de diferentes arranjos familiares perpassa por sua (hetero)normalização, que pode ser avaliado mediante a análise da intencionalidade linguística no emprego de certas terminologias em detrimentos de outras, da história dos movimentos identitários e na análise crítica do denominado *assimilacionismo estratégico* nos processos de reconhecimento de direitos;

III) As diversas vozes dos atores envolvidos no processo de adoção objeto de estudo fornecem um arcabouço interdisciplinar que, reproduzido na decisão, viabiliza uma abertura para uma análise crítica sobre a “homoparentalidade” e os direitos – atendidos e/ou violados – das crianças e dos adolescentes.

Para a construção do presente estudo, foram adotados vários procedimentos metodológicos necessários e adequados para a obtenção de respostas aos questionamentos e aos objetivos apresentados. A partir disso, o método de abordagem científica destacado articula-se com os seguintes tipos de pesquisa: a Pesquisa Bibliográfica e a Pesquisa Documental.

Sobre a pesquisa denominada *Bibliográfica*, Minayo (2010) esclarece que esse tipo de pesquisa apresenta elementos que subsidiam a análise dos dados e imprime o aspecto teórico, com base na compreensão crítica do pesquisador. A presente pesquisa tem por característica, portanto, a revisão de material bibliográfico acerca dos temas propostos.

Quanto aos objetivos, a pesquisa é classificada como exploratória, porquanto intenta a máxima familiarização da investigação com os pontos sensíveis dos problemas relacionados à pluralidade de existências/vínculos humanos, de modo envolver a transversalidade e intercomunicação dos estudos bibliográficos pertinentes ao estudo interdisciplinar do processo e da decisão jurídica, que são objetos desta investigação.

Já no que diz respeito aos procedimentos técnicos, a pesquisa pretendida enquadra-se como Pesquisa *Documental*, viabilizada a partir da análise de documentos – requerimentos dos adotantes, relatório psicossocial e multidisciplinar, parecer ministerial e sentença judicial. Entende-se, segundo Lüdke e André (1986), que a análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema.

A partir da análise de relatórios psicossociais, manifestações do autor, pareceres ministeriais, decisões etc. é possível investigarmos como se opera a força normativa de reconhecimento e legitimidade para questões sociais reais e contingenciais. Daí a razão pela qual merecem ser objeto de atenção, reflexão e crítica da pesquisa em direitos humanos e que as justificam como fonte da pesquisa documental para a presente investigação no tema da adoção.

Conforme aprofundaremos em nosso Capítulo 3, optamos pelo denominado *estudo de caso*, que pode ser descrito, brevemente, como uma escolha de pesquisa de pouca área de abrangência, mas que fornece, em compensação, a possibilidade de um detalhamento e uma profundidade temática.

É possível dizer, nesse sentido, que o estudo de caso apresenta por vantagem exatamente o fornecimento de dados detalhados, que nos permitem a análise das configurações da parentalidade gay e lésbica de acordo com as particularidades de cada família – classe social, nível profissional etc. Além disso, possibilita a experiência para o pesquisador do contato direto com as operações de reconhecimento realizadas, nesse caso, pelo Judiciário.

Em contrapartida, advertimos que esse tipo de pesquisa apresenta uma limitação quanto ao fornecimento de resultados e reflexões mais generalizantes. Assim é que os resultados obtidos não podem ser extrapolados como referência universalizada à adoção por pessoas do mesmo sexo no Brasil, nem mesmo no estado de Pernambuco. Significa dizer que o nosso estudo tem direção vertical/profundidade em detrimento da horizontalidade/abrangência sobre o fenômeno analisado.

Quanto à forma de abordagem, trata-se de *Pesquisa Qualitativa*, caracterizada pela existência de uma necessidade de explorar o fenômeno social da adoção e da homoparentalidade na adoção à luz da tutela dos direitos humanos. A opção por esse tipo de pesquisa se justifica pela não redução dos objetos a simples variáveis, mas sim representados em sua totalidade, dentro de seus contextos cotidianos. A partir da dimensão qualitativa, é possível falar em abertura, flexibilidade, a capacidade de observação e de interação com o grupo de sujeitos e atores sociais investigados na medida de sua *inter-relacionalidade*.

Feitos os esclarecimentos e justificativas sobre os aspectos metodológicos empregados, algumas observações acerca da nomenclatura adotada na dissertação já se fazem necessárias, embora o tratamento e análise crítica da maioria delas componha o próprio objeto de estudo desta pesquisa. Quando nos referimos aos gays, utilizamos essa palavra sem itálico

por considerarmos que seu amplo uso em nossa língua pátria já dispensa da referência à sua origem inglesa¹³.

Diversamente, o termo *queer* será apresentado em itálico justamente por sua ausência quase total em nosso léxico cotidiano. *Queer*, em tradução livre da língua inglesa, pode ser correlacionado ao que é “estranho” ou “esquisito” e faz parte, segundo Licínio (2014), daquela longa fila de palavras que foram usadas para ofender, mas acabaram por ser absorvidas ressignificadas pelas pessoas a quem serviam de insulto e utilizadas como *autorreferência contraofensiva*.

Com relação aos atritos da teoria *queer* com o feminismo, embora ciente das diversas correntes teóricas divergentes que vicejam dentro do feminismo, tomamos por objeto de análise os essencialismos sustentados de um modo geral pelas suas mais importantes pensadoras, pois, mesmo quando emergente o estudo da *categoria gênero* em detrimento da *categoria mulher*, ainda assim, o corpo era tido como um dado biológico inato/determinado sobre o qual se inscreve o gênero.

Feitas tais advertências, podemos justificar que também nos eximimos da tarefa de esgotar todas as linhas de pensamento crítico, surgidas a partir dos anos 1960, a exemplo dos estudos pós-coloniais, a teoria racial crítica ou os estudos críticos do direito (*critical legal studies*), uma vez que, sem desprezar suas valiosas contribuições, podemos considerá-los como linhas de enfrentamento paralelas à teoria *queer*, à qual nos filiamos.

Sobre a (pós)estrutura da dissertação, propriamente, podemos dizer que, em nosso primeiro capítulo, ingressamos na abordagem do conceito de *identidades*, que tem sido alvo de severas críticas. Iniciamos por Foucault (1988) que, dentre outros historiadores, situou no século XIX uma mudança no pensamento europeu: deixou de ver a sexualidade como uma função de atos genitais isolados e proibidos e passou a vê-la como uma função de definições estáveis de *identidade*, de modo que demarca personalidade de alguém como homossexual mesmo na ausência de qualquer atividade genital.

Segundo a tese foucaultiana, trata-se do período de formação de uma *scientia sexualis*³⁰, ou seja, forma de saber científico cuja pretensão e ambição seria formular uma verdade uniforme sobre o sexo e a sexualidade e que erigiu o sexo a objeto de cientificidade. Trata-se da denominada “invenção da sexualidade” pela cultura vitoriana ocidental, responsável pela produção e reprodução de um conhecimento “genuíno” sobre as causas, ocultações e injunções que o sexo impõe aos corpos e às almas e cuja base material é o impacto da crescente industrialização, urbanização e secularização da sociedade europeia do século XIX.

Reduzidos os sujeitos e sujeitas a cápsulas de identidade hermeticamente definidas e “cientificamente” explicadas, a “era vitoriana”, à qual se refere Foucault, inaugura um período que culmina nas tentativas de nomear, explicar e definir a *pessoa homossexual*, projeto esse tão ansioso por distinções que produziu, de acordo com Sedwick (2007), uma categoria ainda mais nova, a da *pessoa heterossexual*.

Desse modo, para que pudéssemos estabelecer um ponto de partida para a análise da adoção conjunta por pessoas do mesmo sexo pelas lentes da teoria *queer*, foi necessário desenvolvermos, no Capítulo 1, uma discussão teórica sobre gênero, sexualidade, heterossexualidade, movimentos sociais, identidade e diferença.

Traçamos nesse capítulo o caminho percorrido pelos movimentos de luta por reconhecimento de gays e lésbicas, desde o momento em que se destacaram do discurso de base comum surgido no âmbito do feminismo. Estabelecemos, além disso, as ambivalências e contradições dessas movimentações ao pleitearem em suas demandas.

Assim é que apresentamos o histórico dos movimentos feministas e dos movimentos LGBT, a fim de compreendermos a que se presta a teoria *queer* na revisão dessas histórias. Nesse contexto, já antecipamos a questão do casamento igualitário, apresentando-o como um dos pontos centrais de problematização butleriana.

Podemos dizer que é precisamente a categorização de pessoas segundo identidades de caráter sexual uma das mais importantes peça-chave para os teóricos *queer*. Desse modo, nas palavras de Licínio (2014), o assimilacionismo é, seguramente, uma importante divergência *queer* em relação aos diversos feminismos não radicais e aos movimentos políticos de gays e lésbicas, quase em pé de igualdade com a querela do essencialismo.

A partir de tais digressões, pensamos, no Capítulo 2, sobre a história da adoção e o que elas têm a nos dizer sobre os efeitos da matriz heterossexual, o paradigma da procriação e a premissa dos laços de sangue no parentesco. Trata-se do capítulo em que nos debruçamos sobre a problematização da crítica butleriana à matriz que preconiza a linearidade heterossexual do sistema sexo/gênero/desejo/práticas sexuais.

Podemos adiantar, em curta análise, que corresponde a uma linearidade que não apenas naturaliza e essencializa estes elementos do sistema sexo/gênero/maternidade e paternidade, mas torna a própria relação entre eles um fato da natureza. Segundo Butler (2003a), trata-se de uma arbitrariedade discursiva nutrida por tecnologias sociais que reforçam sua suposta verdade.

Feita a nossa problematização teórica transdisciplinar, ingressamos propriamente em nosso estudo de caso nos Capítulos 3 e 4, abordando a busca pela (hetero)normalização do

casal do mesmo sexo, os dilemas da conversão da adoção singular em adoção conjunta, a problematização da linguagem empregada nos estudos sobre parentalidade gay e lésbica e da reiteração dos termos correlacionados à *afetividade* na defesa do direito à diversidade.

Nesses capítulos, a complexa teoria butleriana acerca da performatividade de gênero, a sua discordância em relação ao caráter fundacionalista do sexo e do gênero e a sua crítica voraz aos pressupostos da matriz heterossexual no parentesco ganham a nossa dimensão experimental na análise dos dados.

Devemos dizer, sobretudo em relação a esses capítulos que análise, que não compõe o nosso objetivo pormenorizar as inúmeras críticas que lhe fizeram os mais variados autores, críticas essas baseadas na suposta falta de aparato científico ou empírico para as conclusões da filósofa. A nossa pesquisa intenta apropriar-se de suas contribuições, a nosso ver, das mais valiosas, dentro dos limites necessários à compreensão do caso concreto. A nossa intenção é expor da forma mais simples possível "aquilo que Butler viu" para empregar a coerente expressão de Tamsin Spargo², por meio do qual também nós nos dispomos a enxergar.

Assim, em nossa análise, questionamos como se reconfiguram as relações de gênero na relação entre família, parentalidade, adoção e união entre pessoas do mesmo sexo, entrelaçando os estudos sobre a história da adoção, a teoria *queer* e tudo que emergiu para nós da análise do caso concreto. Foi preciso que interrogássemos, portanto, em que medida o gênero é relido pelos sujeitos diante da performatividade de seus desejos quando se trata de indivíduos do mesmo sexo, que se propõem a algo que a modernidade criou e apresentou como um domínio necessariamente heterossexual: o *sentimento de família*.

Dedicamos o Capítulo 3, mais especificamente, ao resgate das compreensões desenvolvidas nos dois capítulos anteriores para analisarmos, nas palavras de Arán (2005), o potencial subversivo e instituinte do debate sobre o reconhecimento jurídico e social dos casais homossexuais e das suas famílias constituídas ou em processo de constituição, problematizando a normalização que esse processo implica na interdependência dos domínios do excluído (impensável) e da norma (inteligível).

De acordo com Uziel (2002), alguns dos temores mais citados em relação à parentalidade não fundada na diferença sexual referem-se à saúde mental dos homossexuais, compatibilidade de homossexualidade e parentalidade e a tendência de os filhos se tornarem homossexuais. Desse modo, o Capítulo 3 buscou responder em que medida afirmar um casal

² SPARGO, Tamsin. *Foucault e a teoria queer*, p. 48.

de homens como *normal e adequado* para fins de adoção significaria responder a essas preocupações por meio do alinhamento a uma expectativa cultural da família heterossexual.

No Capítulo 4, preocupamo-nos com a compreensão do feminino e da afetividade no caso concreto estudado. Nesse sentido, o emprego do termo *homoafetividade* tem a sua razão de ser para uma linguagem assimilacionista heterossexual. De igual modo, a excessiva demonstração de precauções sobre um casal homossexual formado por dois homens em educar duas meninas na ausência de uma “mãe” resgata-nos, enquanto contexto social, a instituição de uma heterossexualidade normativa e naturalizada que, segundo Butler (2003b), exige e regula o gênero como uma relação binária em que o termo masculino diferencia-se do termo feminino.

Na medida em que nos atentamos às especificidades do estudo de caso, encontramos no tema da adoção um conjunto complexo de discussões teóricas correlacionadas: a igualdade parental, a igualdade entre os filhos, a livre orientação sexual e a construção de identidades – com suas irradiações no tema da parentalidade heterodiscordante – e os direitos das crianças e dos adolescentes disponíveis para a adoção, se minimamente atendidos ou se imersos em uma cultura apta a subalternizá-los aos paradigmas da heteroparentalidade e bioparentalidade.

A dissertação não chega – e nem pretendia chegar - a indicar um caminho lúcido, preciso e completo de solução dos problemas abordados, mas se presta a envolver seus temas interdisciplinares à possibilidade *queer* de uma nova vida dentro do direito e da sua correspondente sociedade, que absorve, traduz e reifica.

De igual modo, não tivemos a pretensão de desenvolver uma análise jurídica e integral dos documentos, com a apresentação de divergências doutrinárias e jurisprudenciais de cada manifestação e posicionamento levado aos autos do processo. O nosso intuito foi problematizar os principais temas relacionados à pretensão estruturalista da operação jurídica de exame de mérito por meio da incidência das provocações desconcertantes da teoria *queer*, como veremos nos capítulos que seguem.

2 PENSANDO IDENTIDADES E CONJUGALIDADES: A TEORIA *QUEER* E A MATRIZ HETEROSSEXUAL

“A identidade é um desses conceitos que operam sob rasura, no intervalo entre a inversão e a emergência: uma ideia que não pode ser pensada da forma antiga, mas sem a qual certas questões-chave não podem ser sequer pensadas.”

Stuart Hall, *Quem precisa da identidade?*

Este capítulo tem por ponto de partida a discussão teórica sobre gênero, sexualidade, heterossexualidade, identidade e diferença. Em seguida, dedicamo-nos ao histórico do movimento feminista e LGBT para, finalmente, problematizarmos a conjugalidade entre pessoas do mesmo sexo.

Pretendemos abordar os diferentes pensamentos ocidentais sobre sexo, gênero e sexualidade, as denominadas “ondas” do feminismo e os percursos do movimento LGBT, de certo modo alinhados a uma ordem cronológica que situa desde a política de identidades aos estudos que se aproximam ou se ligam a uma política denominada *pós-identitária*, contudo, sem a pretensão de ignorar a impureza das delimitações temporais a elas atribuídas ou mesmo atribuir às mesmas um caráter evolucionista.

Consideramos, para tanto, os estudos de gênero e sexualidade precedentes até a teoria *queer*, que é o não lugar desconstrutivista aonde queremos chegar, mas que, embora por vezes, equivocadamente considerado uma espécie de “evolução” do pensamento feminista e LGBT, precisa atentar-se, segundo Lyra e Medrado (2008), ao resgate dos princípios críticos a partir dos quais foram forjados.

A desconstrução das identidades sexuais e das verdades impostas pela heteronormatividade³ tem por fonte, portanto, a Teoria *Queer*; principalmente a produção de Judith Butler (2000; 2003; 2013), seja por meio de abordagens diretas à produção da filósofa ou por intermédio de seus intérpretes autorizados, a exemplo de Sarah Salih (2012) e Guacira

³ De acordo com Butler (2003b), a matriz heterossexual corresponde a um modelo discursivo hegemônico com âncora na coerência entre o gênero e o sexo por meio da qual, segundo Louro (2000), a sociedade persegue a fixação de uma identidade masculina ou feminina *normal* e duradoura. A classificação binária da heterossexualidade/homossexualidade, portanto, institui a heteronormatividade e um único modelo normativo de identidade sexual: a identidade *heterossexual*.

Lopes Louro ⁴ (2004).

Reconhecendo a ampla filiação teórica de Butler enquanto nossa principal fonte de teorização *queer*, apontamos com alguma antecedência que este trabalho não poderá oferecer discussões detalhadas sobre todos os pensadores e pensadoras para os quais a filósofa apela. Assim, sob as precauções de não reduzir as teorias butlerianas por procedimentos de simplificação e descontextualização, concentramo-nos nas leituras, que Butler realiza das teorias feministas, suas teorizações sobre a identidade performativa e a matriz heterossexual incidente sobre o parentesco.

Destacamos também as contribuições de Piscitelli (2002) e Teixeira Filho (2013) na retomada histórica feminista desde os estudos sobre as mulheres aos estudos de gênero e, finalmente, as reflexões de Miskolci (2007; 2009; 2010; 2014). Este último aponta alguns referenciais da Teoria *Queer* na análise das transformações estratégicas da política sexual contemporânea e as tensões, particularmente no Brasil, entre a agenda dos movimentos LGBT, da academia e do Estado.

A partir de tais digressões e com certa preocupação didática entre a construção dos conceitos às propostas críticas da teoria *queer*, foi possível pensarmos, nos capítulos seguintes, sobre os efeitos da heteronormatividade na adoção brasileira e o paradigma da procriação e dos laços de sangue, que percorre a história da adoção.

Em uma tese amparada na heteronormatividade, não seria possível esquivar a instituição familiar do seu princípio fundador, qual seja a conjunção carnal entre um homem e uma mulher e a geração da prole. Assim, a invenção da família gay e lésbica reavivara a ameaça grande terror de uma possível supressão da diferença sexual, temática introduzida neste capítulo e aprofundada no capítulo seguinte.

A abordagem, ora desenvolvida, tem por objetivo viabilizar nossos estudos subsequentes sobre os efeitos e as manifestações da matriz heterossexual e bioparental na emergência de desejos pelo reconhecimento do *parentesco gay e lésbico*, da *família gay e lésbica*, da *homoparentalidade* na adoção conjunta de crianças e adolescentes. Para tanto, apropriamo-nos da forma como a teoria *queer* possibilita desconstruir saberes cujas chaves analíticas não levam em conta o papel da hegemonia heterossexual para a demarcação das identidades e diferenças sexuais estabelecidas.

⁴ De acordo com Miskolci (2014), a recepção da teoria *queer* no Brasil se iniciou no final da década 1990. Dentre os pesquisadores, se destaca Guacira Lopes Louro, profissional da educação que travou contato com fontes *queer* durante um período de pesquisa na Universidade da Califórnia. A disseminação para as outras áreas de conhecimento se deu, progressivamente, a partir dos anos 2000.

2.1 Gênero, sexualidade, identidade e diferença: subversões

De acordo com Hall (2005), o conceito de identidade tem sido alvo de uma explosão discursiva e, concomitantemente, de severas críticas. Na problematização do autor, diversas áreas do conhecimento operam desconstruções das perspectivas identitárias, a exemplo da filosofia, em que se tem feito a crítica do sujeito autossustentável que está no centro da metafísica ocidental pós-cartesiana.

Para Silva (2005), consideramos, em geral, a diferença como um produto derivado da identidade. Sob essa perspectiva, a demarcação de fronteiras – *nós* e *eles* – segue a tendência de considerar aquilo que *somos* como a norma a partir da qual descrevemos e avaliamos aquilo que *não somos*.

Para o autor, no entanto, a diferença não deve ser encarada como simples resultado de um processo, mas como o *processo* mesmo pelo qual tanto a identidade quanto a diferença – resultado – são fabricadas no mundo cultural e social, por meio de atos de linguagem e sendo ambas somente compreendidas nos sistemas de significação nos quais adquirem sentido. Contudo,

[...] não significa dizer que elas [identidade e diferença] são determinadas de uma vez por todas, pelos sistemas discursivos e simbólicos que lhes dão definição. Ocorre que a linguagem, entendida aqui de forma mais geral como um sistema de significação, é, ela própria, uma estrutura instável. É precisamente isso que teóricos pós-estruturalistas como Jaques Derrida vêm tentando dizer nos últimos anos. A linguagem vacila (SILVA, 2005, p.78).

Ao apresentar a linguagem indeterminada e vazada, Silva (2005) introduz a compreensão de *signo* como um traço, que está no lugar de uma coisa ou de um conceito, como um elemento ilusionista, mas que não coincide com a coisa ou com o conceito. Explica que é a isso que Derrida chama de *metafísica da presença*.

Ora, se o signo não é uma presença, mas uma promessa de uma presença infinitamente adiada, ele depende incessantemente de um processo de diferenciação, de modo que a *mesmidade* – ou a identidade – porta sempre o traço da *outridade* – ou da diferença. É justamente tal adiamento e a diferença que são as duas características, que Derrida apud Silva (2005) sintetiza no conceito de *différance*.

Por conseguinte, explica o autor que, fixar uma identidade como norma implica não percebê-la como uma identidade, de modo que a força homogeneizadora da identidade *normal* é diretamente proporcional à sua invisibilidade. As identidades são, portanto, “as outras”, *abjetas*, que assombam a identidade hegemônica, ao tempo em que lhe atribuem o próprio

sentido. Assim, a homossexualidade e a bissexualidade, por exemplo, são as outras, em uma realidade em que a heterossexualidade é invisível porque homogeneizante.

Hall (2005) dirá que, como todas as práticas de significação, a identificação está sujeita ao jogo da *différance*, sendo, portanto, um processo que demanda uma articulação e uma suturação e não uma simples subsunção. Para tanto, segundo o autor, é preciso realizar um trabalho discursivo, o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas, a produção de efeitos de fronteiras cujo interior requer justamente aquilo que é deixado fora – *o exterior que a constitui*.

Desse modo, segundo Hall (2005, p.112) as identidades são “pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós”. O autor explica que a ideia de que a relação com o Outro, com precisamente aquilo que lhe falta, seu *exterior constitutivo*, é que faz construir a identidade, está presente também em Butler (2000), pelas influências de Derrida (1991).

Todas essas explicações sobre o signo, o adiamento e o trabalho discursivo servem aos autores para aduzirem que, em seu campo de disputa, a presença e a diferença estão em estreita relação de poder por meio da qual a sociedade produz classificações. Mais uma vez, Silva (2004) retoma Derrida para apresentar as oposições binárias como a mais importante forma de classificação, porque tais oposições não expressam uma simples divisão do mundo em duas classes simétricas, mas sim um desequilíbrio por meio do qual um dos termos é privilegiado: o masculino, o branco, o heterossexual em relação ao feminino, o negro e o homossexual, respectivamente.

De acordo com Sedwick (2007), sobre o *sexo* e a *identidade*, podemos dizer que Foucault (2005), dentre outros historiadores, situa no século XIX uma mudança no pensamento europeu, que deixa de ver a sexualidade entre pessoas do mesmo sexo como uma função de atos genitais isolados e proibidos – atos aos quais, nessa visão, qualquer um estaria sujeito, se não mantivesse controle sobre seus apetites em geral – e passa a vê-la como uma função de definições estáveis de *identidade*, de modo a demarcar personalidade de alguém como homossexual mesmo na ausência de qualquer atividade genital.

Assim, a autora explica que Foucault, em sua trilogia *A história da sexualidade*, observou que a *identidade homossexual* é um fenômeno moderno. Até o século XIX, as pessoas de mesmo sexo biológico se relacionavam sexual e eroticamente – *homoeroticamente* – mas não havia uma referência específica a elas como homossexuais, de modo que as práticas homoeróticas existiam, mas não eram capturadas em uma compreensão identitária denominada *homossexualidade*.

Essa captura à qual se refere Foucault inaugura um período exaurido nas tentativas de nomear, explicar e definir a *pessoa homossexual*, projeto esse tão ansioso por distinções que produziu, de acordo com Sedwick (2007), uma categoria ainda mais nova, a da *pessoa heterossexual*. Para compreendermos essa colocação, cabe a apresentação de uma breve genealogia do termo *homossexual*.

De acordo com Teixeira Filho (2013), a palavra *homossexual* foi cunhada pela primeira vez na Alemanha, em 1869, pelo escritor austro-húngaro Karl Maria Kertbeny, visando combater o Código Penal Prussiano, que criminalizava essa prática sexual, argumentando que não se podia criminalizar uma condição “inata” e “natural” compartilhada por muitos “homens de bem” na história. Por sua vez, o termo *heterossexual* havia sido empregado pelos médicos da época para indicar uma relação imoral – leia-se, não necessariamente procriativa – entre um homem e uma mulher.

Ainda nas reflexões de Teixeira Filho (2013) é importante destacar que, na hipótese de Katz, tanto o termo *heterossexualidade* quanto o termo *homossexualidade* surgem para manter uma ordenação social de gênero e erotismo, de modo que ambos constituem uma ética de normatização sexual, uma ideologia político-sexual e uma maneira específica na historicamente situável de categorizar as relações entre os sexos.

Trata-se de uma tese harmônica com a perspectiva foucaultiana segundo a qual a manifestação dos comportamentos sexuais e todos os elementos envolvidos não são atemporais ou onipresentes; estão sempre imersos em construções e reconstruções com ajustes e especificidades históricas.

Portanto, retomando a genealogia dos termos, o termo *homossexual* emerge da militância contra a criminalização do homoerotismo, mas se torna, nas mãos da sexologia, um signo de doença. Logo,

o que havia sido inventado para descrever uma prática sexual comum entre pessoas do mesmo sexo passa agora a descrever um caráter, uma identidade, uma interioridade do sujeito. O que era entendido como condição própria ao desejo, ao erotismo humano, agora é interpretado como próprio à condição daqueles que possuem um desvio da sexualidade considerada normal, a saber, a heterossexualidade (TEIXEIRA FILHO, 2013, p. 127).

Por conseguinte, para os defensores do discurso psiquiátrico do século XX, a homossexualidade sempre foi designada como uma inversão sexual, correspondendo, de acordo com Teixeira Filho (2013), uma anomalia psíquica, mental ou de natureza constitutiva e, em quaisquer circunstâncias, como a expressão de um distúrbio da identidade ou da

personalidade, podendo ir até a psicose e, frequentemente, levando ao suicídio.

O *homossexualismo*, na terminologia empregada até a década de 1970, refere-se a uma *intenção*, uma *tendência* e um *desejo* próprio de uma *espécie*. Assim, segundo Foucault (2005), é preciso observar como a antiga sodomia – a dos antigos direitos ou canônico, um tipo de ato interdito, que não passava do *sujeito jurídico* do seu autor – dá lugar ao “homossexual” do século XIX. Este último corresponde a um personagem caracterizado por um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida e uma morfologia própria. Assim,

a homossexualidade apareceu como uma das figuras da sexualidade quando foi transferida, da prática da sodomia, para uma espécie de androgenia interior, um hermafroditismo da alma. O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie (FOUCAULT, 2005, p.43 -44).

Apresentar este problema inicial da identidade homossexual é inserir, advertidamente, uma peça-chave para as compreensões sobre a teoria *queer* que seguem nos tópicos posteriores deste capítulo. Isso porque a emergência desconstrutivista, atenta a todas essas análises, exerce pressões sobre *identidade* não por causa de sua significação para aqueles a quem define, mas, em primeiro lugar, por causa de sua indispensabilidade para aqueles que definem distinções ontológicas por meio dela, de modo que,

ainda que de modo paradoxal, é a insistência paranóica com que as barreiras entre “os homossexuais” (minorias) e “os heterossexuais” (maioria) são reforçadas, no século XX, por não-homossexuais e, especialmente, por homens contra homens, que mais abala nossa capacidade de acreditar nos “homossexuais” como uma categoria separada e não problemática de pessoas (SEDWICK, 2007, p. 43)

Embora considere necessário remeter a identidade e a diferença aos processos discursivos e linguísticos que as produzem, Silva (2005) dirá que esse empreendimento não pode significar, mais uma vez, a pretensão de apenas compreendê-las de uma forma puramente descritiva. O autor destaca que será o conceito de *performatividade*, desenvolvido por Judith Butler (1999), que permitirá o deslocamento da ênfase da identidade como descrição, como aquilo que é, para a ideia de *tornar-se*, capturando os sentidos de movimento, flexibilidade e descontinuidade.

Assim, antecipamos da abordagem dos estudos *queer* o termo *performativo*, apropriado pelas análises de Butler e cuja análise resgata a influência do filósofo franco-argelino Jacques Derrida no pensamento da filósofa.

De antemão, podemos dizer que não há ingenuidade terminológica em Butler: se o termo *performance*⁵ – idêntico na língua inglesa – pressupõe a existência de um sujeito anterior à cena, o termo *performativo* – em língua inglesa, *performative* – situa o sujeito em seus próprios feitos, sem que haja um ator preexistente.

Rodrigues (2012) explica que o termo *performativo* vai além das ligações que *performance* tem com as atividades artísticas, de modo que o seu uso é localizado nos campos da linguística e do gênero, tal qual articulação proposta por Judith Butler, com o pensamento de Derrida. Nesse sentido, o sujeito, em Butler, se constitui em sua própria sequência de atos, nas palavras de Salih (2012, p.65), “um ator que simplesmente se põe de pé e encena sua identidade num palco metafórico de sua própria escolha”.

Na obra *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*, publicada originalmente no ano de 1990⁶, Judith Butler dispensa a premissa do sujeito enquanto “viajante metafísico preexistente” e lança a provocação de considerá-lo um sujeito necessariamente em processo, que é construído pelos atos que executa. Ao fazê-lo, a autora torna possível vislumbrar identidades sem um engessamento da categoria sujeito, de modo a perturbar seriamente os interessados na manutenção de oposições existentes para as quais dependia um sujeito anterior, tais como macho/fêmea, masculino/feminino, gay/heterossexual etc.

Cabe apontar que, ainda que haja variações entre os diversos pensadores *queer*, é possível dizer que o sujeito, estendendo a visão butleriana e pensando mais amplamente no pós-estruturalismo, é encarado como provisório, circunstancial e cindido, graças ao rompimento com a concepção cartesiana do sujeito com base de uma ontologia e de uma epistemologia.

Em termos de produção da identidade, aquilo que dizemos, segundo Silva (2005), faz parte de uma rede mais ampla de atos linguísticos que, em seu conjunto, contribui para definir ou reforçar a identidade que, supostamente, estamos apenas descrevendo. Contudo, a ocorrência de uma única sentença desse tipo – que a descreve e também a define – não teria

⁵ Segundo Rodrigues (2012), *performance* tem como origem latina a palavra *formare*, que chega até nós como “formar, dar forma a, criar”. Seu uso no campo das artes é bastante amplo, podendo designar “espetáculo em que o artista atua com inteira liberdade e por conta própria, interpretando papel ou criações de sua própria autoria” e “atividade artística inspirada em formas de arte diversas” (*Dicionário Houaiss*, 2001). *Performance* também dá origem a dois outros termos que eventualmente podem se confundir, mas em muito diferem: *performático* e *performativo*. Para *performático*, o dicionário registra sua origem no Brasil dos anos 1970, quando a palavra passou a ser usada para designar forma de arte colaborativa surgida na década de 1970 com uma fusão de diversas linguagens de arte, como pintura, cinema, vídeo, música, drama e dança.

⁶ Obra original em língua em inglesa data do ano de 1990. Utilizamos, neste trabalho, a sua tradução para a língua portuguesa, publicada no ano de 2003.

um efeito considerável, de modo que a eficácia produtiva dos enunciados ligados à identidade depende de sua incessante repetição.

Silva (2005) explica que Derrida (1991) denomina essa característica – tornar-se repetível na escrita e da linguagem – de *citacionalidade*. A partir do que Butler denominará *interpelação fundante*⁷, uma série de citações recolocam em ação o enunciado performativo para operar no processo de definição, produção e reforço da identidade.

O autor explica também que, segundo a perspectiva butleriana, a mesma citacionalidade apta a reforçar identidade pode também interrompê-la, contestá-la e burlá-la. É nessa interrupção que se pode considerar a possibilidade de instauração de identidades que não representem simplesmente a reprodução de identidades hegemônicas” (SILVA, 2005).

Segundo Hall (2005), na obra *Bodies that Matter*, publicada em 1993⁸, Butler analisa, mais especialmente, o que denomina *limites discursivos do sexo* e com as políticas do feminismo, as complexas transações entre o sujeito, o corpo e a identidade, ao reunir, em um único quadro analítico, concepções foucaultianas e perspectivas psicanalíticas.

A filósofa desenvolve o seu argumento no contexto da discussão sobre o gênero e a sexualidade, remetendo-se diretamente às questões sobre identidade, políticas de identidade e diferença sexual. Para tanto, aceita como ponto de partida o poder regulatório foucaultiano, segundo o qual não é simplesmente imposto externamente aos corpos, mas funciona como o meio regulatório pelo qual os sujeitos são formados. A partir da consideração de que o sujeito é discursivamente construído, a autora dirá que

[...] a categoria do "sexo" é, desde o início, normativa: ela é aquilo que Foucault chamou de "ideal regulatório". Nesse sentido, pois, o "sexo" não apenas funciona como uma norma, mas é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa, isto é, toda força regulatória manifesta-se como uma espécie de poder produtivo, o poder de produzir — demarcar, fazer, circular, diferenciar — os corpos que ela controla. Assim, o "sexo" é um ideal regulatório cuja materialização é imposta: esta materialização ocorre (ou deixa de ocorrer) através de certas práticas altamente reguladas (BUTLER, 2000, p.151).

Para Butler, o *sexo* é forçosamente materializado por meio do tempo e tal materialização está necessariamente fundada em uma teoria performativa da linguagem e do sujeito. Ocorre que performatividade não deve ser lida, por meio da filósofa, como ato pelo

⁷ Segundo Louro (2013, p. 32), em Butler (1999) a *interpelação fundante* corresponde a uma espécie de anúncio que designa e define o corpo, mas nada está resolvido de forma absoluta: a interpelação precisa ser reiterada por várias autoridades, ao longo de vários intervalos de tempo, para reforçar ou contestar esse efeito naturalizado.

⁸ O capítulo introdutório deste livro foi publicado, em língua portuguesa, em Guacira Lopes Louro (org.) *O corpo educado. Pedagogias da sexualidade* (2000, 2 ed.), que utilizamos neste trabalho.

qual o sujeito traz à existência aquilo que ele ou ela nomeia, mas, ao invés disso, como aquele poder reiterativo do discurso para produzir e regular os fenômenos.

Nesse sentido, cabe recordar que o sexo é produzido em dependência do ritual da *citacionalidade*. Mas, concomitantemente, segundo Butler (2000), é também em virtude dessa reiteração que fossos e fissuras são abertos, que podem ser vistos como pontos de desestabilização dessas construções, que podem colocar a consolidação das normas do *sexo* em uma crise.

No fluxo de tais considerações, *sexo* não corresponde simplesmente àquilo que alguém tem ou uma descrição estática daquilo que alguém é. Distintamente, segundo a autora, *sexo* é uma das normas pelas quais o *alguém* simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural.

Por conseguinte, Butler (2000) revisa e sintetiza cinco considerações mediante os quais se deve pensar o que está em jogo nessa reformulação da materialidade dos corpos:

- I. Tal reformulação deve ser considerada efeito de uma *dinâmica do poder*, de tal forma que a matéria dos corpos será indissociável das normas regulatórias que governam sua materialização e a significação daqueles efeitos materiais;
- II. O entendimento da *performatividade* não está restrito como o ato pelo qual o sujeito traz à existência e aquilo que ela ou ele nomeia, mas, ao invés disso, como aquele poder reiterativo do discurso para produzir os fenômenos que ele regula e constrange;
- III. É preciso repensar o processo pelo qual uma norma corporal é assumida, apropriada, adotada: em vez de vê-la como algo, estritamente falando, que se passa com um sujeito, compreender que o sujeito, o "eu" falante, é formado em virtude de *ter passado por esse processo de assumir um sexo*;
- IV. Há, por conseguinte, uma vinculação desse processo de *assumir um sexo* com a questão da identificação e com os meios discursivos pelos quais o imperativo heterossexual possibilita certas identificações sexuadas e impede ou nega outras identificações;
- V. Portanto, é preciso considerar a construção do sexo não mais como um dado corporal sobre o qual o construto do gênero é artificialmente imposto, mas como uma *norma cultural que governa a materialização dos corpos*.

Esta matriz excludente pela qual os sujeitos são formados está sujeita, conforme vimos anteriormente, ao jogo da *différance*, por meio do qual fronteiras são demarcadas. O exterior

constitutivo será formado pelos seres abjetos, que ainda não são sujeitos. O abjeto designa aqui, precisamente, segundo Butler (2000), certas aquelas *zonas inóspitas e inabitáveis* da vida social, povoadas por aqueles que não gozam do *status* de sujeito.

Desse modo, a problematização do sujeito performativo em Butler (2003b) implica não haver *corpo natural*, sendo o corpo existente na medida de sua existência social e inscrição cultural demarcada. O corpo é *generificado*⁹ em tal inscrição, sendo o gênero pensado na medida do que fazemos e não na “ontologia do ser”. Contudo,

[...] o gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos. Resulta daí que o gênero não está para a cultura como o sexo está para a natureza; ele também é o meio discursivo/cultural pelo qual “a natureza sexuada” ou “um sexo natural” é produzido e estabelecido como pré-discursivo, anterior à cultura, uma superfície politicamente neutra sobre a qual age a cultura (BUTLER, 2003b, p.25).

Louro (2013) aponta um exemplo butleriano por meio do qual podemos operar com os conceitos acima apresentados: no anúncio “é uma menina” ou “é um menino”, diante da tela de um aparelho de ultrassonografia morfológica, que põe em marcha o processo de fazer desse *ser* um corpo feminino ou masculino. Este ato, uma *interpelação fundante*, inaugura uma série de *atos performativos* que deverão ser alvo de um investimento denominado *recitabilidade*, disposto a confirmá-lo ou negá-lo e subvertê-lo. Assim é que o *dever* pode tomar muitas direções.

Desse modo, segundo Louro (2013), o terreno do gênero é escorregadio e cheio de ambivalências. Podemos dizer que essas se apresentam maiores – e mais perturbadoras – quando entrelaçadas às reflexões sobre o parentesco e a adoção, proposta dos nossos capítulos subsequentes.

2.2 O movimento feminista e LGBT: Traçando um histórico

2.2.1 O movimento feminista: da diferença entre os sexos à categoria gênero

O feminismo, compreendido como organização social emergente de mulheres visando às reivindicações de diversas ordens, pode ter considerado como o seu marco inicial, segundo Santos e Pereira (2008), a convenção dos Direitos da Mulher, ocorrida em Seneca Falls, Nova

⁹ Termo butleriano reproduzido em Salih (2012) como significante adjetivador dos corpos, que passam a construir/constituir gênero na sequência performativa de atos. Na perspectiva butleriana, o sujeito irá “generificar” desde o começo de sua existência social e não há existência que não seja social.

Iorque, no ano de 1848.

A primeira onda feminista, situada até a década 1950, tem por característica marcante a luta por direitos civis e participação política, com as questões sobre a biologia/natureza como fundamento do sexo. A segunda, destacada principalmente entre as décadas 1960 e 1980, põe em relevo a apresentação do patriarcado como causa da opressão das mulheres e, por conseguinte, a busca por igualdade de direitos e o gênero como analítica da opressão. Por fim, a terceira onda do feminismo, a partir da década de 1990, com a desconstrução do binômio sexo/gênero, que convivem com as provocações pós-feministas contemporâneas.

Nas palavras de Piscitelli (2002), no século XIX, foi impulsionada a mobilização feminista no Continente Europeu, na América do Norte e em outros países, a ideia de *direitos iguais à cidadania*, que pressupunha igualdade entre os sexos. Entre os anos 1920 e 1930, registra-se a ruptura com algumas das expressões mais agudas dessa desigualdade, merecendo notoriedade a conquista do direito ao voto, ao direito de propriedade e ao acesso à educação.

O Brasil, segundo Teixeira Filho (2013), teve suas exponentes já nos séculos XVII e XIX, inspiradas pelos movimentos ocorridos na Europa e nos Estados Unidos e mobilizadas pelos anseios próprios dessa primeira onda do feminismo, dentre elas, Nísia Floresta Brasileira Augusta, pseudônimo para Dionísia Gonçalves Pinto, autora dos primeiros textos de luta feminina, denominado *Direitos das mulheres e injustiça dos homens*, em 1832.

Ainda de acordo com Teixeira Filho (2013), em 1919, Jerônima Mesquita funda o Movimento Bandeirante Brasileiro e junto com Bertha Lutz, em 1922, fundam a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Em 1934, Bertha Lutz foi eleita suplente para deputado federal enquanto Carlota Pereira Queiroz torna-se a primeira deputada brasileira. Nesse mesmo ano, a Assembleia Constituinte regulamentava as leis do trabalho e equiparação salarial entre homens e mulheres.

Quanto ao sufrágio no Brasil, em 1932, é concedido o direito ao voto facultativo apenas às mulheres casadas, viúvas e solteiras que tivessem renda própria. Tais restrições são eliminadas do Código Eleitoral somente em 1934, mantida, ainda a obrigatoriedade do voto apenas aos homens, sendo que às mulheres tal obrigatoriedade será estabelecida apenas em 1946, data que coincide com o direito pleno ao voto na França.

Em curta análise, a denominada segunda onda do feminismo encontrará uma formulação/problematização necessária aos passos seguintes, centrada na ideia de direitos iguais. Questionará, por conseguinte, se a subordinação da mulher não é *justa*, nem *natural*, como se chegou a ela e como se mantém.

Teixeira Filho (2013) aponta que o século XX foi marcado pela avaliação crítica das

mulheres em relação às teorias científicas, que as projetavam. A emergência de tal processo político-epistemológico estaria na publicação de *O Segundo Sexo* de Simone de Beauvoir, no ano de 1949. A obra, emblemática, tornou a filósofa uma das precursoras na crítica à presunção da unidade do sujeito universal.

Segundo Mariano (2005), a argumentação de Beauvoir apresenta que, no mundo social, existem aqueles que ocupam a posição não específica ou *universal*, sem marcações – sexual, racial, religiosa – e aqueles que são definidos, reduzidos e marcados por sua diferença em relação ao universal, sempre aprisionados em suas especificidades, designando o *outro*. Isso, por conseguinte, definiria a posição de Homem/Sujeito/Totalidade e Mulher/Outro.

Apesar de não se considerar feminista na época, bem como não utilizar a palavra *gênero* no modo empregado pela segunda onda do feminismo, ao problematizar que a hierarquização dos sexos é uma construção social – e não uma questão biológica – Beauvoir, segundo Teixeira Filho (2013), começa a construir um vocabulário teórico e desconcertante que irá influenciar, de maneira contundente, o trabalho teórico e a revolução epistemológica dos estudos que se seguirão.

A outra tese da crítica de Beauvoir, segundo Teixeira Filho (2013) recai sobre esse *privilegio biológico* como sendo a causa das desigualdades entre os sexos. Tal crítica se dirige, principalmente, ao essencialismo dos predicativos, que estão aderidos aos corpos das mulheres e aos postulados, que os sustentam nessa aderência, os quais serviriam para justificar e dar credibilidade às diferenças supostamente *naturais* entre homens e mulheres, criticando, assim, os campos das ciências, pois que esses reificariam o binarismo *macho/masculino* e *fêmea/feminino*.

Nas considerações de Mariano (2005), temos, a esta altura, um problema sobre a noção de sujeito, que se bifurca em duas percepções: I. a crítica ao sujeito masculino como universal, revelando as operações hierárquicas das diferenças sexuais; e, depois, II. a crítica à essencialização do sujeito – sexo ou classe social – postulando um descentramento da constituição dos sujeitos e das identidades. Nos dois casos, a rejeição à oposição binária masculino/feminino faz-se presente.

Teixeira Filho (2013) aponta que, diferentemente do contexto social encontrado pelas sufragistas, desde a publicação de *O Segundo Sexo*, as conquistas sociais das mulheres no pós-guerra ocidental acompanharam as suas entradas na universidade e, a partir dos anos 1960, seguiu-se um posicionamento das mulheres mais amplo, com a afirmação da identidade feminina, sua liberdade de expressão, sua realização pessoal e sua autonomia quanto ao corpo.

A missão da denominada segunda onda do feminismo agregava às agendas políticas já existentes com a primeira onda, a – então nova – preocupação em rerepresentar o conhecimento ocidental a partir da perspectiva da mulher, despindo-o da leitura atribuída pelo patriarcado e historicizando os feitos e lutas das mulheres, de modo a transformar, com maior intensidade possível, a sua representação social.

É preciso ter em vista que, àquela altura, a opressão política das mulheres já não era dissociada dos fatores culturais que reforçavam tal submissão. Segundo Piscitelli (2002), isso foi fundamental para o movimento feminista, pois a ideia subjacente é a de que o que é construído pode ser modificado. Por esse motivo, o pensamento feminista colocou reivindicações voltadas para a igualdade no exercício dos direitos, questionando, ao mesmo tempo, as raízes culturais dessas desigualdades.

As feministas, segundo a autora, trabalharam em várias frentes: por um lado, criaram um sujeito político-coletivo – as *mulheres* – e tentaram viabilizar estratégias para acabar com a sua subordinação. De outra mão, procuraram ferramentas teóricas para explicar as causas originais dessa subordinação.

No Brasil, no decorrer dos anos 1960 e 1970, foram dados alguns passos relevantes na história do movimento feminista, na esfera nacional e internacional. Segundo Vianna e Carrara (2008), o panorama de urbanização e modernização, iniciado nos anos 1950 – marcados pelo crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho e nas universidades – se uniu à efervescência de uma contracultura e à oposição às regras militares estabelecidas após 1964. A presença dos grupos de mulheres nas organizações populares exerceu um papel significativo na construção do que alguns autores têm denominado “movimento interclasse”.

Em 1975, no Ano Internacional da Mulher, A ONU legitima e outorga a visibilidade de movimentos como *Brasil Mulher*, *Nós Mulheres* e *Movimento Feminino pela Anistia*, entre outros. Carrara e Vianna (2008) explicam que, nessa época, o movimento feminista estava em constante contato com grupos de esquerda e especialmente com a ala progressista da Igreja Católica, enquanto oponente à ditadura militar. Nesse período, entra em vigor o Estatuto da Mulher Casada (Lei n.4.121/1962) e é sancionada a Lei do Divórcio (1977).

Mobilizados pelas mesmas inquietações sobre a opressão da mulher, os pensamentos feministas colocaram-se em várias frentes, que apresentam diferenças não somente na compreensão sobre as origens e causas da opressão, mas também nas estratégias e ferramentas consideradas adequadas para livrar-se dela. Nesse sentido, é possível destacar, ao menos, o feminismo radical e o feminismo socialista.

Segundo Piscitelli (2002), algumas vertentes socialistas, seguidoras da argumentação de Engels sobre as origens da família, a propriedade privada e o estado, encontram na divisão de trabalho baseada no sexo a causa centralizadora da problematização. Sendo particularmente clara a causa da opressão, consideraram igualmente nítido o mecanismo a ser empregado para a sua reversão: a instauração de uma forma de organização social mais desenvolvida, numa sociedade sem classes, por exemplo, no socialismo.

Ocorre que, devido à percepção de que a desigualdade se mantinha mesmo nos países socialistas e comunistas nos quais teve lugar a transformação na organização social, que, supostamente, libertaria as mulheres, algumas vertentes feministas socialistas passaram a considerar como igualmente determinantes *produção* e *reprodução* na associação *capitalismo/patriarcado*.

Em contraposição às vertentes socialistas, que poderiam situar as mulheres em grupos de opressores ou oprimidos a depender do critério objetivo da classe, ou situar as mulheres brancas e de classes média e alta como “não objetivamente oprimidas”, o feminismo radical, que conta como uma das principais pensadoras a ensaísta Shulamith Firestone em sua *Dialética do Sexo* (1970), concentra-se nas teorias subjetivas da opressão para culminar, no processo reprodutivo, as causas da subordinação feminina.

Segundo Teixeira Filho (2013), em síntese das ideias dos pensamentos de Sigmund Freud, Wilhelm Reich, Karl Marx, Frederick Engels e Simone de Beauvoir, Firestone converge as suas teses da desigualdade pelas funções biológicas fundadoras do patriarcado.

Por conseguinte, alargando o recorte de classe e adentrando aspectos de universalidade da mulher, o feminismo radical, nas considerações do autor, propõe a abolição da família nuclear, a promoção da vida em comunidade e o controle sobre a reprodução da espécie inserido nos direitos reprodutivos das mulheres. Piscitelli (2002) aponta que, se o corpo universal une as mulheres, de onde emana e para onde converge a desigualdade, com sua capacidade de gestação, a meta do movimento feminista deveria ser não somente a eliminação do privilégio do homem, mas também da própria distinção sexual, de modo a destituir de significado cultural as diferenças genitais.

Essa unicidade da mulher, ancorada na biologia e estendida a aspectos socialmente construídos a partir dela, torna plausível a concepção de uma *identidade*, emergente do feminismo radical, para a *categoria mulher*. Desse modo, nas palavras de Piscitelli (2002), a ênfase concedida aos aspectos biológicos colocava o feminismo num terreno potencialmente essencialista.

Na consideração de que o Estado e o regime político não podem delimitar a opressão

sentida pelas mulheres, o alargamento para a definição do político para todas as relações de poder, atividades e condições que perpetuassem a dominação masculina faz emergir a conhecida assertiva “o pessoal é político” do feminismo radical. O emblema levava em conta, como objetos de investigação, o cotidiano das mulheres e os seus espaços, desde a intimidade dos seus atos sexuais até os aspectos da vida profissional.

Piscitelli (2002) aponta que, na nova busca epistemológica feminista, a partir da ideia de que os homens universalmente oprimem as *mulheres* – a ideia global e unitária de poder ou “patriarcado” – as feministas procuraram desvendar a multiplicidade de relações de poder presentes em todos os aspectos da vida social.

Por essa razão, em termos de produção teórica do feminismo radical, cada relacionamento homem/mulher deveria ser analisado como uma relação política. O conceito de patriarcado era estratégico também do ponto de vista da mobilização política, na medida em que instrumentalizava a distinção de forças específicas na manutenção do sexismo e útil em termos da tentativa feminista de mostrar a subordinação feminina.

Ocorre que o emprego desse termo impôs sérios impasses na apreensão da historicidade da condição feminina. Segundo a autora, o conceito foi se estendendo no discurso político e na reflexão acadêmica, sem que fossem trabalhados aspectos centrais de seus componentes, sua dinâmica e seu desenvolvimento histórico. Com o decorrer do tempo,

[...] o patriarcado passou a ser um conceito quase vazio de conteúdo, nomeando algo vago que se tornou sinônimo de dominação masculina [...] ao referir-se a um sistema político quase místico, invisível, trans-histórico e trans-cultural, cujo propósito seria oprimir as mulheres. Embora esse conceito não tenha sido inteiramente abandonado, hoje resulta fácil critica-lo [...] porque esse conceito é essencializante, na medida em que ancora a análise da dominação na diferença física entre homens e mulheres, considerada como aspecto universal e invariável (PISCITELLI, 2007, p.06).

Desse modo, as hipóteses explicativas sobre as origens da opressão feminina foram sendo gradualmente questionadas e abandonadas. Em termos de experiência ocidental, podemos dizer que o início dos anos 1990 reservava às feministas um período de complexificação dos movimentos, intencionado a desnaturalizar os essencialismos que adjetivavam o sexo biológico e justificavam a sua opressão.

Dá-se início, por conseguinte, à formulação do conceito de *gênero*, que procurava avançar nos impasses relacionados à utilização de algumas das categorias centrais nos estudos sobre mulheres. A emergência da denominada *categoria gênero* representou, segundo Louro (2001), uma virada epistemológica.

Ao utilizar gênero, abdicava-se o movimento de produzir uma história, uma

psicologia, ou uma literatura *pelos mulheres e sobre as mulheres* e passava-se a analisar a construção social e cultural do *feminino* e do *masculino*, atentando para as formas pelas quais os sujeitos se constituíam e eram constituídos, em meio a relações de poder.

A partir da compreensão de que o gênero necessita de uma teoria que lhe dê suporte, entram em cena as produções de Joan Scott e Gayle Rubin, cujas proposições a este campo de estudos não são circunscritos aos estudos de mulheres.

Embora o termo *gênero* já fosse utilizado¹⁰, Gayle Rubin pode ser considerada a responsável por explorá-lo e difundi-lo de forma efervescente. No ensaio *O Tráfico das Mulheres: Notas sobre a Economia Política do Sexo*, publicado em 1975, perguntando-se sobre as relações sociais que convertem as fêmeas – como se fossem matéria-prima – em *mulheres domesticadas*, a autora irá introduzir o que denominou sistema sexo/gênero,

[...] um conjunto de arranjos através dos quais a matéria-prima biológica do sexo e da procriação humana é moldada pela intervenção humana e social e satisfeita de forma convencional, pouco importando o quão bizarras algumas dessas convenções podem parecer (RUBIN, 1993, p.05).

Segundo Teixeira Filho (2013), ainda preocupada com a opressão das mulheres, mas não necessariamente com as origens dessa opressão, a autora, baseada em teses marxistas, reavalia o texto *As estruturas elementares do parentesco*, de Lévi-Strauss, para fundar suas próprias teses e lançar luz a uma nova compreensão sobre como a natureza se transforma em cultura. Indo além da análise de Lévi-Strauss sobre a divisão sexual do trabalho e a interdependência entre os sexos e o parentesco, ela acredita ser o parentesco o que funda o gênero, de modo que

[...] no nível mais geral, a organização social do sexo repousa sobre o gênero, a heterossexualidade obrigatória e a coerção da sexualidade feminina. Gênero é uma divisão dos sexos socialmente imposta. É um produto das relações sociais de sexualidade [...]. Os sistemas de parentesco repousam sobre o casamento. Portanto eles transformam machos e fêmeas em “homens” e “mulheres”, cada qual uma metade incompleta que só pode encontrar a completude quando unida à outra [...]. A supressão do componente homossexual da sexualidade humana e, como corolário, a opressão dos homossexuais é, portanto, um produto do mesmo sistema cujas regras e relações oprimem as mulheres. (RUBIN, 1993, p.11-12).

¹⁰ De acordo com Piscitelli (2007), termo *gênero* foi aplicado à diferença sexual pela primeira vez em linhas de pesquisa desenvolvidas por psicólogos estadunidenses. O termo identidade de gênero foi introduzido pelo psicanalista Robert Stoller em 1963, no Congresso Psicanalítico de Estocolmo Stoller formulava o conceito da seguinte maneira: o sexo estava relacionado com a biologia (hormônios, genes, sistema nervoso, morfologia) e o gênero com a cultura (psicologia, sociologia).

Essa citação detalha uma série de apresentações da autora indispensáveis na altura deste trabalho, pois que serão inaugurais em dois tipos de deslocamentos no fluxo dos estudos feministas subsequentes: a proposta de pensar as construções sociais da mulher em sistemas de cultura e a exigência de compreender as realidades empíricas diversas, os contextos específicos nos quais o sistema sexo/gênero operacionaliza relações de poder.

Ao aproximar homem e mulher quanto à natureza, Rubin considera que, no que diz respeito à diferença sexual, é a cultura que se sobrepõe à natureza. A subordinação das mulheres se apresenta, portanto, um produto das relações por meio das quais sexo e gênero são organizados e produzidos.

Nesse invólucro, para Rubin, o parentesco criaria gênero. Piscitelli (2002) explica que o *intercâmbio de mulheres* levistrausiano – um dos princípios fundamentais do parentesco, na teoria desse autor – é considerado, na leitura de Rubin, um “primeiro passo” para a construção de conceitos por meio dos quais seria possível pensar a subordinação das mulheres. Assim, com o casamento,

[...] ela considera que o parentesco instaura a diferença, a oposição, exacerbando, no plano da cultura, as diferenças biológicas entre os sexos. Os sistemas de parentesco, formas empíricas e observáveis de sistemas sexo/gênero, cujas formas específicas variariam através das culturas e historicamente, envolveriam a criação social de dois gêneros dicotômicos, a partir do sexo biológico, uma particular divisão sexual do trabalho, provocando a interdependência entre homens e mulheres, e a regulação social da sexualidade, prescrevendo ou reprimindo arranjos divergentes dos heterossexuais (PISCITELLI, 2002, p.09).

No arremate didático das compreensões de Rubin por Teixeira Filho (2013), o *parentesco*, tendo como premissa a heterossexualidade aqui entendida como norma, prevê que a mulher/fêmea deva assumir seu sexo/vagina como condição do feminino/gênero e reconhecer-se nos atributos culturais a ela estabelecidos, além do que deve desejar e relacionar-se sexualmente com um homem/macho, que também assume seu sexo/pênis e os atributos culturalmente inscritos nesse corpo.

Segundo Piscitelli (2002), na formulação de Rubin, a dicotomia sexo/gênero e a consequente produção do desejo heteroerótico são mantidas por uma organização produtiva e regulatória da sexualidade. No entanto, se gênero é concebido pela filósofa como um imperativo da cultura, que opõe homens e mulheres mediante relações instauradas pelo parentesco, é possível dizer que ainda se ancora em supostas *bases naturais*.

Além das contribuições de Gayle Rubin para os Estudos Gays e Lésbicos, é preciso destacar as reflexões desencadeadas a partir do pensamento da historiadora Joan Scott, a partir

do texto *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* (1985). Destaca Teixeira Filho (2013) que, graças a Scott, o feminismo avança na compreensão do gênero para além de uma categoria descritiva, pois a autora propõe pensar o gênero como uma categoria histórica de análise das relações entre os sexos.

Ao considerar a necessidade de uma análise da discriminação que inclua as próprias categorias – categorias como classe, trabalhador, cidadão – e até homem e mulher, Scott (1995, p.21) dirá que ser o gênero “um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder”.

Há, por conseguinte, um deslocamento importante a partir de Scott para o campo da subjetividade, quando afirma que o gênero *engendra* o corpo, ou seja, *tornam-no gênero*, o significando-o como *estratégia do poder*, da *biopolítica*. As contribuições da feminista, portanto, estabelecem o terreno para a *historicização do corpo* e direcionam os estudos de gênero para um olhar sobre o modo como as relações de poder constituem os gêneros. Contudo, segundo Teixeira Filho (2013) ela ainda considera o corpo como um dado natural, uma superfície determinada pela biologia sobre a qual o poder/saber se inscreve e a cultura imprime uma narrativa histórica.

Conforme trataremos a seguir, é justamente a esta biologia fundante que estão dirigidas as críticas de alguns nomes influentes da Teoria *Queer*, conforme retomaremos nesse capítulo.

2.2.2 A história do movimento LGBT

No Brasil, segundo Santos (2011), apesar da existência de uma subcultura homossexual relativamente bem desenvolvida nos dois principais centros urbanos do país já na década de 1960, a fundação do grupo *Somos*, em 1978, na cidade de São Paulo, pode ser considerada a demarcação histórica a partir da qual tem início a primeira onda do movimento homossexual brasileiro e a luta propriamente política dos homossexuais no Brasil.

Segundo Carrara e Viana (2008), em fins da década 1970, dá-se início à crítica pública da ideia de que a homossexualidade correspondia a uma imoralidade, uma desonra, um pecado e uma enfermidade, na medida em que progredia o processo de redemocratização do país. Durante o processo de abertura do regime militar, segundo Santos (2011), os movimentos de liberação homossexual cultivaram as expectativas de incluir a não discriminação por orientação sexual como parte da luta mais ampla pela transformação social,

politizando a homossexualidade, a fim de romper com os limites do gueto homossexual.

O grupo *Somos*, proponente a um modelo igualitário de identidade sexual que rejeitava os modelos hierárquicos de relações sexuais/afetivas presentes na cultura brasileira, caracterizou um momento de ampla rejeição ao autoritarismo e ao machismo, por meio de um discurso de autonomia – em relação aos partidos políticos e ao Estado.

De acordo com Santos (2011), marcado pela heterogeneidade e por divergências internas que levaram o grupo à cisão interna, é possível destacar, dentre as reivindicações, aquelas levantadas pelas militantes lésbicas por maior representatividade dentro do grupo e por um aprofundamento das discussões sobre suas especificidades, haja vista sua condição de duplamente discriminadas – por serem mulheres e homossexuais.

O surgimento da AIDS levou a parte da militância a se mobilizar para buscar soluções para a doença. Em que pese as fissuras internas nos próprios grupos, as militâncias homossexuais tentaram se organizar pelo objetivo comum do apoio estatal no combate à epidemia. Dessa iniciativa começou a ser organizado o primeiro programa de combate à AIDS em São Paulo e a segunda fase do movimento homossexual delineia as suas características.

De acordo com Vianna e Carrara (2008), os primeiros grupos ativistas comprometidos com a luta contra AIDS surgiram na segunda metade dos anos 1980: o Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS (GAPA/SP) e a Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS (ABIA/RJ). A primeira reunião nacional brasileira de ONG relacionada com a AIDS teve lugar em 1989.

A ABIA concentrou o esforço na produção de informações de diferentes ordens, tornando-se uma instituição de referência no que diz respeito ao conhecimento e às políticas relativas ao HIV/AIDS. Uma outra via encontrada por alguns desses grupos, segundo Carrara e Viana (2008), foi a da prestação de assistência jurídica a portadores do HIV, como forma de pressionar o Estado, iniciando uma prática que se tornou bastante relevante em diferentes momentos na história do combate à AIDS.

Nas considerações de Santos (2011), nesta *segunda onda* do movimento homossexual, encontramos uma diminuição considerável no número de grupos, uma postura menos refratária à institucionalidade política e mais vinculada a uma ação pragmática, com o protagonismo do *Grupo Gay da Bahia* e do grupo *Triângulo Rosa*, no Rio de Janeiro.

Dentre estas ações, encontramos, segundo o autor: a) mobilização pela mudança do código de classificação de doenças do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social (INAMPS) em 1982, que descrevia a homossexualidade como “desvio ou transtorno sexual”; b) campanha pela mudança do Código de Ética dos Jornalistas, em 1987, incluindo o termo “orientação sexual” nas proibições de práticas discriminatórias, a fim de minimizar os

preconceitos contra os homossexuais na imprensa e c) participação nos debates da Assembleia Nacional Constituinte, com vistas a incluir o termo *orientação sexual* nas proibições de discriminação enumeradas no artigo 5º da Constituição Federal. As duas primeiras ações, exitosas,

[...] demonstraram a nova fisionomia do ativismo homossexual no Brasil na década de 80. Ao invés de enfatizar o caráter marginal e transgressor da homossexualidade, tal como faziam os grupos de homossexuais no fim da década de 70, o GGB e o Triângulo Rosa empregaram uma estratégia de visibilizar os aspectos positivos da homossexualidade, consubstanciados na máxima “É legal ser homossexual” empunhada pelo GGB [...]. Foi neste momento que o tema do reconhecimento legal das uniões entre pessoas do mesmo sexo emergiu nos debates entre os militantes homossexuais brasileiros (SANTOS, 2011, p.44).

A terceira e última reivindicação não foi contemplada. A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 não abordou diretamente a discriminação com base na orientação sexual. Conforme visto, embora o grupo Triângulo Rosa, do Rio de Janeiro, agora desaparecido, tenha dirigido uma campanha para a sua inclusão, o termo “orientação sexual” foi eliminado do texto final.

Segundo Santos (2011), a expressão *orientação sexual* foi objeto de ampla discussão entre ativistas e acadêmicos. Enquanto os termos *preferência sexual* e *opção sexual* deslizavam nos sentidos da fluidez e contingência da sexualidade, a ideia de *orientação* visava evitar qualquer tipo de argumento que colocasse a homossexualidade no campo de um mero “estilo de vida”, sendo assim, não passível de reconhecimento pelo Estado.

Assim, a proposição do grupo Triângulo Rosa consistia na inclusão do termo *orientação sexual* juntamente com as palavras sexo, cor, religião e convicções políticas e filosóficas, no rol das razões de não discriminação. A inclusão da expressão *orientação sexual* na Constituição seria, por conseguinte,

[...] uma maneira de coibir o preconceito e a discriminação contra os homossexuais no Brasil, na medida em que a lei seria uma ferramenta para esta minoria demandar o respeito do restante da sociedade. A reivindicação contou com o apoio do Conselho Nacional dos Direitos das Mulheres (CNDM), que encaminhou um anteprojeto aos parlamentares constituintes contemplando a questão (SANTOS, 2011, p. 94).

O autor explica que, para os opositores dos direitos dos homossexuais, por sua vez, a inclusão do termo na constituição, para além da proteção dos homossexuais contra a discriminação, abriria a possibilidade de legalizar comportamentos sexuais criminosos e perversões de natureza sexual. Alegaram a periculosidade do termo que, alargado, permitiria a

proteção constitucional da sexualidade, “anormal”, do “erotismo” e da “rotografia”¹¹.

Significativa, ainda, a exposição do presidente do Grupo Triângulo Rosa, que responsabilizou diversas esferas pela reprodução e disseminação de preconceitos e fórmulas estereotipadas dos homossexuais. Exemplo disso seria a suposta “falsa identificação” estabelecida pela mídia entre o “homossexual” e o “travesti-prostituto”. Assim,

[...] a fim de construir uma imagem de respeitabilidade do homossexual e dar legitimidade às demandas desta minoria, Mascarenhas acabou por excluir “os travestis” do âmbito da proteção constitucional a ser garantida pela inclusão do termo “orientação sexual”. A busca pela legitimidade da reivindicação do movimento homossexual na política institucional se deu, em grande medida, pela negação dos supostos “aspectos marginais” relacionados à homossexualidade. (SANTOS, 2011, p. 98).

Conforme veremos a seguir, na abordagem do combate à homofobia, essa fala de intenções separadoras entre respeitabilidade e não respeitabilidade pode ser encarada como operação linguística para a qual a movimentação *queer* empreenderia esforços críticos de desconstrução, na medida em que a mobilização pelo reconhecimento dos “respeitáveis” homossexuais possa significar apenas a tentativa de um alargamento do rol de novos “normalizados”, dentre os quais não ingressaria, por exemplo, o “travesti-prostituto”.

Retomando o percurso histórico, é possível observar, na década de 1990, o rearranjo e a rearticulação do movimento homossexual brasileiro, com a emergência de novos grupos por todo o país e a efervescência de vários encontros nacionais. Trata-se da terceira fase ou “terceira onda” do movimento homossexual, que conta também, de acordo com Santos (2011), com o florescimento de um mercado de consumo direcionado ao público homossexual, proporcionando novos espaços de sociabilidade para identidades antes relegadas à marginalidade.

Segundo Carrara e Vianna (2008), o ano de 1995 merece destaque na história do movimento LGBT, nas esferas nacional e internacional. Isso porque, durante a 8ª Reunião Nacional de Lésbicas e Gays, foi fundada a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays e Travestis (ABGLT).

A criação da entidade, segundo Santos (2011), foi um acontecimento cercado de polêmicas. Vários grupos homossexuais se retiraram da assembleia, que votou pela criação da entidade. Eles argumentavam que a plenária de um encontro nacional, espaço de discussão do movimento homossexual, não teria a legitimidade para aprovar ou não a criação de uma

¹¹ Exemplificações trazidas na fala do Constituinte Antônio de Jesus, PMDB-GO, na 11ª. Reunião da Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher, 09.06.1987. Em sua fala, segundo Santos (2011, p.98), o Constituinte aponta que a rotografia é o gosto de escrever apenas sobre assuntos de “caráter puramente erótico”.

entidade nacional. Criticavam, também, a expectativa centralizadora da entidade.

Em 1997, teve lugar a primeira Parada do Orgulho GLT – Gays, Lésbicas e Travestis – no Brasil e, desde então, são organizadas as paradas em diferentes cidades, com um número cada vez maior de participantes, convertendo-se em um símbolo da enorme visibilidade, que tem logrado o movimento desde a segunda metade da década 1990.

Embora a “homossexualidade” não seja tipificada como crime no Brasil, há uma proliferação da discriminação contra gays, lésbicas, travestis e transexuais e, portanto, esse tem sido desde o princípio um foco ativo de atenção do movimento. Frente à ausência de uma previsão legal como tipo penal e uma respectiva sanção penal explícita, o discurso médico/psicológico exerceu considerável papel de controle social e discriminatório.

Por essa razão, um dos maiores êxitos do movimento a esse respeito é datado em 1985, ao lograr êxito na eliminação da homossexualidade da lista de doenças reconhecidas pela Associação Médica Brasileira, conquista alcançada pela OMS apenas alguns anos depois, em 1993.

De acordo com os autores, em 2003, a delegação brasileira apresentou na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas uma Resolução acerca da discriminação à orientação sexual como uma violação aos direitos humanos. Porém, devido a fortes pressões de países muçumanos e do Vaticano, a votação da Resolução foi adiada em 2004 e, em 2005, o Brasil não apresentou o documento, devido a pressões dos países muçumanos relacionadas a negócios comerciais.

De acordo com Santos (2011), é preciso apontar ainda que, ano de 2003, em um esforço por desafiar as forças conservadoras na legislatura brasileira e por apoiar os projetos de lei relacionados com os direitos LGBT, a Câmara dos Deputados criou, em outubro de 2003, a Frente Parlamentar Mista para Livre Orientação Sexual, resultado da colaboração entre ativistas, 75 deputados e 09 senadores de diferentes partidos políticos e que tinha por objetivo articular deputados e senadores favoráveis às reivindicações do movimento LGBT.

As paradas de Orgulho LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais e Travestis – consolidaram-se como fontes de informação sobre violência incidente contra homossexuais, travestis e transgêneros. Miskolci (2011) aponta que, em razão dos entraves à proposta de legalização da união civil, o movimento caminhou em direção à luta contra a homofobia, um objetivo político, segundo o autor, mais unificador e menos hierarquizante do que o anterior.

O reconhecimento implícito de diferentes formas de violência contra os homossexuais conduziu a uma nova iniciativa: a criação do programa Brasil sem Homofobia, um programa para combater a violência e a discriminação contra LGBT e para promover a cidadania

homossexual, que foi lançada pelo Governo Federal em maio de 2004.

Segundo Santos (2011), o programa denominado “Brasil sem homofobia” foi resultado do trabalho conjunto da recém-criada Secretaria Especial de Direitos Humanos (SEDH) com grupos do movimento LGBT brasileiro e contemplava um amplo conjunto de ações em diversos ministérios em relação à questão da homossexualidade.

Assim, o programa foi concebido por uma Comissão, composta por representantes do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e o Ministério da Saúde, com a participação de muitos ativistas e organizações militantes, tais como ABGLT.

A proposta do programa era promover “um conjunto de ações destinadas à promoção do respeito à diversidade sexual e ao combate das várias formas de violações dos direitos humanos de GLBT”¹². Suas recomendações, de amplo espectro, incluíam a condição de que as instituições estatais, especialmente aquelas relativas à educação, à seguridade, à lei, à atenção e à supervisão da saúde, devem assegurar que suas políticas e não sejam instrumentos empregados em favor das práticas discriminatórias.

Santos (2011) aponta que uma das propostas do “Brasil sem homofobia” foi a I Conferência GLBT, que contou com grande participação dos grupos LGBT na elaboração de uma pauta de reivindicações do movimento aos poderes públicos. Estas reivindicações foram incluídas no Plano Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3) elaborado em 2010 pela SEDH e que articulou as demandas de diversos segmentos da sociedade (negro, mulheres, crianças e adolescentes entre outros). O autor considera que

[...] a inclusão da não discriminação por orientação sexual e da legalização das uniões entre pessoas do mesmo sexo gerou amplas críticas de setores conservadores da sociedade. No entanto, as duas reivindicações - principais bandeiras do movimento LGBT no país - foram mantidas na versão final do documento. (SANTOS, 2011, p. 82).

Para Miskolci (2011), a luta anti-homofobia poderia aprimorar a crítica e voltar-se contra o heterossexismo institucional, pois que, para o autor, em lugar de transformar essas experiências em força política de resistência e questionamento da heteronormatividade,

[...] parece mais forte, no contexto brasileiro, a manutenção de uma perspectiva que busca conciliar a armadilha identitária da qual o movimento parece não saber sair. Daí a estratégia vitimizadora que subdivide a homofobia nas chamadas transfobia, homofobia, lesbofobia apelando para a proteção e a tolerância de identidades ao invés de problematizar as normas sexuais como um todo (MISKOLCI, 2011, p. 66).

¹² Brasil sem Homofobia, Ministério da Saúde, 2004, p.27.

A crítica dirigida pelo autor tem o condão de fazer exercitar a revisão de várias experiências brasileiras que, na organização política do movimento homossexual, operavam a partir de um apego à identidade que é, nas palavras de Miskolci (2011), perigosamente similar ao que permitira, no passado, que os saberes médico-psi criassem a homossexualidade como uma verdadeira *espécie*.

A fala do líder do Grupo Triângulo Rosa, na oportunidade da constituinte, conforme anteriormente apresentado, pode ser trazida aqui como exemplo sintomático para essa crítica, na medida em que a manifestação do representante fundou uma identidade higienizada diante de outras “falsamente identificadas”, que vinculavam o homossexual e o travesti prostituto. A busca pela legitimidade da reivindicação do movimento homossexual na política institucional se deu, em grande medida, pela negação dos supostos “aspectos marginais” – das outras espécies, que não são “nós” - relacionados à homossexualidade. Assim, sob uma ótica *queer*,

[...] o que parece necessário é exatamente desconstruir o processo pelo qual alguns indivíduos se tornam normalizados e outros, marginalizados. O que se torna indispensável, portanto, é atacar e minar esse processo: pôr em cheque a heteronormatividade revelando a presença do “outro” – isto é, o homossexual – na afirmação da identidade heterossexual e demonstrando a necessidade da contínua reiteração das normas para garantir a identidade sexual socialmente legitimada (LOURO, 2004, p. 211).

Daí a importância das palavras de Miskolci (2009) sobre a Teoria *Queer* como uma crítica sem sujeito – em língua inglesa, *subjectless* – que foca em um amplo campo de normalização como *locus* de violência social, para as estruturas sociais hegemônicas, que criam sujeitos como normais e naturais, por meio da produção de outros perversos ou patológicos.

O *queer* mantém, portanto, segundo o autor, sua resistência aos regimes da normalidade, mas reconhece a necessidade de uma *epistemologia do abjeto*, baseada em investigações interseccionais, de modo que

[...] tais pesquisas sociológicas focariam nos processos normalizadores que resultam na criação das identidades e sujeitos subordinados. Este procedimento metodológico *queer* auxiliaria no rompimento com a antiga tendência sociológica de partir desses sujeitos já constituídos em pesquisas que, ao invés de colocar em xeque forças sociais, terminavam por corroborá-las (MISKOLCI, 2009, p.173).

Em perspectiva semelhante, Santos (2011) questionará será possível a elaboração de direitos sexuais que possibilitem o amparo legal e a proteção jurídica das diversas expressões de identidades e práticas sexuais, sem com isso negar o caráter fluido, instável e contingente

dessas mesmas identidades e práticas.

Para Teixeira Filho (2012), ante suas especificidades, seria mais potente, em termos de luta por direitos, empreendermos também uma crítica sistemática aos essencialismos em torno das sexualidades. Isso porque, conforme dito, tanto a identidade homossexual ou qualquer outra não se define por uma essência atemporal e a-histórica, quanto a expectativa de desenvolver “verdades” sobre as homossexualidades deva ser evitada, ainda que carregada das “boas intenções”, conforme retomaremos no tópico a seguir.

2.3 *Queer* para quê: a desconstrução geral da ontologia social¹³

Conforme vimos na síntese apresentada, nos tópicos anteriores, sobre os percursos dos movimentos feministas, sexuais e LGBT, desde o final dos anos 1960, a denominada “política de identidades”¹⁴ tem a sua expressão na história ocidental e, particularmente, também no Brasil.

Nas considerações de Louro (2004), por algumas décadas, supor uma identidade comum e uma agenda comum havia sido crucial para construir os movimentos sexuais e de gênero. A história construtivista e construída pelos movimentos feministas e pelos movimentos sexuais e LGBT experimentaram, em suas alianças, exitosas caminhadas, mas também limitações e dissonâncias que, por vezes, silenciadas em nome das causas comuns, parecem estar dando lugar à divisão ou à multiplicidade na contemporaneidade. Nesse sentido, para a autora, a afirmação de uma política e teoria *queer* contribui tanto como uma resposta à crise, quanto uma instigação à mesma.

A teoria *queer*¹⁵, segundo Miskolci (2009), emergiu nos Estados Unidos em fins da década de 1980, do encontro entre uma corrente da Filosofia e dos Estudos Culturais norte-americanos com o pós-estruturalismo francês, que problematizou concepções clássicas de sujeito, identidade, agência e identificação, em oposição crítica aos estudos sociológicos sobre minorias sexuais e de gênero.

¹³ Termo empregado, originalmente, em língua inglesa – “*general deconstruction of social ontology*” – por Adam Isaiiah Green em *Queer Theory and Sociology: Locating the Subject and the Self* (2007).

¹⁴ Na abordagem conceitual de Louro (2004), trata-se do movimento político e cultural por meio dos quais grupos sociais historicamente subordinados vêm afirmando suas experiências, seus valores e sua história.

¹⁵ Foi em uma conferência na Califórnia, em fevereiro de 1990, que Teresa de Lauretis empregou a denominação *Queer Theory*, para contrastar o empreendimento *queer* com os estudos gays e lésbicos (MISKOLCI, 2009).

O autor aponta que, em que pese ter surgido nessa oposição, a Teoria *Queer* não propôs questionar o valor da Sociologia como empreendimento intelectual. A progressividade das críticas *queer* partiu da emergente sociologia da sexualidade,

até ampliar-se para uma para uma possível renovação do empreendimento sociológico por meio do desenvolvimento sistemático de uma orientação teórica que viabilize a criação conjunta de uma analítica da normalização. Desta forma, é possível interpretar o objetivo *queer* como integrador e interseccional, pois tende a difundir-se por todas as áreas da disciplina (MISKOLCI, 2009, p.171).

A escolha do termo *queer*, na época, não poderia ter sido mais proposital e provocadora: a corrente teórica apropriou-se de um xingamento, um insulto com denotação da anormalidade, perversão e desvio, o que punha em relevo o compromisso de seus primeiros pensadores em desenvolver uma analítica de normalização cujo foco, naquele momento, centrava-se na sexualidade.

Nas palavras de Louro (2004, p.208), *queer* traz consigo o sentido de “colocar-se contra a normalização, venha ela de onde vier”. Nesse sentido, a autora instiga que a teoria e o movimento *queer* não apenas se contrapõem à heteronormatividade compulsória de nossas sociedades, mas também se contrapõem à estabilidade e à normalidade da identidade homossexual.

Podemos dizer que os teóricos *queer* compreendem a sexualidade com as lentes influenciadas pelos *insights* foucaultianos em matéria de sexualidade, cabendo enfatizar, nas palavras de Miskolci (2009), a compreensão foucaultiana de um *dispositivo histórico do poder*, caracterizado pela inserção do sexo em sistemas de unidade e regulação social nas sociedades ocidentais modernas, cabendo recordar que o *dispositivo* corresponde a

[...] um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (FOUCAULT, 2005, p.244).

Para atender às propostas deste trabalho, compreendemos o termo *queer* mais que um termo guarda-chuva, que abriga todas as identidades não heterossexuais e comportamentos ou práticas que se desviam das normas regulatórias da sociedade, mas como

uma disposição existencial e política, uma tendência e também um conjunto de saberes que poderiam ser “subalternos”, quer dizer, saberes que se construíram e se constroem fora das sistematizações tradicionais, saberes predominantes desconstrutivos mais que propositivos (LOURO, 2014, p.36).

Ainda mais, podemos considerar que, curiosamente, utilizar o termo *teoria* é um paradoxo, já que não há, de fato, uma *teoria*, bem como não há modelos e conceitos a serem reproduzidos. Assim, o movimento *queer* nada tem de unificado, correspondendo, em mais adequada compreensão, a diversas problematizações reunidas para trazer à tona importantes desacordos e divergências, de modo que, nas palavras de Teixeira Filho (2013, p.165), “a dita Teoria *Queer* é uma prática, um ofício de desconstrução dos universais, um princípio do viver, uma ética de afirmação da vida que pode ser aplicada a qualquer ofício”.

Segundo Miskolci (2014), a teoria *queer* – ressalvadas, portanto, as observações sobre denominá-la, com algum sentido de unicidade, uma *teoria* – oferece-nos ferramentas conceituais e teóricas para desconstruir ontologias do social e da cultura construídas em uma perspectiva heterossexual, que aglomera teóricos que, de modo geral, recorrem à desconstrução e fazem uso de perspectivas psicanalíticas. Tal provimento conta, por conseguinte, com, ao menos, duas características: o *método desconstrutivista* e a *problematização do sujeito*. Assim,

[...] enquanto as ciências sociais, em seu intuito de desnaturalizar o social, têm como marca formas variadas de construtivismo social e histórico, o pensamento *queer* aposta na desconstrução como meio mais afeito a esse mesmo empreendimento. A despeito das boas intenções, o construtivismo social tendeu a corroborar o que buscou compreender, enquanto a desconstrução parte da crítica da ordem existente para problematizá-la. (MISKOLCI, 2014, p.34).

Ainda segundo o autor, em contraste com a sexologia de seu tempo, Sigmund Freud criou a Psicanálise com uma proposta de compreensão universalizante da sexualidade baseada na mobilidade multiforme do desejo sexual e na bissexualidade como potencial em qualquer pessoa. Assim,

[...] foi no período da chamada “invenção do homossexual” que Freud deu textura e credibilidade psicológica a um mapeamento contraposto e universalizante desse território, baseado na suposta mobilidade multiforme do desejo sexual e na bissexualidade potencial de toda criatura humana; mapeamento que não implica a presunção de que a inclinação sexual de cada um se dirigirá sempre a pessoas de um único gênero, e que oferece, além disso, uma descrição ricamente desnaturalizante dos motivos e mecanismos psicológicos da definição homofóbica projetiva paranóica dos machos e de sua prática normalizadora (SEDWICK, 2007, p.44).

Contudo, esse argumento “antiminorizante” freudiano, segundo Sedwick (2007), só ganhou influência ao ser articulado a uma teoria que via no interesse por indivíduos do mesmo sexo apenas uma fase no caminho para a vida adulta, compreendida como sinônimo

de heterossexualidade, de modo que a articulação entre universalismo “antiminorizante” com uma teoria desenvolvimentista camuflou seu heterossexismo e masculinismo.

De qualquer forma, é preciso dizer que Freud, ao contrário dos sexólogos, já não se preocupava em classificar, caracterizar nem julgar “pervertidos” ou “invertidos”, pois seu foco, segundo Rubin (2003) era o custo psíquico – neurose – cobrado pela “normalidade sexual”, normalidade essa, muitas vezes, corroborada pelas vertentes feministas fundadas na diferença sexual.

A esta altura, surge para nós a responsabilidade afirmar que não é possível dissociar o empreendimento *queer* dos feminismos, como se o *queer* representasse, de algum modo, a superação dos caminhos já percorridos. É possível dizer, de outra via, nas palavras de Miskolci (2011, p.61) que “a Teoria *Queer* nasce de uma vertente do feminismo que buscou incorporar as questões de sexualidade às de gênero” e que o *queer* se entrelaça à tradição feminista, questionando-a, examinando-a. Desse modo,

[...] seria um erro sucumbir a uma noção progressiva da história pela qual se entende que diferentes marcos vão se sucedendo e suplantando-se uns aos outros. Não se pode narrar uma história sobre como alguém se desloca do feminismo ao *queer* e ao *trans*. E não se pode narrar esta história, simplesmente porque nenhuma dessas histórias pertence ao passado: essas histórias continuam ocorrendo de formas simultâneas e solapadas no instante mesmo em que as contamos. Em parte se dão mediante as formas complexas em que são assumidas por cada um desses movimentos e práticas teóricas. (BUTLER, 2006, p.17).

Ainda de acordo com o Miskolci (2014), a ênfase *queer* nos processos de normalização implicados na constituição dos sujeitos, das identidades sociais e, até mesmo, das coletivas que fundam movimentos sociais do presente, aponta para a compreensão de que a maioria dos fenômenos até recentemente compreendidos como desvio podem ser encarados como diferenças, resultado de processos contínuos e interrelacionados de inferiorização, da criação de Outros que justificam a distribuição e o acesso desigual ao poder. Diante desse cenário, o *queer* se posiciona como uma “desconstrução geral da ontologia social”, expressão que deu o título a este tópico.

2.4 A conjugalidade entre pessoas do mesmo sexo no Brasil: (re)visitando histórias

Em seus primórdios, os movimentos de liberação sexual, conforme apresentamos, recusavam os estereótipos que vinculavam a homossexualidade a uma suposta “patologia” e dirigiam as suas atuações no questionamento de padrões socialmente definidos sobre a

sexualidade e os arranjos afetivos conjugais, articulado principalmente nas críticas ferozes à monogamia. Assim,

[...] na década de 1970, ainda marcada pela contra- cultura e propostas de mudanças sociais profundas, muitos desses grupos propunham a abolição dos papéis sexuais, a transformação da instituição familiar, a desconstrução das categorias monolíticas da homo e da heterossexualidade, o desenvolvimento de um novo vocabulário do erótico e, sobretudo, a compreensão da sexualidade como prazerosa e relacional ao invés de reprodutiva ou definidora de um status moral aceitável ou reprovável socialmente (MISKOLCI, 2007, p.107).

No início dos anos 1980, com a emergência e rápida disseminação da AIDS, propostas mais profundas e radicais de transformação social perderam apelo diante do resgate e da intensificação de diversos pânico sexuais Segundo Santos (2012), o movimento homossexual sofre uma mudança radical no seu foco de ação em vários contextos nacionais e passa a trabalhar intensamente com campanhas de prevenção à doença junto à comunidade homossexual.

A partir de então, a mobilização pelos denominados direitos LGBT teve repercussão acentuada em favor de um reconhecimento legal das uniões entre casais homossexuais. Miskolci (2007) explica que, nos Estados Unidos, na Europa e no Brasil, a AIDS levou a uma reconfiguração e aproximação dos grupos, alinhados pela defesa de direitos civis, com certa aceitação política de uma *essencialização* identitária para esta luta – o famoso *essencialismo estratégico*¹⁶ definido por Gayatri Spivak – e a desvalorização de aspectos “marginais” das vivências gays e lésbicas em benefício de objetivos assimilacionistas.

Durante os primeiros anos de epidemia de AIDS no Brasil, os desafios da virulência¹⁷ tinham como agravamento a tremenda desigualdade da sociedade e intensa discriminação em torno do enfrentamento da doença. No auge da epidemia,

as campanhas de prevenção enfatizavam que relações sexuais com múltiplos parceiros aumentavam o risco de contágio pelo vírus HIV. Isso pode explicar a razão de muitos homossexuais estabelecerem relacionamentos monogâmicos e estáveis como uma forma de proteção contra a doença. Neste sentido, é provável que a AIDS tenha tido impacto decisivo na importância que as demandas por direitos concernentes à conjugalidade homossexual obtiveram no movimento homossexual nos últimos anos (SANTOS, 2011, p.43)

Diante dessa contextualização, podemos inserir o mecanismo de resistência e controle da transformação societária conhecido como *pânicos morais* que, segundo Miskolci (2007,

¹⁶ A problematização do denominado *essencialismo estratégico* será feito adiante.

¹⁷ Poder de invasão do microrganismo.

p.103), são “aqueles que emergem a partir do medo social com relação às mudanças, especialmente as percebidas como repentinas e, talvez por isso mesmo, ameaçadoras”.

O casamento gay, nesse sentido, atesta uma profunda modificação nas lutas simbólicas com as quais a homossexualidade historicamente se engajou, suscitando uma série de questões. Roudinesco (2003), por exemplo, evoca um *desejo de normalização*, que altera a sua localização política. Se, inicialmente, a identidade gay e o casamento eram vistos como polos opostos, é preciso questionar como essa demanda foi introduzida no movimento e como é possível reconstituir historicamente, por meio da compreensão dos *pânicos morais*, o temor com relação a gays e lésbicas que marca a rejeição desse direito.

Teixeira Filho (2013) lembra-nos que a epidemia inicial da AIDS, que surge com os rótulos de “câncer gay” e “peste gay” reifica, de um lado, a *verdade* sobre a identidade homossexual e, de outro lado, incentiva os estudos sobre as homossexualidades, o que contribuiu para que a compreensão social desse grupo se desse por meio de um problema de saúde pública.

Em tais ponderações, Miskolci (2011) adverte que, não fossem efeitos das reflexões foucaultianas acerca do biopoder, a homossexualidade estaria ainda *repatologizada*, como nos momentos iniciais da AIDS, mas que tais advertências não impediram que o movimento se “docilizasse”, isto é, que fosse “controlado” pelo Estado, tal qual, segundo o autor, é possível notar na experiência brasileira.

Os efeitos de *docilização e controle* do movimento moderaram o desenvolvimento de uma visão mais crítica e *desnaturalizante* com relação à heterossexualidade, a qual permaneceu em uma “zona de conforto”, aspecto claro na forma como até hoje a política preventiva de doenças sexualmente transmissíveis dirige-se, sobretudo, aos não heterossexuais. É o que implica o denominado processo de *sidadanização*¹⁸, ou seja,

[...] a construção da cidadania a partir de interesses estatais epidemiológicos, terminou por criar a bioidentidade estigmatizada do aidético reconfigurando nossa pirâmide de respeitabilidade sexual (e social). Em suma, a epidemia de HIV/AIDS foi um divisor de águas na história contemporânea modificando a sociedade como um todo, mas com efeitos normalizadores ainda maiores no campo das homossexualidades (MISKOLCI, 2010, p. 50).

¹⁸ O termo *sidadanização* utiliza criticamente a relação entre SIDA – sigla em espanhol da AIDS – e processo de construção da cidadania dentro de um modelo dirigido biopoliticamente.

Na análise de Miskolci (2007), o debate contemporâneo sobre o casamento gay¹⁹ deve ser considerado um fenômeno privilegiado para a compreensão do lugar atual de gays, lésbicas e transgêneros e da própria instituição do casamento. Para o autor, a discussão evoca um dos temas clássicos da sociologia: a dinâmica da reprodução e da mudança social.

Para compreendermos a resistência de grupos sociais conservadores em confronto com a luta de grupos organizados pela parceria civil, o autor nos convida a seguir com ele em uma análise *queer*, disposta a ultrapassar os dois lados da questão a fim de investigar o processo em que ambos se inserem, moldando-se mutuamente, considerando a forma como nossa sociedade renegocia padrões normativos e práticas sexuais na moeda do controle social.

Feitas tais advertências sobre o modo de empreendermos essa revisão histórica, podemos pensar história do reconhecimento da conjugalidade de pessoas do mesmo sexo, que, de acordo com Santos (2011), teve por marco o veredicto da Suprema Corte do estado norte-americano do Havaí, em 1993, que abria a possibilidade de reconhecimento de direitos de casais do mesmo sexo. A questão do reconhecimento, por conseguinte, ganhou projeção mundial e o tema passou a povoar constantemente os debates na opinião pública em âmbito internacional.

Segundo Mello (2005b), a partir do final da década de 1980, países do norte da Europa – Dinamarca, Suécia e Noruega – começam a reconhecer a legalidade das relações amorosas estáveis entre gays e entre lésbicas, inclusive sob a alegação de que se tratava de medida fortalecedora de relações monogâmicas e duradouras, contribuindo para a diminuição das possibilidades de infecção pelo HIV, além de assegurar amparo legal aos parceiros de homens mortos em decorrência da epidemia.

No Brasil, um Projeto de Lei federal para regular a *união civil entre pessoas do mesmo sexo* pode ser apresentado como a primeira tentativa legal e que sofreu uma forte reação, tanto política quanto pública. O Projeto de Lei nº 1151 foi apresentado na Câmara dos Deputados, no ano de 1995, pela então deputada Marta Suplicy (PT-SP). Especialmente a partir da publicização desse projeto de lei,

[...] os meios de comunicação de massa, passaram a dar cobertura ostensiva – e muitas vezes sensacionalista – à discussão sobre a união civil entre pessoas do mesmo sexo, denominando-a, a contragosto da autora da proposição, de “casamento gay” (MELLO, 2005b, p. 205).

¹⁹ O autor utiliza *casamento* e *parceria civil* como sinônimos, pois privilegia a visão corrente que não dissocia uma forma de união da outra. Veremos que, no Brasil, o termo utilizado na proposta de Marta Suplicy no Projeto de Lei 1.191/95 é *parceria civil entre pessoas do mesmo sexo*.

Mello²⁰ (2005b) sistematiza que, em relação ao mérito do Projeto na Câmara dos Deputados, a polaridade dava-se na afirmação, no caso dos defensores, ou negação, no caso dos opositores, às seguintes compreensões: a) o Projeto não confere estatuto familiar às uniões homossexuais e é, portanto, constitucional; b) a liberdade de orientação sexual é um direito humano e de cidadania; c) a família é uma instituição social e histórica, sujeita a transformações; d) a conjugalidade não se confunde com a parentalidade; e) a proteção do Estado às uniões homossexuais deve ser pensada numa perspectiva laica e, portanto, não religiosa; f) uniões homossexuais e uniões heterossexuais, além de serem ambas fundadas no amor, devem receber tratamento igualitário na esfera pública.

Dentre as diversas polêmicas que orbitaram o projeto, o debate em torno do termo “união civil” pode ser apresentado como a principal delas. Segundo Santos (2011, p. 44), o termo fazia alusão à união estável heterossexual e poderia fazer com que o projeto fosse barrado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) por ir de encontro ao parágrafo 3º do Artigo 226 da Constituição de 1988, que estabelece que “para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre homem e mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento”.

Esse fato contribuiu para a aprovação de um substituto ao projeto, denominando-o de “Parceria Civil Registrada”, cuja mais significativa alteração é a inclusão de um parágrafo que veta “qualquer acordo de adoção ou tutela de crianças e adolescente, mesmo que sejam os filhos de um dos membros da parceria” e a mudança do estado civil dos parceiros.

Desse modo, se, na versão original do referido projeto, não consta qualquer referência proibitiva ou autorizadora da adoção conjunta por pessoas do mesmo sexo, o seu substituto, aprovado pela Comissão Especial, deixava clara a impossibilidade de constar qualquer disposição sobre guarda, tutela a adoção de crianças e adolescentes no contrato de parceria civil registrada. A inclusão desses termos apresentou, sintomaticamente, a tensão em torno do reconhecimento total de parcerias civis como *família* e o signo desse tipo de relação em um *status* subordinado às famílias constituídas por “homem” e “mulher”.

Na apreciação tanto da conjugalidade quanto da parentalidade por pessoas do mesmo

²⁰ É preciso esclarecer que o autor se utiliza das categorias “homossexualidade”, “homossexual” (como adjetivo) e “homossexual” (como substantivo) para referir-se, nos dois primeiros casos, ao que denomina “conjunto de práticas e representações sociais relacionadas aos vínculos emocionais e sexuais entre iguais biológicos e, no terceiro caso, ao ser humano que estabelece, no imaginário ou no mundo real, tais vínculos” (MELLO, 2005b, p. 199). Contudo, o autor ratifica que, no campo semântico da *homossexualidade* – e mais ainda do homossexualismo – e da *identidade homossexual*, não é possível ignorar as marcas do contexto médico-patologizante que lhe deu origem na Europa da segunda metade do século XIX. Nesse sentido, esclarece que a opção pelas categorias elencadas não dispensa a preocupação com as dificuldades teóricas ainda subjacentes à compreensão da sexualidade e da conjugalidade a partir de fundamentos sociais e históricos.

sexo, os opositores ao projeto apresentavam um conjunto emaranhado de argumentos ora religiosos, ora patológicos, naturalizadores da heterossexualidade, quase em sua integralidade uma colcha de retalhos de todos esses elementos, de modo que

[...] as relações [entre pessoas do mesmo sexo] não passariam da materialização de um misto de pecado, doença, crime e mau-caratismo, numa afronta à sociedade, à natureza e a Deus [...]. Segundo esses parlamentares, tal entendimento não pode ser compreendido como discriminação ou violação dos direitos humanos e de cidadania, uma vez que seriam os próprios homossexuais que deliberadamente autodiscriminam-se, quando se recusam a ingressar na norma heterocêntrica, supostamente franqueada a todos. O não reconhecimento das uniões homossexuais como entidades familiares fundamenta-se, também, na compreensão de que a homossexualidade é uma imoralidade e que os homossexuais, consequentemente, não devem ser estimulados a permanecer no terreno da “marginalidade” e do “desvio”, mas ao invés, devem ser reintegrados socialmente, por meio da conversão – no sentido religioso mesmo – ao universo heterossexual, supostamente o único capaz de proporcionar felicidade e realização pessoal, por atender aos preceitos da moral cristã (MELLO, 2005b, p.212).

Na análise de Mello (2005a) sobre o processo de discussão desse projeto na Câmara dos Deputados, a argumentação de seus defensores reiterava que, porque as uniões homossexuais não constituíam uniões estáveis ou casamento, não destoavam das formas constitutivas já previstas pelo ordenamento jurídico brasileiro, tratando-se de outra espécie de união, portanto, o projeto era afirmado como constitucional.

Cabe ressaltar que, de acordo com Santos (2011), por maior que fosse a distinção alegada na defesa da existência das diferentes uniões, ao apresentarem argumentos favoráveis à aprovação do projeto, alusões à união estável e à dimensão familiar do casal homossexual estavam sempre presentes.

Desse modo, vários argumentos foram apresentados a favor da aprovação do projeto, dentre eles: o princípio de igualdade entre homossexuais e heterossexuais, a necessidade de amparo legal às uniões homossexuais existentes e de combate ao preconceito por orientação sexual e, com alguma precedência para as análises posteriores deste trabalho, o argumento da *existência do afeto* como base dessas uniões. Em sintonia com tais considerações, pode-se dizer que

[...] é comum [aos parlamentares favoráveis à aprovação do projeto] a preocupação com a garantia da constitucionalidade do projeto, o que parece impedi-los de reconhecer explicitamente as uniões homossexuais como entidades familiares. Talvez por essa razão, seus posicionamentos são marcados por uma ambivalência, traduzida na negação, em termos formais, e na afirmação, em termos substantivos, da dimensão familiar das uniões homossexuais. Essa ambivalência encontra-se particularmente expressa nas tentativas de enunciar distinções entre a união/parceria civil, de um lado, e o casamento/união estável, de outro, simultaneamente à defesa do amparo legal a uniões homossexuais (MELLO, 2005a, p.103).

O projeto de lei nunca foi submetido à votação, devido ao fato de que os representantes do Congresso favoráveis à sua aprovação calculam que não contam com o apoio necessário. Entretanto,

[...] com os debates acerca do Projeto de Lei nº 1.151/95, a luta dos homossexuais pelo reconhecimento de sua cidadania e direitos humanos alcançou um novo patamar na cena política brasileira. Até então as discussões acerca do eventual direito de lésbicas e gays a não discriminação por orientação sexual restringiam-se às esferas do trabalho, da moradia, do lazer e do acesso a bens e serviços. (MELLO, 2005b, p.205)

Nas palavras de Santos (2011) no legislativo federal, responsável por alterar a legislação civil e penal, não houve avanço na questão dos direitos sexuais de gays e lésbicas. O projeto de Parceria Civil Registrada (PCR) aguarda votação do plenário desde 1995 e a proposta de criminalização da homofobia, aprovada na Câmara dos Deputados em 2006, ainda aguarda votação no Senado Federal.

De antemão, a partir da segunda metade dos anos 1990, uma diversidade de decisões judiciais levou a efeito o reconhecimento, em primeira instância ou nos tribunais superiores, de direitos sucessórios, direitos relativos à pensão, direito à adoção conjunta – exatamente como ocorreu na decisão do TJPE do ano de 2008, levado ao estudo de caso nesta pesquisa –, direitos relativos à mudança de nome e sexo em certidões de nascimento, dentre outros.

De acordo com Santos (2011), dentre essas iniciativas encontramos a Ação Civil Pública impetrada pelo Ministério Público Federal no Rio Grande do Sul em 2000 contra o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e que contou com o apoio do grupo Nuances-RS. A ação estendeu aos casais do mesmo sexo de todo o país o direito de pensão e de auxílio-reclusão previstos na legislação previdenciária.

É possível dizer que o Judiciário brasileiro iniciou o trabalho interpretativo favorável à apreciação dos casos por meio de combinações de dispositivos da Constituição Federal de 1988, do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e do Código Civil de 2002, para conceder esses direitos em casos específicos. A divulgação, pelos meios de comunicação, de tais decisões, pôs a sociedade brasileira diante da facticidade da homossexualidade e das uniões homossexuais (MELLO, 2005a).

Essa conjuntura tornou possível uma decisão jurídica no STF, no ano de 2011, sobre entidade familiar homossexual. Assim, no dia 05 de maio de 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu terem as uniões entre pessoas do mesmo sexo os mesmos direitos e deveres, que decorrem da união entre homem e mulher. O posicionamento ganhou espaço na

ordem jurídica brasileira após discussão sobre a Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 132), impetrada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, e a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI 4277), impetrada pelo Procurador Geral da República. Consequência desse posicionamento diz respeito à integração da união homossexual na expressão *entidade familiar* para o sistema jurídico brasileiro.

Conforme veremos nos capítulos seguintes, o problema central sobre a questão do reconhecimento da conjugalidade gay e lésbica para a teoria *queer*, sobretudo nas considerações de Butler (2003a), diz respeito às consequências reflexas da nova segmentação entre legítimos e ilegítimos, que emerge do processo. Isso porque, se mantido o processo pelo qual alguns indivíduos se tornam normalizados e outros, marginalizados, reitera-se o regime de verdade estabelecido pelo casamento, de modo que pares considerados presentemente ilegítimos, mas legitimáveis futuramente, passam a ser contrapostos aos pares que, nem considerado o lapso do tempo, poderão ser legitimados na ordem jurídico-normativa.

Desse modo, o que se vê com o dilema butleriano sobre o casamento, ao problematizar a heterossexualidade normalizadora do parentesco, é que certas possibilidades de arranjos/realidades de vida – a exemplo de casais não casados, não monogâmicos – se tornem cada vez mais negligenciadas, dentro da esfera da política que reduz um debate complexo às limitações sobre a admissibilidade ou não do casamento homossexual.

Quase como um desabafo, como captar a fluidez de referenciais teóricos *queer*, desconstrutivistas, sem medo de perder-se? Como medir o quanto as nossas premissas estão comprometidas e cimentadas sob a pauta heteronormativa para a construção das identidades sexuais e de gênero, parentesco, educação de crianças e adolescentes na análise de atos processuais de uma adoção conjunta por pessoas do mesmo sexo?

A certa altura de suas reflexões, Louro (2004) dirá que a teoria *queer* servirá, aqui, para perturbar, provocar e desestabilizar. A autora questiona se seria possível romper com os esquemas binários para pensar o gênero e a sexualidade e conviver, na prática pedagógica, com o caráter indefinido, instável e transitório das identidades.

Tomando por empréstimo o questionamento da autora para a área da Educação, reproduzimos a nossa versão da sua indagação: o que essa teorização poderia sugerir a intelectuais que atuam em um campo tão marcadamente normalizador, como a operação jurídica de decisão judicial?

Tudo isso pode ser tomado como uma provocação, e provocações envolvem insegurança, surpresas, imprevistos. É possível negá-las e garantir o conforto das certezas já experimentadas e dos caminhos já traçados, mas isso também pode

representar o fim da imaginação, da tentativa e das descobertas. Aceitá-las talvez signifique admitir a aventura teórica e reinventar as estratégias políticas, abandonar o familiar e, de um jeito *queer*, deixar-se fascinar pelo estranho (LOURO, 2004, p.211).

Sentimo-nos particularmente desafiados por esses estudos, visto que o Direito atribui às decisões jurídicas o papel de estabilizar, pacificar e solucionar situações sociais, ao passo que a teoria *queer* desempenha o papel de desestabilização e problematização dessas mesmas situações. Reconhecemos que a aderência a um projeto *queer* de compreensão de parentesco gay no processo judicial de adoção exige de nós um constante exercício de desapego aos próprios regimes de verdade, tarefa com a qual nos comprometemos ainda com mais dedicação e atenção nos capítulos que seguem.

3 A ADOÇÃO NO BRASIL: MARCAS REVISITADAS NA CONTEMPORANEIDADE

*“Se tua pele perece, ela também não é a do teu filho.
Imortalidade só de amor, sabedoria e felicidade e elas também não são as do teu filho.
Legado é ânsia do desejo de um outro passado.”*

Maxwell Vignoli

Este capítulo tem como proposta discutir família, adoção, homossexualidade e parentesco heterossexual. Cabe, em primeiro lugar, questionarmos a pertinência e o sentido de se abordar a orientação sexual quando o tema é família e, mais especificamente, parentalidade. Para tanto, precisamos, inicialmente, contextualizar as demarcações da heterossexualidade, do casamento e da esterilidade na história da adoção.

Em seguida, abordarmos o paradigma da *bioparentalidade* na compreensão de família e nas práticas da adoção, com a reflexão sobre o uso do termo *homoparentalidade* que torna possível seguirmos mais especificamente, sobre a consideração do parentesco se é sempre tido como heterossexual.

Finalmente, introduzimos a discussão mais específica sobre adoção por pais homossexuais. Para tanto, pensamos o discurso do judiciário sobre família e parentalidade homossexual no terceiro capítulo, no estudo de caso. Isso porque olhar proposto – não significa que suficientemente atendido – para a adoção a partir da Constituição de 1988 incita a pesquisa sobre as práticas sociais contemporâneas que a envolvem, cabendo questionar quem são os atores desses processos e em que cenários se sustentam.

O direito de filiação foi constitucionalizado no art. 227, § 6º da Constituição de 1988, que consagra a igualdade jurídica entre os filhos, segundo a qual esses, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.

Podemos dizer que inúmeras práticas sociais absorvem, desafiam redimensionam esse direito. De acordo com Uziel (2007), o aumento da coabitação sem casamento põe em cheque a compreensão tradicional de estabilidade familiar e torna mais fluidas as fronteiras da instabilidade. As diversas famílias, provenientes dos diferentes relacionamentos dos pais e mães, orbitam na vida dos filhos, inserindo-os em diversos contextos não tradicionais de vínculos familiares, por exemplo, a relação das crianças e dos adolescentes com a mãe da companheira de sua mãe ou com os colaterais do primeiro grau do meio-irmão.

Atendendo aos comandos da Constituição de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/1990) não restringe família à existência dos dois sexos como casal parental. Assim que o art. 42 do ECA prevê a possibilidade de adoção por uma única pessoa, sem qualquer alusão à orientação sexual do adotante, seja como pré-requisito ou mesmo um critério de preferência. Entretanto, nas considerações de Uziel (2007b), operadores do direito e técnicos ainda fazem referência a casais quando querem falar sobre requerentes à adoção, por exemplo, pondo à margem a possibilidade de adoção por pessoas solteiras.

O reconhecimento formal/jurídico de arranjos familiares constituídos por pais gays e lésbicas ganhou maior visibilidade nas últimas duas décadas. O tema se instala gradativamente na pauta nacional desde os anos 1990 até a atualidade, com o ultimato das decisões jurídicas do STF no ano de 2011.

Uziel (2007) diz que a questão da *parentalidade* tem sido a grande dificuldade, no Brasil, para a concessão plena de direitos a casais compostos por pessoas do mesmo sexo. Embora as práticas sociais de diferentes arranjos familiares heterodiscordantes não tenham uma demarcação histórica específica, podemos dizer que, em termos de *reconhecimento jurídico*, desde o começo dos anos 1990, são três as possibilidades de um gay ou uma lésbica ser pai/mãe: filhos de uma relação heterossexual anterior, pela adoção judicial, pela realidade da vida no convívio com os filhos de um relacionamento ou uma situação anterior do(a) parceiro(a), ou por meio do uso de tecnologias reprodutivas.

As duas primeiras escapam à regularização. Para a primeira, a reprodução biológica, o Estado não tem meios de intervir. Na segunda hipótese, podemos dizer que, desde o ano de 1990, a adoção por pessoa solteira está prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, de modo que, na adoção singular, embora o Estado faça mediação jurisdicional, a orientação do(a) adotante não precisa ser revelada. Por isso, diversas famílias formadas por casais homossexuais também optaram por essa via, nas últimas décadas: apenas uma pessoa do casal adotava formalmente, embora ambos exercessem, na realidade da vida, os papéis parentais.

Mas, se as práticas sociais transcendem, questionam, extrapolam e provocam a produção jurídica de regimes de verdade sobre família, adoção e homossexualidade, devemos reconhecer que até mesmo a melhor das intenções constitucionais não alcança o ritmo e a complexidade das práticas sociais, de modo que precisamos discutir os aspectos sobre família, parentesco e adoção por pessoas do mesmo sexo que não cabem no dicionário jurídico.

Assim é que nos propomos a refletir sobre o que se pode reconhecer, neste cenário, como efeitos hierarquizantes da denominada matriz bioparental e heterossexual na cultura da

adoção, questões próprias da interdisciplinaridade que mereceram, nesta pesquisa, algumas reflexões mais extensamente apresentadas.

Surge, assim, a expectativa de aprofundar a temática da adoção e acolher a hipótese de que os embargos aos adotantes e adotados compõem uma cultura de adoção engessada pelos efeitos da parentalidade heteronormativa e da bioparentalidade.

Segundo Schetinni Filho (1998a), estudos brasileiros na área da adoção de crianças e adolescentes nas últimas duas décadas apontam que a infertilidade é dimensionada, contemporaneamente, como uma das mais importantes motivações para a busca pela adoção nas Varas de Infância e Juventude. Dado significativo para essa reflexão o último questionamento para o requerente à adoção no Tribunal de Justiça de Pernambuco, na parte em que o adotante preenche com os seus dados pessoais: *se é “estéril”* – com as alternativas de resposta *“sim”* ou *“não”*.

Qual a implicação de tal particularidade do pretendente? O que se expõe sobre a cultura da adoção no fato de interrogá-lo nesta característica pessoal pela planilha de cadastramento deste tribunal? A esterilidade, embora extraída dos requisitos legais para a adoção, estaria absorvida na cultura normativa e ainda funcionaria como elemento justificador para a adoção, tendo em vista a proeminência cultural dos laços de sangue, em confirmação aos efeitos explícitos da bioparentalidade e da heteronormatividade? São provocações como essas que nos conduzem às reflexões sobre o paradigma da verdade biológica e heterossexual no parentesco e na adoção.

3.1 Famílias, adoção e homossexualidade

3.1.1 Breves reconsiderações sobre a bioparentalidade na história da adoção no Brasil

A abordagem da adoção conjunta gay e lésbica na contemporaneidade demanda uma retrospectiva sobre a adoção no Brasil, dialogando sobre os temas correlatos – abandono de crianças, família, religião, legislação, papéis culturais, desigualdade econômica e as reflexões de gênero e cor da pele –, situando-a na história do pensamento social e jurídico do Brasil.

Como as primeiras providências assistenciais à criança abandonada no Brasil – e que tiveram, também, maior período de vigência – foram, inicialmente, transplantadas de Portugal, precisamos compreender, em breve leitura, os sentidos atribuídos a tais práticas na história deste país. Segundo Marcílio (1998), as primeiras instituições de assistência direta à

criança abandonada foram criadas a partir de esforços conjugados da sociedade e da coroa portuguesa, no momento em que surgiram as confrarias de caridade e as corporações de ofício.

Segundo Marcílio (1998), a Irmandade Santa Casa da Misericórdia, profundamente relacionada à história de assistência sistemática e institucionalizada a crianças órfãs em Portugal e no Brasil, teve incluído em seu estatuto o dever atenção aos expostos no ano de 1618. A instituição da *Roda dos Expostos*, também referenciada como *Roda dos Enjeitados*, foi transportada para o Brasil no século XVIII, sob a administração dessa Irmandade.

Assim, sobre a história da assistência à infância abandonada brasileira, Marcílio (1998) aponta a existência de três fases distintas. A primeira, denominada *fase caritativa*, estende-se até meados do século XIX. A segunda, *filantrópica* – ainda que tenha mantido certos aspectos caritativos – pode ser situada até a década 1960. A terceira fase, correspondente às últimas décadas do século XX, surge com a ideia de *Estado Protetionista* ou *Estado Social* e, a partir dela, segundo a autora, a criança torna-se, na lei, sujeito de direito e partícipe da cidadania.

A primeira fase da assistência brasileira, portanto, se estende no período colonial (1530-1815) e perdura até meados do século XIX. Nesse período, a religiosidade litúrgica em Portugal está presente nas relações entre poder, família e religião na história do Brasil

Nessa fase, é possível identificar duas espécies de assistência à criança abandonada: as práticas formais e informais. Segundo Marcílio (1998), pelo sistema formal, as Câmaras Municipais eram as responsáveis pela promoção da assistência, contudo, podiam delegar os serviços especiais de proteção à criança exposta por meio de convênios firmados, sobretudo, com as confrarias das Santas Casas de Misericórdia, que estabeleceram, por conseguinte, com o aval da Coroa, Rodas e Casas de Expostos, bem como os denominados *Recolhimentos para Meninas Pobres*.

Informalmente, o sistema privado de acolhimento à criança, mais abrangente, estende-se na história do Brasil Colônia, Império e República e diz respeito às famílias que recolhiam crianças deixadas nas portas de suas casas ou em outros locais, a exemplo das igrejas e, por diversas razões, decidiam “criá-las”.

O sistema das Rodas de Expostos, por sua vez, tinha por finalidade a prestação pública de proteção de bebês abandonados. De acordo com Pereira (2012), a primeira Roda foi instalada em Salvador (1726), logo em seguida surge também no Rio de Janeiro (1738) e no Recife (1789). Apresentar, com alguma atenção, a Roda dos Expostos e a influência da religião católica na filiação atravessada e bifurcada em legítima ou pecaminosa é

indispensável para a compreensão do próprio caráter caridoso atribuído à adoção nesse período. Assim que

[...] com a criação das Santas Casas de Misericórdia, o Brasil Colônia importa um outro costume de Portugal: a roda dos expostos, ou roda dos enjeitados. Consistia de uma porta giratória, acoplada ao muro da instituição, com uma gaveta onde as crianças enjeitadas eram depositadas em sigilo, ficando as mães no anonimato. Geralmente, o motivo de tal gesto era uma gravidez indesejada, mas a pobreza também podia levar as mães a se desfazerem do filho desta forma (FERREIRA; CARVALHO, 2002, p.138).

A colocação da criança na Roda consistia no primeiro ato de uma sequência constitutiva da atividade caritativa. Segundo Torres (2006), após ser recolhida pela porteira e ter identificado o seu estado de saúde e nutrição, a criança era encaminhada a uma ama-de-leite e, em seguida, a uma ama de criação, que cuidava do menino ou menina até os três anos de vida, período denominado *criação*. No período seguinte, denominado *educação*, compreendido da idade de três anos até os sete anos de idade, as crianças, em regra, voltavam para a Casa dos Expostos, que buscava, então, colocá-las em casas de família.

Curioso notar, ainda de acordo com Torres (2006), que a maioria dos expostos era de cor branca, o que faz sentido naquele contexto, já que, conforme Silva (1998), em todo o período colonial brasileiro, o abandono de recém-nascidos dizia respeito à *honra* das mães solteiras de modo bem mais expressivo a uma possível consequência das dificuldades enfrentadas por uma família pobre para criar os filhos. Desse modo, as mulheres negras não sofriam as mesmas pressões sociais em relação à honra maculada pela gravidez fora do casamento a que estavam sujeitas as mulheres brancas.

Portanto, as Rodas consistiam em instrumentos reguladores, na medida em que preservavam famílias abastadas economicamente da *desonra pública* de suas *moças de família* ou de relações adúlteras dos seus membros e correspondiam, também, a possibilidades de prevenção da prática do aborto e do infanticídio. Nesse sentido,

[...] de acordo com higienistas da época, a *Roda* era medida de moral familiar e pública, constituindo um remédio possível para a “má conduta” da mulher, que assim podia se arrepender e passar a ter uma vida digna segundo os padrões do tempo. Havia até incentivos para que as pessoas abandonassem seus filhos nas *Rodas* ou, pelo menos, em locais públicos, para que as crianças fossem facilmente encontradas e salvas (PEREIRA, 2012, p.10-11).

A Roda possuía, ainda, outra face significativa: a possibilidade de libertação de crianças filhas de mulheres escravas, isso porque a criança exposta era também considerada livre. Não por outra razão, os senhores de escravos redobravam a vigilância em relação às

escravas grávidas, para que essas não fugissem e depositassem seus filhos recém-nascidos nas rodas, em prejuízo dos seus senhores do que denominavam “valor das crias”.

Mesmo um século depois das Rodas portuguesas terem sido desativadas, os receptáculos brasileiros continuavam em funcionamento, sendo que, segundo Marcílio (1998), todas funcionaram precariamente, com pouca verba e, na maioria dos casos, em instalações insalubres. Cabe mencionar que o sistema perdurou até a vigência das deliberações do *Código de Menores* de 1927, que determinou o fechamento das Rodas.

Após a Independência, chegou a funcionar um total de doze Rodas e, em 1825, foi organizada a Primeira Casa de Órfãos e Expostos em São Paulo, sob a administração da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo. Portanto, até esse período, a prática de acolhimento domiciliar e da criação de filhos alheios foi muito importante para os órfãos pobres e *enjeitados*.

Quanto ao acolhimento informal de crianças, Marcílio (1998) apresenta algumas características presentes no ato de acolher um recém-nascido e criá-lo. O componente religioso se traduzia, por um lado, no imperativo da caridade, de modo que nenhuma criança encontrada na porta de uma casa deveria ser deixada sem cuidados; por outro, no dever cristão de realizar o sacramento do batismo para a *salvação espiritual* da criança encontrada.

Contudo, a prática não se explicava somente pela via da religião, visto que, em uma sociedade escravista e não assalariada, os expostos incorporados às famílias poderiam representar um complemento de mão de obra gratuita, correspondendo a uma real vantagem econômica. Por conseguinte, de acordo com Marcílio (1998), chefes de família pobres, sem meios financeiros para adquirir escravos, encontravam na incorporação de um exposto em sua casa uma alternativa pouco onerosa e bastante eficiente de obter trabalho para os serviços domésticos e no campo.

O aspecto da violência doméstica em relação aos expostos também merece atenção. Em virtude da recorrência dos maus tratos, a legislação na época estabelecia que “*toda pessoa que tiver a seu cargo a criação e a educação de órfãos e expostos será obrigada a trata-la humanamente e não lhes poderá fazer castigo algum corporal, de que lhe resultem contusões, ou nódoas, ou ferimentos*”²¹.

Segundo Marcílio (1998), ainda no século XVIII, iniciam-se algumas transformações que atingem seu apogeu nos séculos XIX e XX: a emergência da infância abandonada como uma questão social, alvo de políticas do Estado, mutação que, em grande parte, explica o progressivo declínio e fechamento das Rodas.

²¹ Coleção das Leis do Império, 1832. Decisões do Governo, p.71.

De acordo com o autor, ao longo do século XIX, com o avanço do liberalismo e da secularização da sociedade brasileira, o espírito de caridade da época colonial foi também diminuindo. Assim, as obras de beneficência começam a ser concebidas de acordo com o espírito de uma filantropia cada vez mais pública.

Na abordagem antropológica de Quintas (2005) sobre a família brasileira no século XX, é preciso focar a família das camadas média e alta porque o intervalo que as separa, em tênues fronteiras, pode ser dissolvido pela compreensão de que há, de maneira geral, uma simbiose de valores que firma o modelo prevalente de classe alta. Desse modo, embora as gradações existam, a camada média se inspira na alta para a projeção do desenho familiar, pela semelhança entre os níveis de idealização.

Nesse contexto, é possível apresentar a *metáfora do útero* e a *âncora moral* (Sarti *apud* Quintas, 1996), características da ideologia do núcleo familiar rico, resguardado e fundamentado no recato e na ideologia doméstica. Esses dois significantes preservam a identidade da família e atribuem sentido a certas expressões, a exemplo de *moça de família*, ou seja, possuir uma moral assegurada a alongar-se numa sociedade e ocupar uma situação de privilégio, que recorre à preservação da ancestralidade de membros certamente reconhecidos e aplaudidos por uma dignidade social sanguínea intocável, procriada graças à fertilidade do casal heterossexual. Nesse contexto, ser moça de família

[...] é ser direita, é não estar solta no mundo, é ter uma história digna que a enobrece e que a distingue de outras que porventura não tiveram a sorte de contar com o legado enraizador. Este traduz elos de pertencimento que fixam a identidade do eu através de alianças solidificadoras do reconhecimento social. A moça de família vem de um passado de suma relevância para as suas presentes circunstâncias. Não se situa desgarrada de linhagens parentais. Mas nelas se arraiga com fortes braços de antiguidade (QUINTAS, 2005, p.174).

De acordo com a autora, o denominado *familismo*²² tem no Brasil um lugar muito especial, de modo que estar em família é estar no útero materno e trazer no curso da sua história a herança moral do *berço* – e o berço opera, socialmente, como um *selo de garantia* daquela âncora moral.

Em uma época em que as vantagens culturais estavam inscritas na ordem do casamento, da heterossexualidade, da monogamia garantidora da herança sanguínea da família, da moral e do recato, a adoção como ato formal permanecia como prática subalterna e excepcional, geralmente como um remendo social sigiloso empregado para a preservação desses valores.

²² QUINTAS, 2005.

Desse modo, surgiram muitas legislações brasileiras dedicadas ao tratamento da adoção entre os anos de 1823 e 1916. Segundo Marcílio (1998), a adoção surge na legislação brasileira apenas no século XX, com o Código Civil de 1916, de modo que, no período que precede a existência de um estatuto, a adoção de uma criança se dava, em regra, informalmente, como filhos de criação e por meio do “apadrinhamento”, sem os direitos próprios da legitimidade de filiação, a exemplo dos direitos sucessórios.

O Código de 1916, em sua redação original, estabelecia em seu art. 368 que somente os maiores de cinquenta anos, sem “prole” legítima ou legitimada, poderiam adotar. Ninguém poderia adotar, sendo casado, senão decorridos 5 (cinco) anos após o casamento e ninguém poderia ser adotado por duas pessoas senão marido e mulher. A adoção era revogável e não era vista como constituição *normal* família, sendo, inclusive, desestimulada pela lei e pelas práticas sociais.

O caráter marginalizado da adoção na legislação de 1916 tornava-se ainda mais perceptível com a leitura do art. 377, segundo o qual a existência de filhos legítimos, legitimados ou reconhecidos impedia o envolvimento de sucessão hereditária para os adotados²³.

Dez anos depois, o Decreto nº 5.083/1926 instituía o Código de Menores e dispunha, no Capítulo III, as considerações sobre os expostos. De acordo com os arts. 14 e 15, esses correspondiam aos “infantes” com até sete anos de idade, encontrados em estado de abandono, de modo que a admissão dos mesmos à assistência se faria por consignação direta, em exclusão o sistema das Rodas.

De acordo com o mencionado decreto, em seu art. 18, para o recolhimento do exposto, o funcionário procuraria mostrar à pessoa que o entregava, inicialmente, os inconvenientes do abandono, sem, todavia, estar autorizado a compeli-la a desistir, sob pena de demissão. Se o portador da criança insistisse em deixá-la, o Código de Menores afirmava que o funcionário deveria pedir o registro civil de nascimento, ou informações do cartório e da data em que foi feito o registro. Se o portador declarasse que não poderia ou que não desejaria fornecer as indicações, essa recusa ficaria registrada, mas a criança deveria ser recolhida.

Contudo, se a regra para o Decreto n.5.083/1926 era a exigência do registro civil de nascimento, a declaração de todas as circunstâncias que pudessem servir para identificá-la e a descrição dos sinais particulares e dos objetos encontrados com a criança exposta, a exceção dizia respeito à entrega realizada pela *mãe biológica*. Nessa circunstância, o art. 18 do

²³ No ano de 1957, a Lei n.3.133/57 promoveu alterações no Código Civil de 1916, reduzindo em 20 anos a idade mínima para adotar, passando a ser a idade de 30 anos e não mais 50 anos.

dispositivo apresentava uma intrigante espécie de garantia formal à genitora, afirmando que, no ato de apresentação, ela não estaria adstrita a assinar o processo de entrega e que, em caso de declaração voluntária do seu estado civil ou de qualquer outra circunstância esclarecedora da situação da criança, tais circunstâncias seriam recebidas e registradas pelo funcionário encarregado pelo recolhimento.

É possível apontar que, a partir do marco cronológico do ano de 1965, a *legitimação adotiva* aparece na Lei n.4.655, em um contexto de incentivo à prática. A legitimação adotiva correspondia a um sistema considerado mais profundo e duradouro que a adoção simples, prevista no Código Civil de 1916. A legitimação adotiva tratava-se de

[...] outorga judicial, de efeitos constitutivos e com as condições de segredo, irrevogabilidade e total desligamento da família de sangue, obedecidos os requisitos fixados em lei, a um menor até sete anos de idade, abandonado, órfão ou desamparado, do estado de filho legítimo de um casal, excepcionalmente de pessoa viúva, com ressalva dos impedimentos matrimoniais e do direito de sucessão se concorrer com filho legítimo superveniente (CHAVES, 1967, p.340).

As condições para a legitimação adotiva eram diferenciadas, apenas aplicáveis para a criança de até sete anos de idade, exceto se já estivesse sob a guarda dos denominados *legitimantes* antes de completar essa idade. Diferentemente do aconselhamento do segredo para a adoção simples do Código Civil de 1916, na legitimação adotiva o segredo era uma *obrigação legal* dos postulantes, que estavam sujeitos a penalidades caso revelassem a terceiros a inexistência do vínculo biológico com a criança.

Desse modo, a *versão biológica oficial* imposta ao casal heterossexual legitimante determina um regime de verdade tão específico aos sujeitos envolvidos que Chaves (1967) refere-se ao mesmo na expressão *legalização do parto suposto*, um instituto cuja preocupação primordial estava fazer esquecer por completo a condição de estranho da criança em relação à família. Bordallo (2013) pormenoriza que o instituto se baseava na ideia de que não houvesse nenhum resquício de lembrança da família biológica, supondo que, somente sem tais resquícios, seria possível a inclusão mais efetiva da criança na família adotiva, de acordo com o art.1º da Lei n.4.655/1965.

Embora alguns requisitos tenham sido mantidos desde a redação do Código Civil 1916, a Lei n.4.655/1965 inovou ao estipular uma condição que, por seu caráter, merece destaque: a *inexistência de filhos biológicos*, de modo que se fosse comprovada a *esterilidade* de um dos cônjuges por perícia médica, bem como comprovada a estabilidade conjugal, relativizado estava o prazo mínimo de cinco anos de casados exigido desde o Código Civil de 1916.

Assim, poderia solicitar a legitimação adotiva o casal cujo matrimônio tivesse mais de 05 (cinco) anos e dos quais pelo menos um dos cônjuges tivesse mais de 30 (trinta) anos de idade, sem filhos legítimos, legitimados ou naturais reconhecidos²⁴.

A irrevogabilidade do instituto e a ruptura dos laços de filiação com a família biológica marcavam o instituto da legitimação adotiva. De acordo com Guareschi, Strenzel e Bennemann (2007), diversos especialistas esquadriavam a família candidata à adoção, mensurando a sua proximidade ou distanciamento do *modelo ideal*. Tal modelo consistia em um conjunto de características invariáveis, como patriarcalismo, heterossexualidade – fundamental à simulação de procriação entre os legitimantes – e monogamia, modelo que, no decorrer da história, já vinha se configurando como hegemônico.

Ainda segundo Guareschi, Strenzel e Bennemann (2007), a escolha da família dava-se por meio do levantamento de dados sobre sua vida, como educação, instrução, hábitos, atitudes, localização e higiene de sua morada. Entretanto, em um primeiro momento, a legitimação era permitida para casais que não possuíam filhos, pois esse também poderia ser um modo de manter a família integrada. Somente mais tarde, com o aumento da população disponível para ser adotada, é que a prática passou a ser reconhecida juridicamente por casais que tinham filhos, mas que se mostravam dispostos a fazer *caridade*.

A possibilidade de apagamento da história da criança como justificativa legal para uma adoção considerada mais “consistente”, confirmada pela restrição legal por um marco identitário – a idade de até sete anos – permaneceu como critério posto em lei também no denominado Código de Menores (Lei 6.697/1979), que introduziu no ordenamento jurídico brasileiro o instituto da adoção plena, em substituição à legitimação adotiva.

Segundo a legislação de 1979, a adoção plena, frise-se, de caráter assistencial, era aplicada aos menores de sete anos de idade, mediante procedimento judicial, conferindo à criança a situação de filho e desligando-o totalmente da família biológica. Por sua vez, de acordo com Bordallo (2013), a adoção simples era aplicada aos menores de 18 anos, em situação irregular, utilizando-se os dispositivos do Código Civil no que fossem pertinentes, sendo realizada por meio de escritura pública.

Ainda de acordo com a Lei 6.697/1979, para requerer a adoção plena, também deveriam os requerentes estar casados por mais de cinco anos e, ao menos, um dos cônjuges

²⁴ Os filhos eram classificados como: legítimos – os gerados dentro do casamento; legitimados – eram os filhos naturais que, apenas em situações específicas, poderiam ser reconhecidos pelo próprio pai ou mãe (o filho jamais poderia reivindicar em juízo seu estado de filiação); ilegítimos ou naturais – nascem de pessoas não ligadas pelo matrimônio.

deveria possuir mais de trinta anos de idade, *exceto se comprovada a esterilidade de um dos cônjuges* e a estabilidade do casal, situação cuja especialidade tornava dispensado o prazo estabelecido em lei. As pessoas solteiras ou divorciadas não poderiam adotar plenamente, em regra.

Diferentemente do que dispunha a Lei n.4.655/1965, o Código de Menores não mais exigia que os adotantes não possuíssem filhos biológicos. Além disso, a adoção plena passou a atribuir direitos hereditários ao adotado em igualdade de condições com os demais filhos, não acontecendo o mesmo na adoção do Código Civil ou na adoção simples.

Com a entrada em vigor da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente, a adoção passou a ter dois regramentos: a adoção restrita a crianças e adolescentes e promovida judicialmente e a adoção de maiores de 18 anos, regulada pelo Código Civil de 1916 e instrumentalizada por meio de escritura pública.

O Código Civil de 2002, por sua vez, unificou o regime jurídico da adoção em judicial, qualquer que fosse a idade do adotando (art.1623 do CC 2002), sendo que, durante o período que antecedeu a Lei 12.010/2009, o Estatuto da Criança e do Adolescente tinha aplicação simultânea e compatível ao diploma civil, sendo somente mais detalhado que este.

Ocorre que, com o início da vigência da Lei 12.010/2009, todo o capítulo do Código Civil, que cuidava da adoção, foi revogado, restando, contemporaneamente, apenas dois artigos que apenas orientam que a adoção será regida pelas normas constantes do Estatuto da Criança e do Adolescente (art.1.618 do CC 2002) e que a adoção de pessoas maiores de 18 anos se dá por meio de processo judicial e que devem ser aplicadas, na medida da compatibilidade, as regras do referido Estatuto (art.1.619 do CC 2002).

A Lei n.12.010/2009, mencionada anteriormente, acrescentou ao Estatuto da Criança e do Adolescente o Capítulo III do Título IV da Seção VIII, que trata do procedimento para habilitação à adoção.

Nos termos do art.197-A do ECA, os interessados em adotar, comumente chamados “pretendentes”, apresentarão petição inicial, que deverá preencher os requisitos do art.282 do Código de Processo Civil, na qual conste: sua qualificação completa; dados familiares; cópias autenticadas de certidão de nascimento ou casamento ou declaração de união estável; cópias de cédula de identidade e inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas; comprovante de renda e domicílio; atestados de sanidade física e mental; certidão de antecedentes criminais e certidão negativa de distribuição cível de cada requerente. Pode-se aplicar à habilitação para adoção a regra do art.166 do ECA, que dispensa a participação de advogado para a formulação do requerimento.

Aquele que pretende adotar, ao comparecer na Vara de Infância e Juventude do respectivo estado, preenche um formulário para o início do procedimento e cadastramento no Cadastro Nacional de Adoção (CNA), denominado “planilha para cadastramento de pretendentes a adoção.” Geralmente, os formulários/planilhas tanto solicitam dados dos pretendentes, quanto questionam sobre “o perfil desejado” da criança ou adolescente em adoção.

A alimentação dos cadastros é incumbência do Poder Judiciário estadual (art. 50, § 9º do ECA, acrescido pela Lei n.12.010/2009), que transmite as informações para o CNA, cuja responsabilidade, por sua vez, está a cargo do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A alimentação do cadastro e, nos termos da lei, a convocação “criteriosa” dos postulantes à adoção serão fiscalizadas pelo Ministério Público.

Portanto, o Estatuto estabelece a coexistência dos cadastros estaduais e nacional (CNA) de crianças e adolescentes em condições de serem adotados de *peessoas* ou *casais* – lida tal disposição como *casais heterossexuais* – habilitados à adoção (art. 50, § 5º do ECA, acrescido pela Lei n.12.010/2009). A legislação aplicada atualmente ainda estabelece que cadastros distintos para pessoas ou casais residentes fora do País, somente serão consultados na inexistência de postulantes nacionais habilitados nos cadastros mencionados no § 5º deste artigo.

Habilitada, a pessoa será inscrita no cadastro, que terá uma ordem sequencial e aguardará o surgimento de uma criança e/ou adolescente que se enquadre no “perfil desejado” na planilha preenchida anteriormente. Será entregue certificado à pessoa, constando que se encontra habilitada a adotar.

Como passou a integrar o procedimento de adoção o casal de pessoas do mesmo sexo? Em que termos essa integração ganha espaço na adoção brasileira e podemos dizer que ela não está adstrita aos termos do parentesco heterossexual? É o que problematizaremos nos tópicos a seguir.

3.1.2 Parentalidade e homossexualidade: homoparentalidade?²⁵

Com que propriedade nós podemos falar em “homoparentalidade”? A que se presta a classificação da família em função da orientação sexual dos pais? A problematização sobre a pertinência de se abordar a orientação sexual quando o tema em voga é parentalidade faz-nos

²⁵ Embora apresentando distinções nos caminhos de análise, utilizamos o mesmo título do tópico escolhido por Uziel (2007) para designar a problematização do termo.

pensar, segundo Uziel (2007a), que discussões suscitam a conjugação entre homossexualidade e família.

Contudo, antes mesmo de debatermos essa correlação, precisamos elaborar um importante parêntese sobre o próprio uso do termo *homoparentalidade*, que, assim como os termos *parentesco gay* e *parentesco lésbico*, serão utilizados como estruturas de texto para este trabalho.

Em curta análise, não é possível afirmar que as produções butlerianas utilizem um termo equivalente à *homoparentalidade*, de modo que qualquer trabalho produzido em língua portuguesa que proponha o diálogo entre o termo e a produção de Judith Butler deve atenção a uma série de ressalvas. Isso porque, na experiência anglo-saxônica, sobretudo nos Estados Unidos – corroborada nas obras de Butler – são empregados os termos *lesbian and gay families* – famílias gays e lésbicas - ou *lesbian and gay parent-hood* – parentesco gay e lésbico.

Assim, tanto em obra original em língua inglesa “*Is kinship always already heterosexual?*” (BUTLER, 2002) quanto em sua tradução para a língua portuguesa “*O parentesco é sempre tido como heterossexual?*” (BUTLER, 2003a), não encontramos o uso do termo *homoparentalidade*. Butler (2002) utiliza-se dos termos *gay kinship* e *lesbian kinship* – parentesco gay e parentesco lésbico, respectivamente.

Há uma razão peculiar para isso. Segundo Roudinesco (2003), o termo *homoparentalidade* – *homoparentalité* – foi cunhado na França em 1997 pela Associação dos Pais e Futuros Pais Gays e Lésbicos (APGL) com referência, segundo Uziel (2007) à situação familiar em que, no mínimo, o pai ou a mãe se assume como homossexual.

Uziel (2007) esclarece que, na ocasião do colóquio *Parentés et différence des sexes*, organizado em 1999 pela APGL em Paris, diversas questões interpelaram os cientistas sociais a respeito de estruturas de parentesco; os juristas sobre a filiação; os psicólogos no que concerne ao desenvolvimento de crianças em famílias distintas da formulação tradicional. No entanto, os estudos de gênero e sexualidade americanos costumam recusar-se a qualquer denominação de origem psiquiátrica. Em contrapartida, favorecem a valorização dos termos *gay* e *lésbica*, preferindo, portanto, um vocabulário mais irreverente, centrado no gênero.

No Brasil, tem-se notícia de um apontamento crítico também ao termo *homoparentalidade*, sob o argumento, segundo Palma (2011) de que o termo remete-se à questão do patriarcado, onde o masculino se sobrepõe ao feminino e esse pode ser designado por ele, propondo o uso do termo *homomaternidade* para o estudo do parentesco lésbico.

Ocorre que essa escolha terminológica *homomaternidade* seria antitética em nossa proposta pós-estruturalista de estudo do parentesco gay e lésbico na adoção, pois que, ao categorizar *homopaternidade* e *homomaternidade*, um refluxo conservador²⁶ poderia fazer-nos incorrer em uma rasteira retomada do binarismo e alinhamento naturalizado da mulher/feminino/maternidade e do homem/masculino/paternidade.

Feitas tais considerações sobre a homoparentalidade enquanto terminologia, podemos focá-la enquanto classificação, ou seja, uma categoria de parentalidade centrada na sexualidade dos pais e mães.

Para Uziel (2007), funções parentais não exigem o exercício da sexualidade, razão pela qual o uso estratégico em prol do termo *homoparentalidade* se mostra problemático. A autora adverte sobre algumas preocupações específicas nas hipóteses de adoção conjunta e recomenda aos profissionais envolvidos na execução de ações de adoção um treinamento específico para facilitar e mediar o encontro entre adotantes e adotados. Para isso, seria preciso buscar nos postulantes a maturidade emocional e a flexibilidade necessárias para a medida e não qualquer pressuposto de adequação entre orientação sexual e parentalidade.

A autora explica que, do ponto de vista das pessoas envolvidas, a família homossexual nada cria de novo, sem distinção por prejuízos ou privilégios específicos: é monoparental, biparental ou pluriparental, como ocorre com as demais famílias. Da perspectiva da cidadania, dos direitos e dos deveres, adotantes e adotados são cidadãos protegidos por lei, assim como os demais. Heterossexuais têm filhos homossexuais e a recíproca é verdadeira. A autora, então, questiona: afinal, qual seria, pois, a especificidade dessa relação parental?

Na consideração de Mathieu *apud* Uziel (2007), em um contexto hierarquizado como o nosso, a heterossexualidade e a homossexualidade não são apenas sexualidades. Por isso, encontramos uma possível resposta a essa problematização da autora quando nos apropriamos de uma heterossexualidade normativa no parentesco, de modo que o equilíbrio ideal entre heterossexuais e homossexuais para os direitos de filiação e adoção esbarram em uma série de atos performativos que constituem as famílias como se *naturalmente* heterossexuais fossem.

Vejamos que a própria omissão do termo *heterossexual* para o parentesco já denota que o mesmo é, *por regra*, heterossexual. Não é preciso denominá-lo *parentesco heterossexual*, basta que se diga *parentesco* e a heterossexualidade será presumida. O que precisa ser esclarecido e nomeado é o parentesco que foge a essa normalização, ou seja, o parentesco gay, lésbico, travesti, transgênero, ou, tomando os termos da provocação, *queer*.

²⁶ Termo utilizado por Richard Miskolci em suas reflexões sobre a Teoria Queer (REVISTA CULT, 2014).

Nesse sentido, à margem de uma pretensa não implicação entre as especificidades da orientação sexual para a relação parental, é possível identificar um projeto heterorreferente dos papéis sociais de gênero que irradia seus significados para a adoção, quando, por exemplo, é projetado em um discurso de embargo à parentalidade/parentesco gay e lésbico.

Na hipótese de Teixeira Filho (2010), que acolhemos nesta pesquisa, essa hegemonia opera os seus efeitos graças à naturalização de estruturas solidificadas e solidificadoras em “modelos” – de família, de filhos, de vínculo, de alinhamento sexo/gênero/orientação de desejo, de paternidade e maternidade, conforme veremos no próximo tópico.

3.2 O “sangue” e os alinhamentos maternidade/feminilidade/virilidade e paternidade/masculinidade/virilidade

As compreensões desenvolvidas até então se destinam a problematizarmos, agora de forma mais enfática, a influência da verdade heteronormativa e biológica nos processos históricos que envolvem parentalidade e adoção, desnaturalizando-os, reinserindo-os na cultura, dessacralizando-os de qualquer transcendência ontológica normativa/fatalista que lhes dê inteligibilidade.

Atentos, por conseguinte, às relações de poder, que envolvem o parentesco, buscamos problematizar como a genética é considerada a legitimadora do pertencimento entre as pessoas e uma espécie da apropriação quase incontestável do pai ou mãe em relação aos filhos.

A partir dessa suposição biologizante, muitas vezes, comportamentos e características da personalidade são generalizados na consideração do denominado *vínculo de sangue*. Segundo Maux e Dutra (2010), o sangue do outro é desconhecido e, conseqüentemente, são desconhecidas as características que esse *outro* possui, o que pode fomentar fantasias, muitas vezes, ameaçadoras.

Essa noção de origem desconhecida é peça chave para a compreensão da carga de sentido atribuída aos denominados *marcadores identitários* na escolha de crianças e adolescentes para a adoção e à expectativa de *apagamento* da vida anterior do adotado, conforme explicaremos a seguir.

Advindo o filho biológico, uma sequência de atos irá *constituí-lo* como um sujeito de tal sexo, tal gênero, pertencente a uma determinada família e caracterizado por certos marcadores identitários físicos e comportamentais. Segundo Butler (2013), fundado o modo

de fazer ser daquele indivíduo, de modo performativo, põe-se em marcha o processo de fazer desse ser, dentre outros aspectos, um corpo feminino ou masculino.

Nesse sentido, recorrendo novamente a Maux e Dutra (2010), quando a criança corresponde aos estímulos recebidos, confirma, por meio do discurso naturalizador, o pertencimento à família biológica – “*é de família*”, “*tá no sangue*”. De outra mão, quando surgem comportamentos estranhos à expectativa de similitude, mormente generalizada *sangue* ou *genética*, a cultura de efeito naturalizado pela bioparentalidade resgata uma série de questionamentos resumidos na indagação “*a quem puxou?*”

As expectativas do filho biológico desejado via relação heterossexual são possivelmente implantadas também na adoção, despejando toda a carga de sentido em um suposto *direito de escolha* pelos adotantes, *naturalmente* tidos sempre como heterossexuais.

Na medida em que as práticas sociais reiteradas são naturalizadas pelo argumento de que há uma segurança e previsibilidade sobre os filhos pelo *laço de sangue*, uma produção discursiva em referência ao *verdadeiro* passa a corresponder a um sinônimo cultural de *filho biológico*, efeito esse que estende sua abrangência para os vínculos socioafetivos na adoção. Nos processos de constituição da família estão fortemente presentes os discursos que a validam em uma matriz bioparental, de modo que a parentalidade é tida como legítima quando assegurada a sua relação direta com o orgânico e a consanguinidade.

A esta altura, auxilia a nossa investigação uma breve explicação sobre os *marcadores identitários*, já mencionados anteriormente. Podemos dizer que são particularidades das crianças e adolescentes disponíveis para a adoção, que podem ser levadas em conta pelos pretendentes para aceitá-los ou recusá-los²⁷.

O preenchimento dos formulários pelos pretendentes à adoção nas Varas de Infância dos estados, a depender de como são elaborados os seus questionamentos, oferecem diversos elementos para problematizar o paradigma bioparental e heterossexual no Brasil. Por exemplo, alguns formulários defasados ainda presumem que o casal heterossexual é requisito para a adoção conjunta. Outros chegam a ampliar a imaginação para a aversão, restrições ou temor à própria adoção.

A questão da restrição da criança pela idade, por exemplo, aos seus primeiros dois anos de vida, pode ser compreendida como a projeção de apagamento das crianças adotadas

²⁷Guareschi, Strenzel e Bennemann (2007) consideram marcadores identitários a cor, o sexo morfológico, a idade e as síndromes e particularidades das crianças e adolescentes disponíveis para a adoção. A possibilidade de optar de acordo com tais características é justificada, no Brasil, por um suposto direito do casal – presumivelmente heterossexual – de escolher o adotado por semelhanças físicas e com idade que possibilite manter o segredo da adoção. Embora seja uma discussão bastante atual, cada vez mais objeto de discussão entre os técnicos, não teria sentido nos determos nela na presente pesquisa, a além do necessário para entender como sua lógica pode contribuir para a discussão central do trabalho.

de qualquer marca de um corpo vivido do adotado, na expectativa de neutralizá-lo para uma espécie de “novo nascimento” ou uma simulação da reprodução biológica, agora de acordo com as expectativas do(s) adotante(s).

Tendo em vista que este trabalho dedica-se a um estudo de caso do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, merece uma observação o fato de que não há qualquer menção ao *adolescente* disponível para adoção, para os formulários preenchidos pelos requerentes do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco. Apenas os aspectos da *criança* são questionados, de modo que a própria parte do requerimento destinada ao perfil desejado é denominada somente *perfil da criança*.

A escolha da cor da pele, por sua vez, retoma também as reflexões sobre o corpo historicizado, mas, nesse marcador identitário, a percepção sobre a criança ou adolescente disponível para a adoção atravessa o tempo para retomar construções sociais consideravelmente anteriores à sua própria existência, retroagindo à própria formação histórica brasileira, circunscrita pelas demarcações culturais da colonização, escravidão e racismo.

O referido critério, a partir de tais demarcações, tem a superficialidade do dado biológico e a profundidade das cargas de sentidos e significados de certas normatividades entrelaçadas, como, por exemplo, a cor procriada/reproduzida graças à heteroparentalidade fundadora e transmissão legitimada da cultura branca, ou, secundariamente, preenchida na adoção com a restrição autorizada para essa cor de pele.

Pensamos que, de modo similar à marcação contínua sexo/gênero/orientação de desejo, há a crença no trinômio heterossexualidade/procriação/filiação e na adoção como possível garantia substitutiva, preenchendo a impossibilidade de procriação quando esta se configura e garantindo agora uma continuidade heterossexualidade/adoção/filiação, retificadora da primeira. Nesse sentido, os pretendentes à adoção que escolhem de acordo com seu narcisismo demonstram

[...] um processo de exclusão social único, legitimado pelo Estado e pelas práticas da Psicologia [...] trata-se de um acontecimento híbrido, de um impasse, pois se de um lado o/a psicólogo/a da Vara da Infância admite que talvez não fosse o caso de se considerarem aptos para a adoção pretendentes que discriminem crianças por conta de sua cor, etnia, condição física e gênero, por outro, o/a profissional sabe ser este um direito dos/as pretendentes a adoção já indicado na ficha de cadastro que preenchem logo no início do processo junto aos Fóruns. (TEIXEIRA FILHO, 2010, p. 247).

Desse modo, o narcisismo parental, que hierarquiza os vínculos de filiação ao sustentar uma “essência” humana em procriar e continuar existindo por meio dos filhos biológicos, põe em evidência o projeto eugênico e os valores heterorreferentes dos papéis sociais de gênero que essa verdade implica. Tal referência, em muitos casos, é apenas deslocada para a adoção, seja quando se projeta um discurso de embargo à adoção por pessoas do mesmo sexo, seja quando se preenche uma planilha de pretensão à adoção segundo a perspectiva de aquiescência de uma criança idealizada:

Os medos, os desencontros entre a criança ideal com a criança real, os questionamentos sobre a herança genética, sobre a ameaça de perda do amor e do reconhecimento do filho ao tomar ciência da sua origem, sobre a garantia de que os genitores não reivindicarão o pátrio poder e tantos outros, revelam linhas de subjetivação que juntas (ou separadas) compõem o tecido “paranoico” que veste o corpo e a alma desse acontecimento. O poder da premissa dos ‘laços de sangue’ incide sobre os corpos daqueles que ousam questioná-lo segregando-os e excluindo-os nos registros simbólicos, imaginários e reais da sociedade, já que a filiação consanguínea é pressuposta em todos os contextos sociais (TEIXEIRA FILHO, 2010, p.246).

Desse modo, com a retomada de questões já problematizadas neste capítulo, podemos dizer que, no tema da adoção, o parentesco pode ser considerado como circunscrito aos ditames de matriz heterossexual. Não por outra razão, a solicitação sobre uma informação peculiar, a esterilidade, dificilmente é criticada em um cadastro de adoção, já que estaria facilmente camuflável em uma cultura omissa em diversas problematizações dos seus próprios termos de normatização.

Os estudos sobre o paradigma da bioparentalidade oferecem-nos ainda a possibilidade de exploração de temas que, brevemente, escapam ao tema da adoção, para, logo em seguida, contribuir para a sua problematização. Trata-se da representação materna e paterna nas clínicas de reprodução humana, na relação maternidade/feminilidade/fertilidade e paternidade/masculinidade/virilidade, mediadas pelas considerações sobre as formas como o gênero é constituído.

Nesse sentido, a pesquisa de Costa (1995) mostra a maternidade como um sentido fundamental na construção da feminilidade das mulheres em tratamento nas clínicas de reprodução humana. A partir de seu *corpus* de análise, a referida autora apresentou que, para as mulheres entrevistadas em sua pesquisa, parecia haver duas concepções de *natural*, uma ligada ao *biológico* e outra ligada ao *instintivo*, sendo ambas relacionadas, de modo que, na concepção biológica, a função do aparelho reprodutor é a de gerar filhos e na concepção instintiva seria natural desejá-los.

Entretanto e, paradoxalmente, segundo a autora, para as mulheres entrevistadas, esse desejo/instinto seria anterior à própria gestação, porque permanece mesmo quando existe algum problema de funcionamento com o aparelho reprodutor. Lançado o questionamento sobre a possibilidade de adoção,

[...] 50% das mulheres respondeu que primeiro tentaria engravidar e que, se não conseguisse, então adotaria [...]. As mulheres manifestaram muita preocupação com o caráter que a criança adotada herdaria dos pais biológicos. Esse caráter seria, na concepção das entrevistadas, totalmente imprevisível e acompanharia a criança pelo resto da vida, impedindo que os pais adotivos criassem o filho a seu modo. O caráter herdado é o que definiria o comportamento da criança e nesse caso a adoção traria um grande risco [...]. Um filho biologicamente da mulher e do seu marido/companheiro parece garantir um controle sobre o caráter da criança porque, afinal, ela terá o mesmo “sangue” dos pais, enquanto o filho adotivo é uma incógnita [...] Aqui nos deparamos novamente com uma concepção que privilegia o natural. Assim, a biologização da maternidade a coloca no reino do natural e a afasta do arbitrário e do social (COSTA, 1995, p. 53).

Também, sobre a norma de gênero e a verdade biológica, podemos dizer que, segundo Medrado e Lyra (2008), as experiências reprodutivas e o cuidado para com os filhos são atividades relacionadas à produção e reprodução da existência humana e, portanto, de gênero feminino, sendo, além disso, desenvolvidas basicamente por mulheres. Para os autores, tanto no espaço da intimidade, quanto no espaço da expressão pública, essa associação entre gênero feminino e vida reprodutiva foi naturalizada, de modo que a maternidade e o amor à criança pequena seriam da natureza dos instintos nas mulheres.

Anos depois de pesquisar a representação da feminilidade na clínica de reprodução, Costa (2002) dedica-se à tarefa de questionar o lugar da paternidade no estudo da representação da masculinidade também em casos levados à clínica de fertilidade. Retrata, então, que a paternidade mostrou-se concebida como fundamental para uma determinada masculinidade – a dos casados – uma vez que a dos solteiros poderia justificar-se na sua falta de responsabilidades, liberdade sexual e acesso a várias mulheres.

Nesse sentido, o casamento – heterossexual e monogâmico – recriaria a noção de masculinidade ao incorporar a paternidade, com suas consequentes responsabilidades. O espectro dessa matriz bioparental pode ser observado quando

[...] a fala de entrevistados que tinham filhos adotivos, ou criavam os filhos da esposa/companheira e estavam procurando o ambulatório para conseguir ter *seu próprio filho* com a parceira aponta para uma distinção entre as noções de *cuidar*, *gostar* de crianças e a de *fazer filhos*. Pois filhos de outros homens podem ser cuidados e amados pelos entrevistados, mas são os filhos ‘do próprio sangue’ que fazem parte do projeto de família e de paternidade. Assim, mesmo que já criem uma criança, o projeto de ter filhos *próprios* continua existindo, já que a realização de tal

projeto é vista como ocorrendo através da transmissão de fluidos corporais: esperma e sangue (COSTA, 2002, p. 342)

Assim que duas compreensões são enfatizadas em Costa (2002): (i) a paternidade é atribuição da masculinidade, mas não da mesma forma que a maternidade é atribuição da feminilidade e (ii) a esterilidade representa uma ferida tanto para a masculinidade quanto para a feminilidade, contudo, opera efeitos também distintos em cada um.

A maternidade, por um lado, compreendida como um desejo naturalizado, sem marco temporal definido, uma experiência contínua e repetida do passado um plano *desde sempre* para o feminino, parte do papel do gênero a que pertence; por outro, a paternidade como um desejo, que se estabelece em um determinado momento e está voltado para o futuro, para a descendência. Assim, Costa (2002) dirá que a paternidade está projetada para o futuro, enquanto a maternidade aparece como a atualização de uma continuidade.

Quanto ao segundo ponto, a esterilidade masculina é comumente associada à impotência e ameaça à virilidade, ao passo que, para as mulheres, a esterilidade ameaça sua feminilidade porque as impede de cumprir aquela que é considerada a vocação feminina *natural* de mãe. Assim, segundo Costa (2002), a esterilidade é um elemento que pode colocar, ainda que por vias distintas, tanto a masculinidade quanto a feminilidade em patamares mais baixos do gradiente de hierarquia de *mais ou menos* masculino/feminino.

As considerações sobre maternidade, paternidade e esterilidade convergem para a compreensão de que o projeto de reprodução pelo uso de tecnologias reprodutivas teria, portanto, a sua aceitação por ser apta a preservar um modelo representado pela fecundação do óvulo da esposa/companheira pelo sêmen do marido/companheiro, o mais próximo possível da relação causa consequência de uma relação sexual.

O *detalhe* artificializado seria, portanto, compensado pelo benefício do código genético preservado, as garantias mínimas pelo *sangue* transmitido ao filho biológico e pela gravidez devidamente assistida e cuidada. Desse modo, segundo Stratern (1995), a intervenção tecnológica é apresentada como uma ponte através da qual é possível ajustar as condições físicas e conservar intato o mecanismo de *procriação conceitual*.

As ressalvas ao estranho e as questões postas à relativização sobre o vínculo biológico são esclarecidas, em tais processos, na leitura das ressalvas à Inseminação Artificial com o Sêmen de Doador – IASD –, pois que, segundo Costa (2002), no procedimento de IASD, o esperma, que não é concebido como dissociado do percurso de sua transmissão, simboliza a relação sexual da parceira com outro homem.

Quando conseguem transpor essa amarração entre relação sexual e fluido corporal, as IASD devem repousar em uma dissimulação da origem biológica da criança, a fim de que esta não saiba as circunstâncias de sua concepção. Como consequência,

[...] o recebedor das palhetas²⁸ devia se assemelhar ao doador: mesma altura, mesma compleição, mesma cor dos olhos, mesma origem "étnica" etc. Quanto ao doador, não era absolutamente uma pessoa, mas um produtor de substâncias. Assim, nunca teve nenhum reconhecimento legal. Tudo acontecia, portanto, como se se estivesse misturando uma ordem procriadora fundada em uma necessidade biológica a uma ordem social mimética da natureza a ponto de simulá-la (ROUDINESCO, 2003, p.76).

Sobre o assunto, Roudinesco (2003) apresenta-nos uma série de questões sobre a manipulação dos bancos de espermatozoides e seus *menus* sobre as escolhas das características dos doadores, com detalhes que extrapolam a verificação de ascendência, características genéticas e de aparência física e avançam em aspectos de sua vida social, comportamental, nível intelectual, escolaridade, habilidades, entre outros aspectos considerados diferenciais na escolha do sêmen doado.

Assim, um retrato sobre o paradigma da verdade sanguínea e biológica e da origem conhecida encontrou, nos estudos sobre a IASD, alguns de seus exemplos mais significativos, pois da fusão entre as ordens social e biológica provinha a ideia segundo a qual o doador devia ser social e psiquicamente *normal*.

A autora lembra-nos que os médicos sabiam claramente que o sêmen não transmitiria as características a que aspiravam os pacientes. Entretanto, esses permaneciam a fazer escolhas entre doadores pais de família aparentemente mais bem integrados e mais preocupados com o bem-estar de seus filhos. Quanto à IAD em si, Roudinesco (2003) apresenta que foi reservada a casais casados – ou “concubinados” – e reconhecidos incapazes de procriar pelas vias naturais. Sete mil crianças foram postas no mundo nessas condições entre 1972 e 1992, e muitas outras mais depois dessa data.

Ainda segundo a autora, em outros países da Europa, os bancos de espermatozoides se desenvolveram em um âmbito privado e com um objetivo de lucro, com uma abrangência de critérios aberrantes para os habilitados como doadores remunerados, inclusive,

[...] nos Estados Unidos sobretudo, no momento em que se multiplicavam os trabalhos universitários sobre o sexo e o gênero, foram postos à disposição dos

²⁸ A autora refere-se ao Centro de Estudo e de Conservação do Espermatozoides Humano (CECOS), criado na França em 1972 e integrado à Assistência Pública que teve como missão recolher doações de sêmen anônimas e gratuitas a fim de conservá-las sob a forma de *palhetas* – doses de espermatozoides conservadas em recipientes com azoto líquido e redistribuí-las para casais estéreis.

compradores catálogos contendo listas de palhetas selecionadas segundo a religião do doador — judeu, católico, protestante —, segundo sua profissão, sua categoria social, sua identidade sexuada, ou ainda seu "nível intelectual". Foi assim que se pensou, tão seriamente quanto possível, em comercializar o sêmen dos cientistas e homens de letras que haviam recebido o prêmio Nobel. Alguns desses projetos derivavam de uma fantasia de eternidade ou de eugenismo incestuoso, como a inseminação *post mortem* ou a doação de esperma entre pai e filho, ou entre irmãos e primos. Nos dois casos, tratava-se de conservar um ideal imaginário ligado, de um lado, à identidade de um morto cujo luto não se conseguia viver, e de outro, à transmissão de um "bom" sêmen, julgado menos perigoso para a descendência se não proviesse de um corpo estranho. Todas essas "seleções" derivavam de um sonho de geração de si em que se misturavam o poder da ciência e a cultura do narcisismo dos anos 1970 (ROUDINESCO, 2003, p.79).

Outra perspectiva possível para as reflexões sobre a bioparentalidade, ainda em foco a clínica de reprodução humana e no limite do debate sobre a questão de gênero e a necessidade de pais e mães, Strathern (1995) problematiza um quadro de mulheres solteiras sem nenhuma experiência sexual – e sem nenhuma *intenção* de ter relação sexual – que desejam ter filho por meio da concepção assistida. O desejo de tais mulheres foi considerado uma espécie de afronta ao próprio modelamento da relação entre intercurso sexual e concepção, algo que se apresenta, segundo a autora, como essencial para as ideias euro-americanas sobre como se perfaz a parentalidade.

Se a relação do ato sexual com a concepção serve para reproduzir a parentalidade como resultado percebido pela união em uma que as partes se distinguem pelo gênero, ou no máximo reconhecido o auxílio tecnológico que, adequando os meios, chegue aos mesmos fins, os pedidos das mulheres passaram a ser caracterizados como uma *falha do sistema* e identificados por uma síndrome.

Há, portanto, uma matriz que preconiza a linearidade heterossexual do sistema sexo/gênero/desejo/práticas sexuais. Uma linearidade que não apenas naturaliza e essencializa esses elementos do sistema, mas torna a própria relação entre eles um fato da natureza quando, na verdade, segundo Butler (2003a), trata-se de uma arbitrariedade discursiva nutrida por tecnologias sociais que reforçam sua suposta verdade.

3.3 O parentesco é sempre tido como heterossexual?

Conforme vimos anteriormente, discussões sobre parentalidade *para além* da heterossexualidade têm sido um dos pontos fulcrais nos acirrados debates – políticos e teóricos – sobre o próprio pleito ao reconhecimento das diversidades. A nossa

contextualização sobre o tema busca uma apropriação das reflexões butlerianas, algumas já introduzidas no capítulo anterior.

Em curta análise, é possível dizer que, na obra *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*, Butler (2003b) problematiza o modo como a heterossexualidade compulsória concentra-se num exercício diversificado de pressão sobre pessoas para garantir que a heterossexualidade se torne o destino comum. Em *O parentesco é sempre tido como heterossexual?*, Butler (2003a) apresenta os direitos dos homossexuais desde os anos 1990 e o seu lugar no debate político do mundo contemporâneo ocidental, em razão da problematização de valores internalizados de parentesco, casamento e reprodução.

A filósofa inicia essa segunda análise com uma série de reflexões com a desvinculação de conjugalidade e parentesco. Explica que ambos se confundiam na opinião popular americana, quando esta afirmava que o casamento era, e deveria continuar sendo, uma instituição e um vínculo heterossexual, como também que o parentesco não funciona ou não se qualifica como parentesco a menos que assuma uma forma *reconhecível* de família.

A partir dessa premissa, outras questões são colocadas. Segundo Butler (2003a), nas últimas décadas, o casamento tem sido separado das questões de parentesco na medida em que projetos de lei de casamento gay, frequentemente, excluem direitos à adoção ou às tecnologias de reprodução enquanto direitos supostamente garantidos pelo casamento. Impasses assim caracterizados podem ser percebidos na Alemanha, na França, nos Estados Unidos e em outras experiências, inclusive a brasileira – com as suas especificidades – como veremos adiante.

Butler (2003a) questiona, então, que razões levariam a que o apelo ao casamento tornasse mais difícil a defesa da viabilidade de arranjos alternativos de parentesco e do *bem-estar da criança* em variadas formas sociais. Além disso, põe no debate o projeto radical de articular e apoiar a proliferação de práticas sexuais fora do casamento e das obrigações de parentesco. Que outras perspectivas seriam eclipsadas quando nos preocupamos cada vez mais em dar vazão ao desejo do Estado?

A autora, ao lançar tais provocações contundentes aos impasses do reconhecimento, afirma que, na medida em que a petição por direito ao casamento procura o reconhecimento formal das relações não heterossexuais, intensifica o poder de normalização do Estado. Desse modo,

[...] os argumentos contra o casamento gay são sempre, implícita ou explicitamente, argumentos sobre o que o Estado deve fazer, o que deve prover, mas também sobre que tipos de relações íntimas devem ser elegíveis à legitimação pelo Estado. O que é esse desejo de impedir o Estado de dar reconhecimento a parceiros não-

heterossexuais, e o que é esse desejo de forçar o Estado a dar tal reconhecimento? Para ambos os lados do debate, o problema não é só a questão de quais relações de desejo devem ser legitimadas pelo Estado, mas de quem pode desejar o Estado, quem pode desejar o desejo do Estado (BUTLER, 2003a, p.234).

Assim, há uma crise de legitimação provocada pela demanda ao casamento gay, que pode ser pensada, segundo Butler (2003a), como uma *dádiva ambivalente*, pois ser legitimado pelo Estado é aceitar os termos da legitimação oferecidos pelo mesmo, de forma que

parece que a atração pelo Estado é, ao mesmo tempo, uma atração por uma fantasia já institucionalizada pelo Estado e uma saída de uma complexidade social existente na esperança de se tornar finalmente "socialmente coerente". Isso significa, ao mesmo tempo, que existe um lugar para o qual podemos voltar, compreendido como o Estado, que finalmente nos tornará coerentes, uma volta que nos prende à fantasia do poder do Estado (BUTLER, 2003a, p.241).

Conforme vimos no capítulo anterior, o exterior é constitutivo da identidade. Similarmente, para Butler (2003a), o debate do casamento gay se opera nessa lógica, pois a esfera da aliança íntima legítima é estabelecida graças à produção e intensificação de zonas de ilegitimidade.

Para a filósofa, essa tensão entre reconhecimento e reafirmação da normalização estatal se torna mais clara quando se considera o efeito desse poder na preferência pela alocação simbólica do casamento ou arranjos similares à admissibilidade de formas de parentesco que se afastem da família heterossexual. Para os defensores de uma concepção de família centrada na norma heterossexual, a exemplo dos defensores norte-americanos da denominada *família* natural, a adoção por pessoas do mesmo sexo está na ordem das subversões, que põe em risco as leis naturais e/ou simbólicas que, supostamente, amparam a inteligibilidade humana, ancorada na ordem de gênero.

A transformação do parentesco que o casamento gay poderia significar, segundo tais argumentos, é a *ameaça monstruosa* que Butler é compelida, politicamente, a responder, nos termos do seguinte desafio: (i) A filósofa afirma que as formas de família em questão são formas sociais viáveis e que a *episteme* atual de inteligibilidade pode ser utilmente contestada e rearticulada à luz dessas formas sociais e (ii) sem que, por meio dessa afirmação, assumam uma posição que defende a legitimação do Estado (o Estado como normalizador).

Na *defesa* da família guiada pela parentalidade heterossexual, na perspectiva da filósofa, é possível identificar tanto o argumento da família *natural* quanto da família *simbólica* – o exemplo americano e o francês, nessa ordem – considerados “ameaçados” pelo parentesco homossexual. Essa defesa, seja por meio de um ou outro argumento, insiste em

sustentar que a sexualidade deve se prestar às relações reprodutivas e que o casamento, que confere estatuto legal à forma de família, permanece como equilíbrio dessa realidade.

Uziel e Grossi (2007) apontam que a questão foi debatida na França por meio de quatro projetos que antecederam o *Pacte Civil de Solidarité* (PaCS). Todos os projetos visavam à criação de um laço jurídico inédito entre duas pessoas, mas o primeiro deles se pronunciou sobre filiação, adoção e reprodução assistida, temas que foram descartados nos projetos seguintes.

Segundo Butler (2003a), a experiência francesa, na tentativa de instituir uniões civis como uma alternativa para o casamento, buscou ao mesmo tempo driblar o casamento e assegurar laços legais. Correspondente à alternativa ao casamento para dois indivíduos sem laços sanguíneos, independente da orientação sexual, a aprovação da proposta de lei dependia, afinal, da proscrição dos direitos de casais não heterossexuais de adotar crianças e de ter acesso a tecnologias reprodutivas.

Pelo argumento francês, o Estado é forçado a reconhecer o casamento como heterossexual, não por causa da natureza ou da lei natural – argumento americano –, mas por algo chamado *ordem simbólica* – que *corresponde a* e ratifica uma lei natural. Dentre os comentários culturais que acompanharam essa decisão de negar direitos de adoção a pessoas abertamente gays na França, Butler (2003a) apresenta o argumento da filósofa francesa Agacinski²⁹, segundo o qual não importa que formas sociais os arranjos homossexuais assumam, não são casamentos e não são famílias, pois não seriam de modo algum propriamente sociais, e sim privados.

A disputa, segundo Butler (2003a), é parcialmente uma disputa sobre palavras, sobre onde e quando se aplicam, sobre suas plasticidades e seus equívocos,

[...] mas é mais especificamente uma disputa sobre se certas práticas de denominação mantêm os pressupostos sobre os limites do que é humano. Porém, o argumento repousa sobre um certo paradoxo, que seria difícil negar, posto que, se alguém não quer reconhecer certas relações humanas como parte do humanamente reconhecível, logo, esse alguém já as reconheceu e busca negar aquilo que, de uma maneira ou de outra, já foi compreendido (BUTLER, 2003a, p.242).

Butler (2003a) irá dizer que, pelo argumento de Agacinski, é possível identificar no debate francês a crença de que é a própria cultura que exige que um homem e uma mulher – a

²⁹ Em “*O Parentesco é sempre tido como Heterossexual?*”, Judith Butler rebate diretamente algumas alegações da filósofa francesa Agacinski ao editorial do jornal francês *Le Monde*, em Fevereiro de 1999. Naquela ocasião, Sylviane Agacinsky, mencionando o nome de Butler e utilizando as suas considerações, advertiu contra um “futuro monstruoso” para a França que aconteceria caso se permitisse que as lésbicas e os gays formem arranjos de parentesco ratificados pelo Estado. Para saber mais, vide Butler (2003a).

denominada *origem mista* – gerem uma criança e que a criança tenha esse ponto de referência *dual* para sua própria iniciação na *ordem simbólica*, a qual consiste num conjunto de regras que ordenam e apoiam nossos sentidos de realidade e de inteligibilidade cultural.

O debate, então, nos transfere para camadas mais profundas sobre filiação, nação, complexo de Édipo e exogamia limitada pela preservação e perpetuação de certas características, num arranjo de sentidos sobre a cultura. Butler (2003a) explica-nos que essa importância simbólica da origem da criança na heterossexualidade é entendida como essencial à cultura porque se a criança ingressa na cultura pelo processo de assumir uma posição simbólica, e se essas posições são diferenciadas em virtude do complexo de Édipo, então a criança, presumivelmente, assumirá um gênero

quando assumir uma posição em relação às posições dos pais que lhe são proibidos como objetos sexuais. O menino se tornará um menino ao reconhecer que não pode ter sua mãe, e que deve encontrar uma mulher para substituí-la; a menina se tornará uma menina ao reconhecer que não pode ter sua mãe, substitui essa perda pela identificação com a mãe e então reconhece que não pode ter o pai e o substitui por um objeto masculino. De acordo com um esquema um tanto esquemático do complexo de Édipo, o gênero é adquirido através da satisfação do desejo heterossexual (BUTLER, 2003a, p.252).

Butler (2003a) aponta que esse tipo de argumentação acolhe a ideia de transcrição do complexo de Édipo como condição da linguagem e da inteligibilidade cultural. A autora explica que, quando Lévi-Strauss argumenta que o tabu do incesto é a base da cultura e que ele força obrigatoriamente à exogamia, ou casamento fora do clã, o *clã* é lido em termos de raça. Desse modo, o casamento deve acontecer fora do clã - deve haver exogamia –, mas também deve haver um *limite* à exogamia, ou seja, não deve atravessar as fronteiras do autoconhecimento racial ou comunidade racial.

Assim, o tabu do incesto compele à exogamia, mas o tabu contra a miscigenação limita a exogamia a que o tabu do incesto obriga. Então, entre uma heterossexualidade compulsória e uma miscigenação proibida, encontramos algo encurralado denominado *cultura*, saturada de ansiedade e identidade da *branquitude* europeia, se reproduzia *na* e *como* a própria universalidade. Butler (2003a), então, nos provoca, questionando: Existe uma maneira de romper esse círculo pelo qual a heterossexualidade institui a cultura monolítica e a cultura monolítica reinstitui e *re-naturaliza* a heterossexualidade? E podemos, a partir de então, provocar ainda mais a reflexão: No Brasil, podemos falar dessa miscigenação proibida à qual se refere a filósofa para a realidade francesa?

Segundo Vianna e Carrara (2008), o Brasil está impregnado de símbolos de liberdade sexual representados em imagens das relações interracialis, travestis e samba. Porém, essa

representação, segundo os autores, oculta a realidade da sociedade brasileira: debaixo de uma fingida liberalidade dos costumes; o país se encontra profundamente afetado pelo sexismo, a homofobia e o racismo, os quais, quando andam de mãos dadas com outros marcadores sociais, criam uma realidade de desigualdades massivas.

Portanto, embora não possamos falar em um projeto integral de nação matizada por uma cultura total que apoia a naturalização da heteronormatividade, podemos falar em desigualdade entre diversos *brasis*, cujos *brasis* hegemônicos operam essa ansiedade pela reprodução heterossexual de sua identidade associada ao poder econômico, cultural e simbólico.

No âmbito nacional, o debate sobre conjugalidade entre pessoas do mesmo sexo tem como marco, segundo Santos (2011), a apresentação do projeto de lei de união civil pela então deputada Marta Suplicy (PT-SP), na Câmara dos Deputados no ano de 1995.

Mello (2005b) explica que tal projeto foi explicitamente inspirado na denominada “Lei de Parceria Registrada”³⁰ – LPR – da Suécia, que foi aprovada no ano anterior à proposta legislativa brasileira. Chaves (2011) explica que o objetivo da lei sueca é conceder aos pares do mesmo sexo a mesma estrutura jurídica encontrada no matrimônio, além de possibilitar o registro para casais heterossexuais que não desejem casar. A LPR prevê a obrigação de ajuda mútua entre os parceiros, o direito legal de divisão de bens, entre outros reconhecimentos; porém, aos parceiros registrados não é reconhecido, por exemplo, o direito à propriedade conjunta e à adoção de crianças³¹.

Inicialmente, o projeto de lei brasileiro fazia alusão à união estável heterossexual e, para os seus defensores, poderia ser questionado por contrariar o disposto no parágrafo 3º do art.226 da CRFB 1988, que estabelece a união entre o “homem” e a “mulher” como *entidade familiar*. Santos (2011) explica que esse fato contribuiu para aprovação de um projeto substituto, denominado “Parceria Civil Registrada”, que, além da semelhança com a nomenclatura sueca, também sacrificou a prática de adoção pelos casais, graças à inserção de um artigo que vetava tal possibilidade.

Santos (2011) anota que o projeto de Parceria Civil Registrada (PCR) aguarda votação do plenário desde 1995, e a proposta de criminalização da homofobia, aprovada na Câmara dos Deputados em 2006, ainda aguarda votação no Senado Federal.

³⁰ O autor anota que, por essa razão, a Sra. Barbro Westerholm, deputada do Parlamento Sueco, foi convidada a participar dos debates na Câmara dos Deputados, em uma das reuniões da Comissão Especial destinada a apreciar a proposição.

³¹ Mesmo com a entrada em vigor da possibilidade de casamento entre pessoas no mesmo sexo na Suécia, a Lei de Parceria Registrada ainda é válida. Para um resumo destas conquistas legais, consultar Kotlinski (2007) e Vianna e Lacerda (2004).

Na França, conforme vimos, a negação do reconhecimento à entidade familiar formada pela união de pessoas do mesmo sexo – e as suas consequências, tais como a possibilidade de adoção conjunta – também esteve presente nos debates em torno da aprovação do PaCS. Chaves (2011) aponta que a experiência alemã contou com a aprovação, em 10 de novembro 2000, com uma normativa que dispõe sobre a separação do casal, o suporte financeiro mútuo e até mesmo a guarda de crianças dos parceiros, mas sem criar, contudo, um direito à adoção conjunta, a exemplo da França.

Recentemente, após a promulgação da Lei 9-XI/2010, Portugal possibilitou o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. Contudo, como o art. 1979 n.1 do Código Civil Português é claro a respeito dos *beneficiários* da adoção plena conjunta – duas pessoas casadas há mais de 4 anos e não separadas judicialmente de pessoas e bens ou de facto, se ambas tiverem mais de 25 anos –, foi preciso que a nova lei vetasse expressamente a pretensão de casais homossexuais que desejem adotar conjuntamente.

No Brasil, Uziel (2007a) recorda que, em junho de 2000, o INSS concedeu, ineditamente, pensão por morte e auxílio-reclusão para companheiros homossexuais que comprovassem união estável e dependência econômica, o que representou um precedente importante³². Contudo, embora tenha havido a concessão de direitos patrimoniais sem maiores objeções, qualquer alusão ao direito das famílias, quando se tratava de pessoas do mesmo sexo, era rechaçada.

O autor explica que a primeira década do novo século assistiu à proliferação de várias decisões judiciais favoráveis ao reconhecimento das uniões entre pessoas do mesmo sexo³³. Segundo o autor, a inércia do Congresso Nacional em aprovar leis normatizando os efeitos legais das uniões entre pessoas do mesmo sexo acabou levando a diversos casais do mesmo sexo e grupos LGBT a acionarem o Poder Judiciário para garantir direitos a esse segmento da população. Desse modo, na experiência brasileira, a esfera judicial se apresentou como a estreita e praticamente única rota possível para cruzar a fronteira da ilegitimidade e chegar ao reconhecimento jurídico.

Em 10 de fevereiro de 1998, no Recurso Especial³⁴ N. 148897/MG, que tramitou na 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, foi reconhecida a união por pessoas do mesmo sexo

³² De acordo com Santos (2011), a decisão motivou diversos grupos LGBT, dentre eles o GGB, Grupo Dignidade-PR e a Associação da Parada do Orgulho GLBT (APOGLBT-SP) disponibilizarem livros de registro de união homoafetiva.

³³ Para um resumo destas conquistas legais, consultar Kotlinski (2007) e Vianna e Lacerda (2004).

³⁴ Recurso Especial (REsp), segundo Roque (2010), é o recurso dirigido ao Superior Tribunal de Justiça, cabível nos casos de a decisão proferida por tribunal de última instância ou única instância, por I contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhe vigência; II julgar válida lei ou ato do governo local contestado em face de lei federal; III der a lei federal interpretação divergente da que haja atribuído outro tribunal.

como sociedade de fato. Aos 17 de junho de 1999, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, no Agravo de Instrumento³⁵ N. 599075496, julgado na 8ª Câmara Cível, decide que ações judiciais, envolvendo união entre pessoas do mesmo sexo, devem tramitar em Vara de Família³⁶.

Por meio das decisões do Supremo Tribunal Federal (STF), de 05 de maio de 2011, na Ação Direta de Inconstitucionalidade³⁷ (ADI) 4277 e na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental³⁸ (ADPF) 132, esse tribunal reconheceu que a união entre pessoas do mesmo sexo integra, para fins jurídicos, a expressão entidade familiar, embora não tenha feito menção específica à adoção.

Qual a situação atual da adoção conjunta por pessoas do mesmo sexo que vivam em união estável no Brasil? Ao ser suscitada a necessidade de uma produção legislativa regulamentadora das decisões do STF, pensamos que Butler nos provocaria com a alegação de uma contínua repetição e reforço ao poder normalizador do Estado como detentor de um direito que deveria conceder em paridade de condições, de maneira não discriminatória.

Por essa razão, posicionamo-nos pelo imperativo de realidade – e não da normalização. Não há razão para *desejar que o Estado deseje* – normatize ainda mais – a possibilidade de famílias constituídas por pessoas do mesmo sexo. Essas famílias existem na realidade da vida e ao poder normalizador cabe o reconhecimento sem discriminações. O papel do reconhecimento já foi suficientemente atendido pelas decisões daquele Tribunal Superior. Segundo Stamford (2009), a decisão jurídica não está pré-estabelecida em nenhuma causa que lhe é anterior; tal decisão se estabelece, por contingência, considerando a memória do sentido de direito da sociedade ao mesmo tempo em que ela é o espaço de mudança do direito da sociedade.

Nesse sentido, a suposta regulamentação legislativa pode não sobrevir, ou melhor, *não se deve desejar que sobrevenha*, pensando nos termos da advertência butleriana. A discussão

³⁵ De acordo com o Código de Processo Civil (1979), o Agravo de Instrumento é o recurso cabível contra as decisões interlocutórias suscetíveis de causar lesão grave e de difícil reparação a uma das partes, cuja apreciação precisa ser feita de imediato pela instância superior.

³⁶ Não queremos, contudo, ocupar uma retomada histórica de uma tentativa de demonstrar uma evolução histórica até as decisões brasileiras de maio de 2011, mas tal retrospectiva nos serve para apresentar o quanto o direito da sociedade está contingencialmente em fazimento.

³⁷ De acordo com Macéa (2011), a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) de lei ou ato normativo corresponde à ação que questiona se uma lei controversa é constitucional. Apenas o STF pode julgar uma ADI e, considerando a existência de inconstitucionalidade, deve declará-la como tal.

³⁸ A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF), segundo Carrilho Júnior (2010), está prevista no § 1º, do art. 102, da CRFB 1988 e representa uma das formas de exercício do controle concentrado de constitucionalidade. Regulada pela Lei n. 9.882/99, tem como principal objetivo, assim como as demais ações de controle de constitucionalidade, a prevalência da segurança jurídica.

sobre direitos dos homossexuais e sobre a família brasileira já vem a ser imensamente catalisada com a inserção dos destinos humanos na pauta. Registre-se: os gays e as lésbicas que aspiram à adoção e as crianças que aspiram a ser adotadas e a mobilização pelo reconhecimento judicial dispensam o desejo de excesso normalizador, que seria provocado por uma lei regulamentadora superveniente.

Pensamos, com as considerações de Butler (2003a; 2003b), portanto, que a matriz bioparental apoiada na matriz heteronormativa válida, a partir de sua recitabilidade e a performatividade da distinção binária entre filhos(as) adotivos(as) e filhos(as) biológicos(as), operando, muitas vezes, o estigma advindo desses discursos que se instalam subjetivamente, seja na família que adota, seja na criança ou adolescente adotado.

Embora os estudos butlerianos não façam referência à realidade brasileira, podemos dizer que encontramos trabalhos sobre parentalidade e conjugalidade entre pessoas do mesmo sexo que contemplam aspectos bastante variados. Segundo Grossi, Uziel e Mello (2007), as pesquisas envolvendo homens gays, por um lado, privilegiam a conjugalidade, ao passo que os estudos sobre mulheres lésbicas apontam a conjugalidade atrelada à maternidade.

Nas considerações dos autores, é possível perceber, inclusive, uma maior invisibilidade social das relações homoeróticas entre mulheres, aliada à naturalização da maternidade no alinhamento mulher/feminino/maternidade, conforme vimos anteriormente. Os impasses relativos à nomeação do casal e do vínculo pais e filhos e mães e filhos, o incômodo com a problematização das normas de gênero, o preconceito e as experiências cotidianas dos sujeitos sustentam, por conseguinte, a importância da temática.

Por essa razão, as reflexões butlerianas, embora primariamente dirigidas às experiências e problematizações norte-americana e francesa, nos ajudam a forçar ao limite as compreensões sobre os ecos da hipótese psicanalítica de que a procriação (fato biológico) teria como substrato um desejo narcísico de descendência *natural* que ainda sustenta alguns discursos psicanalíticos herdeiros desse estruturalismo levistrausiano, inclusive na sustentação da necessidade simbólica da diferença sexual.

Podemos ver aqui, segundo a Butler (2003a), o campo do dilema: de uma mão, viver sem normas de reconhecimento provoca sofrimento significativo e formas de *desempoderamento* que frustram as próprias distinções entre as consequências psíquicas, culturais e materiais. No caso da adoção de crianças e adolescentes, por exemplo, não é possível operar decisões favoráveis às pessoas do mesmo sexo sem tais normas.

A demanda por reconhecimento, que é uma demanda política muito poderosa, pode levar a novas e odiosas formas de hierarquia social, a uma renúncia apressada do campo

sexual e a novas maneiras de apoiar e ampliar o poder do Estado, se não se institui um desafio crítico às próprias normas de reconhecimento, por exemplo, ao se estabelecer uma barreira para outras configurações senão casais do mesmo sexo assemelhados ao modelo heteronormativo de parentalidade.

Nas reflexões trazidas por Teixeira Filho (2010), ainda que outras formas de arranjos familiares, organizados por laços afetivos, tenham pleiteado reconhecimento social e jurídico, o poder retorna reinstaurando a dúvida, a paranoia, o pânico diante da finitude individual como forma de gestão da vida e, ao mesmo tempo em que produz esses sentimentos, tais sensações de angústia e pânico oferecem a resposta pautada nesta matriz biogenética/identitária. Desse modo,

[...] graças à genética, temos uma identidade, temos uma história corporal, temos passado (ascendentes), descendentes (futuro) e, a partir dela, podemos “ser” “proativos” e mudar nossa história, reinstaurando a ordem do consumo ilusoriamente encoberta por camadas reluzentes de supostas “liberdades individuais” (TEIXEIRA FILHO, 2003, p.161).

Em uma breve recapitulação, podemos dizer que, a partir dos estudos sobre os efeitos da matriz bioparental na adoção em Teixeira Filho (2010), buscamos questionar *a quais interditos* os discursos sobre a adoção fazem referência no campo social e também no subjetivo. Partimos da ideia de que a categorização de crianças e adolescentes aptos à adoção, dentre os quais são distinguidos, por suas características, os que terão reais chances no processo, pode remeter a uma série de outras classificações que, de acordo com Guareschi, Strenzel e Bennemann (2007), essencializam identidades ou diferenças, tornando invisíveis suas condições de emergência e as relações de poder, que se dão no campo da cultura, implicadas em sua constituição.

Segundo as autoras mencionadas, universalizamos marcadores identitários e a eles reduzimos os sujeitos, tendendo a engessar determinadas características sobre a facilidade ou a dificuldade da adoção. Assim, é preciso estudar os procedimentos da adoção sem deixar de observar a demarcação de marcadores identitários, que se dá por relações culturais e relações de poder, ou seja, pelas políticas e práticas da adoção que constituem aqueles que são os mais ou menos prováveis à adoção.

Em função também do paradigma da bioparentalidade, sustenta-se um “direito de escolha” dos adotantes, largamente aceito sem reflexões mais comprometidas com possíveis violações a direitos humanos daqueles postos em adoção, bem como pretendentes escolhem, como regra, as crianças para as quais irão projetar o seu narcisismo.

Todas as reflexões apresentadas, a começar pelas demarcações da heterossexualidade, do casamento e da esterilidade na história da adoção, em seguida, pela problematização do termo *homoparentalidade* e finalmente, pelas considerações paradigma da bioparentalidade na compreensão de família e nas práticas da adoção, tornaram possível, finalmente, situarmos os debates da heteronormatividade no parentesco.

Ao final deste capítulo, podemos, portanto, entrelaçar os sonhos de descendência genética, para Roudinesco (2003), o projeto heterorreferente e bioparental, para Teixeira Filho (2010) e, finalmente, a fantasia eugênica de nação no estreito intervalo entre xenofobia e exogamia limitada pelo complexo de Édipo, para Butler (2003a) para alegarmos a permanência heteronormatividade na adoção por pessoas do mesmo sexo.

4 A FAMÍLIA FORMADA PELA ADOÇÃO CONJUNTA POR PESSOAS DO MESMO SEXO

“[Segundo o discurso tradicional], *variações no parentesco que se afastem de formas didáticas de família heterossexual, garantidas pelo juramento do casamento, além de serem perigosas para as crianças, colocam em risco as leis consideradas naturais e culturais que supostamente amparam a inteligibilidade humana.*”

Judith Butler, *O parentesco é sempre tido como heterossexual?*

Conforme apresentamos nos capítulos anteriores, a problematização da conjugalidade e parentalidade gay e lésbica vem assumindo, desde a última década do século XX, uma crescente intensificação na agenda política dos movimentos pela diversidade sexual no Ocidente. Segundo Tarnovski (2002), na contemporaneidade, nota-se a diluição dos papéis sociais, o que flexibiliza a associação entre funções parentais e gênero, viabilizando a reinvenção de novas formas de relacionamentos familiares.

Em profunda modificação nas lutas simbólicas, nas quais a então criada *identidade homossexual* se engajou, é possível destacar, segundo Roudinesco (2003), um ambivalente *desejo de normalização* com vistas a um reconhecimento e adequação nos moldes normativos heterossexuais.

O presente capítulo busca desenvolver, a partir da análise de um processo judicial, uma reflexão sobre o tema da adoção conjunta por pessoas do mesmo sexo no Brasil contemporâneo. Para tanto, importa situar, primeiramente, algumas compreensões desenvolvidas que servem ao estudo do caso concreto e a produção teórica adotada para a sua problematização.

Nessa empreitada, consideramos possível e proveitosa a interlocução desenvolvida em nossos capítulos anteriores entre a filosofia da diferença em Hall (2005); da desconstrução em Foucault (1994; 2005) e Derrida *apud* Rodrigues (2012) e a Teoria *Queer* em Butler (2003a; 2003b) e Miskolci (2007; 2009; 2011), além de outras referências valiosas para essa discussão, dentre as quais Santos (2011) e Teixeira Filho (2010; 2013).

Segundo Uziel (2002), as reivindicações do movimento homossexual foram marcadas, por um longo período, pelo direito a uma *sexualidade não procriativa*; em seguida, a esta

demanda juntou-se a luta contemporânea por uma *filiação independente do ato sexual entre os parceiros*, a exemplo da clínica de reprodução humana e da filiação não biológica.

Contudo, esse aparente somatório de demandas merece uma série de observações e ressalvas. Bourdieu *apud* Paiva (2007), por exemplo, já enxergava nessas tentativas de normalização da homossexualidade o risco de retorno a uma invisibilidade social dessa, quando se deveria, em sentido diverso, explorar o potencial disruptivo que a homossexualidade desempenhou frente aos agenciamentos afetivo-sexuais binaristas e heterossexistas.

Mas, além disso, a dicotomia entre suavização e normalização *versus* acentuação e agenciamento ainda recebe outros feixes de problematização pelas Ciências Humanas, que, segundo Garcia et al (2007), já trazem para as suas pautas a compreensão de que a homossexualidade corresponde a uma configuração histórica específica que toma para si a identificação de indivíduos com preferências homoeróticas. Essa desnaturalização da *homossexualidade* justifica, pois, uma série de ressalvas e críticas à ideia essencialista recorrente de *identidade*, conforme vimos no Capítulo 1 deste trabalho.

Por conseguinte, questionar a consideração de tais indivíduos a partir de um referencial identitário implica, conforme vimos nos capítulos anteriores, uma ruptura com as concepções naturalizadoras e biologizantes que buscam definir a homossexualidade mediante a ideia de que existiria algo na *interioridade* de gays e lésbicas que determinariam, em última instância, *quem são eles*.

Isso porque, como nos mostra Foucault (1976), essa concepção essencialista tende a possibilitar uma perigosa referência ao homossexual como um *tipo* diferente de ser humano, dando espaço para toda sorte de preconceito. Uma das alternativas para apreender como se opera esse tipo de distinção no plano das práticas sociais diz respeito à busca pela (hetero)normalidade nas famílias cujos casais não estão fundados na diferença sexual.

Podemos dizer que, a partir dos anos 1970, principalmente nos Estados Unidos, em virtude da intensificação e visibilidade da parentalidade gay e lésbica, foram realizados diversos estudos com o intuito de verificar a adequação do funcionamento das famílias biparentais – constituídas por duas pessoas – e formadas por pessoas do mesmo sexo. Tais pesquisas, de acordo com Garcia et al.(2007), contribuíram para atestar a “normalidade” desses arranjos *alternativos* à família nuclear biparental heterossexual.

O resultado daquelas avaliações comprova a similitude das crianças educadas por casais do mesmo sexo em relação às demais, de modo a fornecer a chancela de *normalidade*,

inclusive com a ideia de que o ambiente que permita o desenvolvimento da heterossexualidade para os adotados significa um critério de adaptação positiva, *saudável e não desviante*.

Ocorre que, a par do argumento sobre a estratégia para reconhecimentos do direito à parentalidade, a busca pelo reconhecimento legal de famílias formadas por casais gays e lésbicos corresponde, para alguns críticos, a uma *retificação* da entidade familiar nuclear heterossexual como modelo. De acordo com Roudinesco (2003), ao buscar convencer aqueles que os cercam de que seus filhos nunca se tornarão homossexuais, os pais e mães homossexuais arriscam lhes dar, de si próprios, uma imagem degenerada e indesejável.

Segundo Garcia et al (2007), alguns estudos realizados no Brasil a respeito de famílias formadas por pessoas do mesmo sexo demonstram que a luta pelo direito à parentalidade por parte de gays e lésbicas carrega muitas dessas contradições.

Souza (2005), por exemplo, ressalta como a maternidade lésbica sustenta-se, muitas vezes, pelo argumento do *instinto maternal*, de modo que podemos falar em um alinhamento de valores e premissas da família heterossexual naturalizada. Por outro lado, a família gay está mais exposta à desconfiança, explícita ou não, da *subversão* e do *desejo pervertido*, em consonância com os estudos apresentados no Capítulo 2 e que retomaremos nas análises do Capítulo 4 deste trabalho.

Em nosso estudo, questionamos como se reconfiguram as relações de gênero nessa relação entre família, parentalidade e união entre pessoas do mesmo sexo. Souza (2005) demonstra que é preciso interrogar em que medida o gênero é relido pelos sujeitos diante da performatividade de seus desejos quando se trata de indivíduos do mesmo sexo que se propõem a algo que a modernidade criou e apresentou como um domínio necessariamente heterossexual: o *sentimento de família*.

4.1 O estudo de caso e a pesquisa documental: considerações iniciais

A fim de problematizarmos com certo detalhamento a experiência brasileira de adoção por pessoas do mesmo sexo, dedicamos os nossos capítulos de análise ao caso de adoção, que está documentado nos autos do Processo 001.2007.022128-7, tramitado na 2ª Vara da Infância e Juventude da Capital do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, presente os termos da sentença na data de 26 de agosto de 2008.

O estudo de caso pode ser descrito, brevemente, como uma escolha de pesquisa de pouca área de abrangência, mas que fornece, de outra mão, a possibilidade de um detalhamento e profundidade temática.

Desse modo, é possível dizer que o estudo de caso tem por vantagem exatamente o fornecimento de dados detalhados, que permitem a análise das configurações da parentalidade gay e lésbica de acordo com as particularidades de cada família – classe social, nível profissional etc. Além disso, possibilita a experiência para o pesquisador do contato direto com as operações de reconhecimento realizadas, nesse caso, pelo Judiciário.

Por outro lado, é possível dizer que esse tipo de pesquisa apresenta uma limitação quanto ao fornecimento de resultados e reflexões mais generalizantes. Desse modo, os resultados obtidos não podem ser extrapolados como referência universalizada à adoção por pessoas do mesmo sexo no Brasil, nem mesmo no estado de Pernambuco. Significa dizer que o nosso estudo tem direção vertical/profundidade em detrimento da horizontalidade/abrangência sobre o fenômeno analisado.

Feitas tais advertências, podemos afirmar, primeiramente, que a relevância de selecionar um processo judicial e a sua respectiva decisão está, em especial, na possibilidade de análise de diversas práticas sociais ricas que, *reproduzidas e transformadas* em laudas de processo, retratam situações e relações humanas.

A partir da análise de relatórios psicossociais, manifestações do autor, pareceres ministeriais, decisões etc. é possível investigarmos como se opera a força normativa de reconhecimento e legitimidade para questões sociais reais e contingenciais. Daí a razão pela qual merecem ser objeto de atenção, reflexão e crítica da pesquisa em direitos humanos e que as justificam como fonte da pesquisa documental para a presente investigação no tema da adoção.

O caso estudado, em curta descrição, aprecia pela primeira vez no Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco o mérito do requerimento de adoção formulado por dois homens, dando a oportunidade para os requerentes demonstrarem o atendimento às exigências do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Ao final, defere o pedido de adoção, hipoteticamente, segundo os mesmos critérios que apreciaria a pretensão de um casal heterossexual, decisão essa advinda não de outro tribunal, senão de forma inédita, do Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Finalmente, a seleção de uma decisão, em primeira instância, tem a sua razão de ser na importância, para os fins desta pesquisa, no poder decisório do juiz de primeiro grau. Trata-se daquele órgão que tem contato direto com o jurisdicionado, diferentemente do que ocorre em

instâncias superiores e seus órgãos colegiados, muitas vezes limitados aos processos que já estão reduzidos a documentos acumulados em seus apensos.

Desse modo, podemos afirmar que a sentença de primeira instância é aquela apta a prestigiar as relações humanas familiares porque o juiz, ali sentenciador direto de destino de vidas, realiza o *procedimento oral* e os demais recursos processuais derivados deste, como a *identidade física do juiz*.

O princípio da *imedição* ou *identidade física do juiz* é aquele apresentado no art. 132 do Código de Processo Civil, que estabelece a regra do dever de julgar a lide o magistrado titular ou substituto que concluir a audiência, ou seja, sentencia o juiz que acompanhou e encerrou a instrução do processo, porque esse colheu provas de forma oral, mantendo contato direto com as partes, testemunhas e demais sujeitos envolvidos, o que o legitimaria a julgar com mais qualidade e presteza³⁹.

Assim, analisar uma decisão sobre o reconhecimento jurídico de uma entidade familiar em primeira instância é direcionar atenções e reflexões às expectativas depositadas nesse julgador identificado, *historicizado*, inserido e contextualizado em transformações sociais, que mantém interlocução com a própria realidade humana.

O nosso estudo de caso, metodologia trazida nesta segunda parte do trabalho – Capítulos 3 e 4 – teve por pretensão deixar-nos provocar pela crítica butleriana a uma matriz essencialista heterossexual do pensamento ocidental na leitura de cada documento que compõe o caso. Percorremos, para tanto, as reflexões da autora acerca dos fundamentos de distinção sexual no binarismo de gênero, com a ideia de polarização entre *homem e mulher*, *masculino e feminino* e pelas advertências de Teixeira Filho (2010) sobre os efeitos da matriz bioparental e heteronormativa na adoção.

Como se não fosse suficiente uma atenção devida a essas discussões *macropolíticas* mencionadas – a oposição binária heterossexual *versus* homossexual, a *identidade homossexual*, os discursos sociais e o emprego da expressão *homoparentalidade* – estes capítulos analíticos que seguem dedicam-se também um enfoque *micropolítico* sobre como se opera a expectativa sobre o casal formado por pessoas do mesmo sexo para reproduzir o modelo de família hegemônico, a maneira pela qual se dá a compreensão de *intimidade* do casal no processo judicial, o discurso reiterado sobre responsabilidade e preocupação com a homofobia, a movimentação entre os atores sociais da terminologia *afeto* etc.

³⁹ De acordo com Wambier e Talamini (2011), o juiz que tiver contato direto, na audiência, com as partes e testemunhas, tem mais e melhores condições de proferir uma sentença satisfatória, isto é, em que efetivamente se aplique o direito, do que aquele que não tenha presidido à audiência.

Não temos, portanto, a pretensão de desenvolver uma análise jurídica e integral dos documentos, com a apresentação de divergências doutrinárias e jurisprudenciais de cada manifestação e posicionamento levado aos autos do processo, mas problematizar os principais temas relacionados à pretensão estruturalista da operação jurídica de exame de mérito por meio da incidência das provocações desconcertantes da teoria *queer*, como vimos nos capítulos anteriores.

Para tanto, foi preciso arriscar o desafio de questionar as amarras estruturalistas de um instrumento de poder produzido e reproduzido, por excelência, *pela* e *para* a estruturação, categorização e regulação das relações humanas, qual seja, o percurso e o resultado da produção de uma decisão jurídica.

4.2 A conversão da adoção singular em adoção conjunta: a realidade fática e a adequação jurídica

O nosso estudo de caso foi possível a partir do acesso integral ao Processo 001.2007.022128-7, tramitado na 2ª Vara da Infância e Juventude da Capital do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco⁴⁰.

Inicialmente, o pretendente à adoção, que aqui denominaremos requerente “A”, civilmente divorciado, estava habilitado como pretendente à adoção singular desde o ano de 2005. No ano de 2007, o requerente A foi selecionado pelo Sistema INFOADOTE e convocado pela seleção de pretendentes à adoção do Núcleo de Adoção e Estudos da Família – NAEF – da 2ª Vara da Infância e Juventude do Recife.

Selecionado para uma possível adoção, o pretendente recebeu a guarda provisória de duas crianças, irmãs biológicas, cujos genitores haviam sido destituídos do poder familiar.

Em razão de sua residência em Natal – RN, o Juiz dessa Comarca cumpriu a Carta Precatória⁴¹ expedida pelo juiz da Comarca do Recife, realizando o primeiro estudo sócio-familiar em maio de 2007. Na oportunidade, o requerente declarou-se homossexual, afirmou

⁴⁰ Lembramos que, no Brasil, as ações que versam sobre guarda, tutela e adoção de crianças e adolescentes correm em segredo de justiça, razão pela qual apresentamos compromisso por escrito, assinado pelo orientador dessa pesquisa, na respectiva Vara, comprometendo-nos a utilizar as informações com a estrita finalidade acadêmica, resguardados os nomes dos adotantes e das crianças.

⁴¹ A Carta Precatória corresponde, segundo Gonçalves (2010), a um ato de cooperação entre órgãos judiciais que não têm entre si relação de subordinação. O juízo deprecante, no caso, o da 2ª Vara da Infância e Juventude do Recife, solicitou ao juízo deprecado da Vara da Infância e Juventude da Comarca de Natal o primeiro relatório sobre o estágio de convivência para os trâmites da adoção.

que convivia com um companheiro por mais de doze anos e que a *paternidade* seria exercida por ambos.

Em 20 de março de 2007, as crianças, que estavam em uma instituição de acolhimento em Recife – PE, foram recebidas pelo requerente e iniciou-se o estágio de convivência. Após a juntada da Carta Precatória, o processo foi enviado para seguir os trâmites na 2ª Vara da Infância e Juventude do Recife.

No decorrer da produção dos Pareceres técnicos do NAEF, desde o primeiro relatório de convivência, ainda realizado em Natal, entram em cena as narrativas sobre a dupla parentalidade nesta família e a descrição da paternidade exercida também pelo segundo pretendente – que aqui denominaremos pretendente B – que, embora não presente como parte autora na petição inicial, teve o seu papel familiar apresentado já no relatório correspondente ao primeiro de convivência familiar, um documento contendo três páginas e emitido em maio de 2007.

Remetidos os autos para a Comarca do Recife, os demais atos processuais foram realizados, incluindo a audiência de instrução, o novo relatório de convivência, o ingresso de pedido novo – conversão da adoção singular em adoção conjunta – a oitiva do órgão do Ministério Público por meio de Parecer Ministerial e, finalmente, a decisão jurídica, em que o juiz reconheceu a adoção como *conjunta*, selecionando os fundamentos jurídicos, éticos e sociais dos posicionamentos das instituições participantes no processo para apreciar o mérito da adoção das duas crianças.

Iniciamos as nossas reflexões sobre a conversão da adoção singular em adoção conjunta⁴² do caso por meio de algumas análises do primeiro relatório de convivência, conforme mencionado.

Durante a elaboração desse primeiro documento, surge a descrição da existência fática do pretendente B. Embora descreva a sua exclusão legal dos procedimentos, o relatório apresenta-o ativo e dinâmico na divisão das tarefas e dos cuidados diários com as crianças, fazendo-nos compreender que, naquela adoção legalmente *singular*, a responsabilidade

⁴² Cumpre esclarecer que a adoção, levando em conta *o rompimento do vínculo anterior*, é comumente classificada como *unilateral* ou *bilateral*. A adoção unilateral é aquela que pressupõe o rompimento do vínculo de filiação com apenas um dos pais biológicos, de modo que o requerente da adoção unilateral passa a ocupar a posição proveniente desta ruptura. De outra mão, a adoção bilateral, hipótese deste estudo, é aquela que pressupõe o rompimento dos vínculos biológicos para efeito de exercício do poder familiar (ROSSATO; LÉPORE; SANCHES, 2014). Já quanto à *formação do novo vínculo*, a adoção será *singular* ou *conjunta*. Será *singular* quando requerida por somente um adotante, de modo que a criança ou o adolescente terá um pai ou uma mãe adotiva e será *conjunta*, prevista no § 2º do art. 42 do Estatuto, corresponde à modalidade de adoção feita por duas pessoas adotantes, sendo indispensável, segundo o dispositivo – e que, neste trabalho, trataremos das relativizações pelo Poder Judiciário – que estejam casados civilmente ou mantenham união estável, comprovada a estabilidade da família.

parental já se constituía *conjunta*, de sorte que o documento reproduz a percepção do pretendente não cadastrado sobre aquela situação, descrevendo que

[o requerente B] afirma alegria em exercer também a paternidade, sentindo tranquilidade no que diz respeito à sua não participação legal no processo, tendo em vista que, dada a situação homoafetiva, não podem ambos requerer a presente Ação. Para ele, o vínculo afetivo vem sendo construído com as requeridas é o mais importante. Portanto, percebemos que ele apoia e auxilia o companheiro nos cuidados diários com as requeridas, dividindo as tarefas diárias e exercendo também a paternidade. Embora não esteja requerendo a adoção, mostra-se também responsável e afetuoso para com as crianças (TJPE, Processo 001.2007.022128-7, 2008, p.24).

Assim, o companheiro do requerente apresenta uma espécie de consciência do seu *status* jurídico diante da *impossibilidade jurídica do pedido* de adoção conjunta. Tal situação, portanto, aloca-o a uma posição *socialmente participante* e *formalmente expectador* da adoção. O que se pode refletir, a partir dela, é como se opera a aceitação de uma situação/realidade da vida negada em razão do argumento aparentemente irrefutável da contrariedade à lei ou mesmo a ausência de previsão legal sobre a existência de um vínculo familiar *alternativo*.

A partir deste momento, a tutela jurisdicional dos direitos humanos das partes envolvidas e comprometidas – o requerente, o companheiro não cadastrado e as crianças – é posta em questão de maneira séria e decisiva. Na materialidade textual, as referências ao *casal*, aos requerentes *em conjunto/conjuntamente*, a referência à *dupla paternidade* ou *responsabilidade paterna partilhada* tornaram difícil o retrocesso ou o esquivo da realidade da vida que, embora brevemente descrita, apresentava suficiente riqueza de detalhes.

A avaliação psicossocial também esclarece que as crianças estavam adaptadas ao ambiente doméstico e demonstravam lidar tranquilamente com o fato de possuírem dois pais, denominando-os “pai [requerente A]” e “pai [requerente B]”⁴³. Em reforço ao atestado de realidade, a situação descrita mostra que as crianças, mesmo em fase inicial do período de convivência, podem criar categorias aptas a dar inteligibilidade e sentido à situação conjugal diferenciada dos pais: *são dois e são pais*. Àquela altura, seria possível ao juiz apreciar o caso sem considerar todas as descrições deste documento, ou ao Ministério Público emitir Parecer sem referências a essas informações ou ainda, de algum modo, mencionando-as apenas de maneira secundária, por exemplo?

A resposta a essa pergunta veio logo em seguida. Em 03 de dezembro de 2007, na audiência de instrução e julgamento, os pretendentes A e B mudam a estratégia e alteram o

⁴³ TJPE, Processo 001.2007.022128-7, 2008, p.24.

pedido inicial para que passe a constar também o companheiro não cadastrado. Na oportunidade, o requerente A afirmou que

[...] não há qualquer dúvida sobre a adoção das crianças e está seguro e ciente do papel que irá exercer na guarda, sustento e educação das mesmas; que não houve qualquer dificuldade na realização do relatório do estágio de convivência e também teve um bom relacionamento com a equipe deste juizado e nada tem a reclamar; que é professor universitário, que ensina em duas faculdades de psicologia [...] que não fez o cadastramento [conjunto] em Natal porque **foram orientados** de que só era possível o cadastro unilateral⁴⁴; que tem convivência de 14 anos com B, que B é professor de inglês (TJPE, Processo 001.2007.022128-7, 2008, p.30 – grifo nosso).

Observamos que o requerente A justifica a ausência do requerente B na petição inicial em razão de uma *instrução jurídica* recebida pelo casal, reforçando, portanto, a sua disposição à *obediência às normas*. Ainda em audiência, é dada a palavra ao requerente B, que solicita oralmente a sua inclusão no processo judicial de adoção⁴⁵. Antecipando a petição escrita entregue logo em seguida, afirmou que

[...] o projeto de fazer a adoção foi decidido junto e apenas não fez o cadastro em Natal porque foram orientados de que só era possível o cadastro unilateral; que hoje também gostaria de estar participando desta adoção para constar como genitor das crianças, que as crianças se referem a B como pai, da mesma forma que se referem a [requerente A], chamando de “pai [requerente B]” e pai “[requerente A]”, que deseja requerer a esse juízo que seja aditada a petição inicial para constar seu nome como requerente nos autos para realizar a presente adoção [...] que participou de todas as etapas deste processo de adoção, inclusive no estágio de convivência, que deseja entrar com a petição e os documentos necessários para a presente adoção (TJPE, Processo 001.2007.022128-7, 2008, p.30).

Encerrada a fala do requerente B, o juiz dá a palavra ao representante do Ministério Público, que, diante da possibilidade de o requerente B ingressar também com um pedido de adoção em apartado, entende que,

por **economia processual** [...] ser oportuno o aditamento do pedido inicial de adoção a fim de que a situação das crianças seja vista como um todo. Ante o exposto, requeiro que o requerente aqui presente apresente a documentação necessária [...] que comprove domicílio, capacidade física e mental, comprovante de renda, antecedentes criminais e termo de estabilidade de convivência [...]. Requeiro ainda que os autos, após a juntada da documentação, seja enviado ao NAEF para parecer conclusivo quanto ao pedido a ser formulado por B e A (TJPE, Processo 001.2007.022128-7, 2008, p.30 – grifo nosso).

⁴⁴ Conforme visto anteriormente, a adoção por apenas uma pessoa é denominada singular, que dá origem a uma entidade familiar monoparental, com apenas um pai ou apenas uma mãe. O termo unilateral foi utilizado equivocadamente, a fim de expressar que o casal homossexual foi orientado sobre a possibilidade de adoção singular e a impossibilidade de uma adoção conjunta.

⁴⁵ O denominado aditamento da petição inicial é a sua ampliação, agregando pedido novo (DIDIER JR., 2012).

Podemos observar que, no relatório de convivência, a manipulação de uma *tecnologia de poder* diz respeito ao conhecimento exercitado na operação de escolha para a adequação de uma prática social – a intenção conjunta na adoção por dois homens – a uma opção possível dentro sistema jurídico – a adoção singular.

Por outro lado, ao tempo da audiência de instrução e julgamento, outro conhecimento se sobrepõe ao anterior, com suporte na alegação de uma realidade social já existente, o que tornou possível aos postulantes exercitar uma manobra diferente. Ao avaliarem o possível impacto de um pedido de aditamento da petição inicial para que o companheiro não cadastrado ingressasse como parte autora no processo, detectaram que tal solicitação formal já não mais arriscaria o projeto de adoção. Portanto, a estratégia anterior – de aceitação do requerente não cadastrado – dá lugar a um empoderamento conjunto patrocinado pela força apresentada nas relações de parentalidade já consolidadas.

Essa tecnologia de poder é reforçada pela aceitação do Ministério Público de vislumbrar, no pedido do requerente B, uma facilitação operacional poderosa na linguagem dos *insiders* do denominado Novo Processo Civil Constitucional: o apreço pela celeridade e pela economia processual.

Categórico, o órgão ministerial afirma que a apreciação imediata daquele “novo pedido” é uma medida de economia processual, que traz consigo o argumento de ser uma postura adotada por operadores jurídicos atualizados e progressistas e manifesta-se, portanto, favorável ao pedido de aditamento, solicitando as medidas cabíveis pelo requerente não cadastrado e o novo relatório conclusivo da equipe multidisciplinar e psicossocial.

O órgão julgador, por conseguinte, acolhe o requerimento do Ministério Público e concede ao requerente B o prazo de dez dias para juntar a petição com os documentos referidos, bem como remete os autos ao NAEF para manifestar-se acerca do relatório do estágio de convivência.

Essa petição à qual o juiz se refere foi entregue em tempo hábil pelo requerente B e, em apertada síntese, reforça a alegação de que as crianças já estavam na convivência de ambos os pais, nomeando-os como tais, *reconhecendo-os afetivamente* e demonstrando apreço por essa nomeação⁴⁶.

Em 27 de maio de 2008, o NAEF apresentou o parecer/estudo psicossocial exigido para a adoção. Não se tratava, no entanto, de um mero procedimento próprio das atividades jurisdicionais, previsto em lei, daquele órgão. A partir daquele estágio procedimental de um caso concreto, uma fase de avaliação psicossocial seria realizada para a finalidade específica

⁴⁶ TJPE, Processo 001.2007.022128-7, 2008, p.33.

de ouvir processualmente um segundo requerente, compondo um requerimento inédito de estudo de convivência em um caso de *adoção conjunta de pessoas do mesmo sexo* no estado de Pernambuco.

Portanto, uma aceitabilidade diferenciada e inovada sobre entidade familiar se inaugurava naquele tribunal, por força de um simples aditamento da petição inicial. O estudo psicossocial pressupôs, dessa vez, desde o seu primeiro parágrafo, a *legitimidade* de uma parte interessada *não convencional* para exames de mérito em processos judiciais de adoção, qual seja, um segundo requerente à adoção do mesmo sexo biológico declarado pelo primeiro requerente.

A descrição da união homossexual e o ânimo de entidade familiar nessa união seriam, a partir dessa etapa, descritos, reproduzidos e problematizados em todo o procedimento de exame do caso concreto.

Em 20 de junho de 2008, o Ministério Público de Pernambuco emitiu Parecer sobre a adoção. O Parecer, em curta análise, dedicou-se à possibilidade jurídica do pedido, mais propriamente à possibilidade da conversão da adoção singular em adoção conjunta, a peça chave da narrativa jurídica. Para isso, considera alguns pressupostos, que buscamos pontuar pela ordem de relevância transmitida pelo documento:

I) A viabilidade jurídica do pedido dependerá que se recorra à Dignidade da Pessoa Humana (art.1º, III da CRFB1988) e o seu “substrato material” – igualdade, liberdade, integridade física e moral e solidariedade – e à função social da família de contribuir para a felicidade de seus membros;

II) Os sentidos atribuídos para o Melhor Interesse da Criança pelo Ministério Público terão por pressuposto, durante toda a peça processual, o direito à convivência familiar (CRFB 1988) como condição de atendimento ao denominado “mínimo existencial” da Criança e do Adolescente, embora o documento não apresente uma explicação sobre o conceito;

III) As restrições do Código Civil de 2002 (Lei 10.406/2002) deverão ser lidas de acordo com esse pressuposto;

IV) A inércia do Estado diante da realidade não pode comprometer a vida dos cidadãos. Esse último ponto é apresentado pelo Ministério Público por meio da reprodução de diversos projetos de lei paralisados e não apreciados pelo Poder Legislativo sobre o reconhecimento da união homossexual desde o ano de 1995⁴⁷.

⁴⁷ Em vista da omissão do Poder Legislativo, apresentado pelo Ministério Público em consulta ao sítio virtual da Câmara dos Deputados na época, o parecer cita que aquele órgão identificou quarenta e um itens, entre Projetos de Lei e outras proposições, em referência à palavra “homossexual”, desde uma das referências mais antigas, o PL – 1151/1995 da então deputada Marta Suplicy (PT/SP), que disciplina a união civil entre pessoas do mesmo

O órgão ministerial constata que os requisitos do Código Civil foram cumpridos pelos pretendentes: a idade mínima de 18 anos do adotante, a ser cumprida por no mínimo um dos cônjuges ou companheiros (art.1.618 e seu parágrafo único) e a diferença de idade entre o adotante e adotando em 16 anos (art.1619).

Todavia, observa que a referida lei não prevê a possibilidade de adoção por casal homossexual, ao que estabelece que ninguém pode ser adotado por duas pessoas, salvo se forem marido e mulher, ou se viverem em união estável (Art. 1.622 do Código Civil) e que é reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família (art.1.723 do Código Civil).

Em seguida, o Ministério Público questiona se as modalidades de entidades familiares são as únicas admitidas pela norma constitucional e, sendo negativa a resposta, aponta que o art. 226 da Constituição Federal é norma inclusiva, que preenche de sentido as incompletudes do desenho normativo tradicional, de modo que considera a união homossexual como entidade familiar desde que apresente como características: *afetividade, estabilidade e ostensibilidade*.

Afirma, portanto, que será essa a alternativa que utilizará como resposta aos dispositivos do Código Civil em consideração à complexidade e dinamicidade da vida real e considera que o respeito à dignidade humana depende da garantia das condições existenciais básicas dos indivíduos, o que só será possível a partir de um modelo inclusivo. Nesse sentido, apresenta que

[...] tendo em vista que a família enquanto um valor deve ser considerado – a par das suas funções sociais – pela sua contribuição para a felicidade, promoção e realização pessoal dos seus integrantes, a consideração deste princípio ganha relevo na apreciação do presente pedido. É a família, baseada no afeto, na compreensão, no cuidado e na solidariedade que se deve promover (TJPE, Processo 001.2007.022128-7, p.59-60).

O parecer ministerial, por conseguinte, apresenta que a atividade jurisdicional se exercita de acordo com a moldura constitucional determinante, esta “ter a fluidez necessária para acompanhar a evolução em um Estado laico que fez esta escolha como modelo civilizatório [...] que se opõe a uma suposta e ilusória segurança jurídica”⁴⁸.

sexo, ainda não alcançado o seu desiderato, até o PL 3323/2008, de autoria do deputado Walter Brito Neto (PRB/PB), que propõe a expressa vedação da adoção “por casal do mesmo sexo”.

⁴⁸ TJPE, Processo 001.2007.022128-7, 2008, p.61.

Em contrapartida à inoperância do Legislativo, segundo o próprio parecer, o Poder Judiciário já avançava na questão, apresentando algumas decisões de tribunais que enfrentavam o debate e reconheciam a entidade familiar em adoção conjunta por pessoas do mesmo sexo, elevando-a à condição de merecedora da *proteção estatal*.

Em 27 de setembro de 2008, o órgão julgador decide como procedente o pedido de adoção conjunta. Para tanto, reconheceu que o pleito atendia ao princípio do melhor interesse das crianças preconizado pela Convenção de Nova Iorque de 1989, ao princípio da proteção integral previsto em nossa Constituição Federal em seu artigo 227, bem como ao princípio prescrito pelo artigo 43 do Estatuto da Criança e do Adolescente, que determina ser a adoção deferida apenas quando apresentar reais vantagens para as crianças e funda-se em motivos legítimos.

Para o Judiciário de Pernambuco, naquela ocasião, o denominado Melhor Interesse da Criança estava demonstrado nos autos “no fato da mudança efetiva na vida das crianças que foram transferidas de um abrigo para o seio de um grupo familiar que lhes proporcionam afeto e carinho”⁴⁹. Para tanto, o julgador afirmou, em concordância com o disposto no relatório psicossocial, que

[...] a psicanálise nos ensinou que família não é um grupo natural e sim um grupo cultural, ela é uma estruturação psíquica, onde as funções exercidas por seus membros não dizem respeito a questão de gênero e sim ao desejo dirigido a criança e à possibilidade de fazê-la sujeito diferenciado, ou seja não alienado das expectativas e imposições das figuras representativas nesta constituição familiar. (TJPE, Processo 001.2007.022128-7, p.69)

O órgão julgador afirma, então, a interdisciplinaridade constitutiva de sua decisão. De uma mão, o Direito como ciência social voltada à busca do equilíbrio social é apresentado enquanto instrumento científico que permite, mediante o devido processo legal, o reconhecimento das mudanças sociais e culturais, homologando a proteção aos bens vitais elegidos e vinculados às leis por essa mesma sociedade. De outra, a Psicologia como ciência que, segundo ele, cuida do estudo do comportamento humano com atenção ao universo afetivo das pessoas, sempre considerando o contexto biopsicossocial e as suas relações subjetivas decorrentes⁵⁰.

Até este momento, parece-nos que a finalidade daquele órgão de decisão era reunir as normas e posicionamentos científicos que, na hipótese, convergiam para a perspectiva da proteção de direitos da criança e do adolescente como o sentido protagonista no

⁴⁹ TJPE, Processo 001.2007.022128-7, p.69.

⁵⁰ TJPE, Processo 001.2007.022128-7, p.69.

reconhecimento da parentalidade no processo. Ocorre que, curiosamente, o órgão julgador sustenta a possibilidade de balizar o Melhor Interesse da Criança sem o reconhecimento de vínculo homossexual dos pretendentes à adoção, pois que traria à tona o debate sobre direitos de conjugalidade e sexualidade, conforme se verifica a seguir:

A adoção de crianças por pessoas do mesmo sexo não resulta em decisão judicial de reconhecimento legal do casamento homoafetivo. O que se caracteriza legalmente é a garantia de as crianças podem receber afeto de pessoas habilitadas e capazes do exercício do poder familiar, reconhecidas pela justiça como tais. Em suma é a concretização da condição de sujeito de direitos que o Estatuto da Criança e do Adolescente concebe para a garantia do respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento (TJPE, Processo 001.2007.022128-7, p.70).

Conforme apresentamos no Capítulo 2 deste trabalho, a desvinculação entre casamento gay e parentesco subsidia, em várias nações ocidentais, propostas bem sucedidas de reconhecimento legal das uniões por meio da exclusão de direitos à adoção ou às tecnologias de reprodução enquanto direitos supostamente garantidos pelo casamento⁵¹. Contudo, a petição pelo direito ao casamento pode, em um movimento *contra progressista*, reforçar a normalização e reiterar o Estado como legitimador de um direito que, decorrente da própria liberdade de orientação sexual, deveria ser concedido de maneira não discriminatória.

Lembramos que, nos termos de Butler (2003b), para um movimento sexual progressista, mesmo que se deseje tornar o casamento uma opção para não heterossexuais, a proposição de que o casamento deva se tornar a única maneira de sancionar ou legitimar a sexualidade significa um “conservadorismo inaceitável”.

Ocorre que, retomando a sentença, embora o julgador tenha afirmado que a decisão não apreciaria, em seu objeto, o tema da conjugalidade homossexual, mas tão somente se ater à apreciação do direito à convivência familiar dos adotandos, duas considerações podem ser apresentadas:

I) No Parecer ministerial, a união homossexual foi reconhecida segundo o argumento denominado “norma-moldura constitucional”, visto que para a adoção conjunta, há a exigência legal do casamento ou da união estável dos pretendentes, logo, sem o reconhecimento da união homossexual equiparada à união estável, duas pessoas não poderiam

⁵¹ “Nos debates franceses sobre PSC (‘pactos de solidariedade civil’, que constituem uma alternativa ao casamento para dois indivíduos sem laços sanguíneos, independente da orientação sexual), a aprovação da proposta de lei dependia, afinal, da proscrição dos direitos de casais não heterossexuais de adotar crianças e de ter acesso a tecnologias reprodutivas. A mesma cláusula também foi recentemente proposta e adotada na Alemanha.” (BUTLER, 2003, p. 15).

“adotar”, o que significaria, segundo o parecer ministerial, a impossibilidade jurídica do pedido;

II) Na própria decisão, logo em seguida, o Juiz Pernambucano afirma categoricamente a união formada por dois homens e ainda inclui em sua decisão um julgado, que corrobora a ideia de reconhecimento à existência das uniões homossexuais, quando afirma que

[...] as meninas estão tendo a oportunidade de conviver em ambiente familiar estável e tranquilo, formada por dois homens que possuem uma relação afetiva baseada no carinho, respeito mútuo e companheirismo. Acreditamos, portanto, que esta adoção tem grandes chances de vir a ser bem sucedida (TJPE, Processo 001.2007.022128-7, p.69).

Em seguida, o juízo apresenta também reconhecimento implícito da união de pessoas do mesmo sexo ao reproduzir um Julgado do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul do ano de 2004:

APELAÇÃO CÍVEL. UNIÃO HOMOAFETIVA. RECONHECIMENTO. PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA E DA IGUALDADE. É de ser reconhecida judicialmente a união homoafetiva mantida entre dois homens de forma pública e ininterrupta pelo período de nove anos. A homossexualidade é um fato social que se perpetuou através dos séculos, não podendo o judiciário se olvidar de prestar a tutela jurisdicional a uniões que, enlaçadas pelo afeto, assumem feição de família. A união pelo amor é que caracteriza a entidade familiar e não apenas a diversidade de gêneros. E, antes disso, é o afeto a mais pura exteriorização do ser e do viver, de forma que a marginalização das relações mantidas entre pessoas do mesmo sexo constitui forma de privação do direito à vida, bem como viola os princípios da dignidade da pessoa humana e da igualdade (TJRS AC 7000955007, d.j. 17.11.2004, Rel. Maria Berenice Dias).

Portanto, primeiramente, o órgão julgador explicita a carga normativa, que é atendida/cumprida em sua decisão; em seguida, aponta que esse cumprimento, por meio da perspectiva da proteção de direitos da criança e do adolescente, como o sentido protagonista no reconhecimento da parentalidade no processo, exime-o de refletir sobre a relação entre os adotantes, de modo a afirmar, categoricamente, *que não discutirá a união homossexual*.

Ao escolher o exemplo desse julgado e inseri-lo na própria fundamentação da sentença, parece-nos que o Juiz pernambucano problematizou os temas dos direitos à sexualidade e conjugalidade, aos quais anteriormente negou a intenção de abordar. Podemos dizer que há ambivalência perceptível na decisão jurídica entre separar o parentesco homossexual da união de pessoas do mesmo sexo, ao tempo que, paradoxalmente, reconecta ambos os temas com pouca clareza e com o obstáculo de desmontar a construção do órgão ministerial sobre a possibilidade jurídica do pedido dos requerentes à adoção.

Trata-se de um possível demonstrativo, situável no tempo e no espaço, de um ambiente jurídico brasileiro confuso e embalsamado das discussões jurídico-políticas sobre os avanços ou limitações ao ativismo judicial dos Tribunais Superiores no Brasil.

Nesse sentido, basta recordar que o processo objeto desta pesquisa é anterior ao debate judicial no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o reconhecimento das uniões de pessoas do mesmo sexo, matéria que foi objeto de apreciação no julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 4.277 e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 132, oportunidades nas quais aquele tribunal equiparou a união homossexual à união estável heterossexual, desde que atendidos os mesmos requisitos aplicáveis a essa: tratem-se de uniões públicas, contínuas e duradoras.

Por meio da interpretação resultante da combinação do art. 42 § 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente⁵² com as duas decisões mencionadas do STF, juízes de primeiro grau puderam fundamentar, ou reforçar fundamentos já presentes em suas decisões, nas Varas da Infância e Juventude do país, para a apreciação de mérito de pedidos de adoção conjunta por pessoas do mesmo sexo.

No caso da decisão em análise, a construção interpretativa do julgador precedeu tais decisões (não poderia mesmo citar as decisões por impedimento cronológico, visto que as decisões do STF são posteriores); porém, necessariamente, estava envolvida no contexto histórico dos debates já existentes nas diversas instâncias da Justiça.

A decisão jurídica segue para a abordagem sobre os impasses entre a consideração da norma geral inclusiva e a norma geral exclusiva, a fim de fundamentar, em termos finais, a conversão da adoção singular em conjunta.

Nas considerações do magistrado, a proteção jurídica, que era dispensada com exclusividade à “forma” familiar, pensada no ato solene do casamento foi substituída, em consequência, pela tutela jurídica atualmente atribuída ao 'conteúdo' ou à substância. Nesse sentido, ressalta que a relação estaria protegida não em decorrência de possuir esta ou aquela estrutura, mesmo se e quando prevista constitucionalmente, mas em virtude da função que desempenha - isto é, como espaço de troca de afetos, assistência moral e material, auxílio mútuo, companheirismo ou convivência entre pessoas humanas, quer sejam do mesmo sexo, quer sejam de sexos diferentes.

⁵² Diz o art. 42, § 2º ECA: “Para a adoção conjunta, é indispensável que os adotantes sejam casados civilmente ou mantenham união estável, comprovada a estabilidade da família.” Vê-se que a interpretação meramente gramatical do artigo não faz qualquer exigência quanto ao sexo dos adotantes. De modo que a possibilidade de pessoas do mesmo sexo entreterem união estável, de acordo com a ADI 4.677 e a ADPF 132, combinada com o dispositivo do ECA, corresponde ao caminho interpretativo que dissolve, ao menos abstratamente, os entraves, por poder adotar aqueles em união estável + equiparação das uniões estáveis heterossexuais e homossexuais no Brasil.

Nesse sentido, se a família, pela adequada interpretação dos dispositivos constitucionais, passaria a ser compreendida, principalmente, como um “instrumento” para a realização da Dignidade da Pessoa Humana, não se poderia recusar tutela a outras formas de vínculos afetivos que, embora não previstos expressamente pelo legislador constituinte, se encontrem identificados com a mesma *ratio*, com os mesmo fundamentos e com a mesma função.

O juiz considera que, na Constituição de 1988, estão previstas expressamente três formas de configurações familiares: aquela fundada no casamento, a união estável entre um homem e uma mulher com ânimo de constituir família (art. 226, §3º), além da comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes (art. 226, § 4º). Aponta que alguns autores, em respeito à literalidade da dicção constitucional e com argumentação que guarda certa coerência lógica, entendem que qualquer outro tipo de entidade familiar, que se queira criar, terá que ser feito via emenda constitucional e não por projeto de lei.

No entanto, para o magistrado, o raciocínio jurídico implícito a esse posicionamento pode ser inserido entre aqueles que compõem a chamada teoria da “norma geral exclusiva” segundo a qual, resumidamente, uma norma, ao regular um comportamento, ao mesmo tempo exclui daquela regulamentação todos os demais comportamentos. A referida tese encontra-se enfraquecida pela consideração à existência de outra norma geral nos ordenamentos jurídicos, denominada “norma geral inclusiva”, cuja característica é regular os casos não previstos na norma, desde que semelhantes a ele, de maneira idêntica.

Desse modo, frente a uma lacuna, caberia ao intérprete decidir se deve aplicar a norma geral exclusiva, usando o argumento a *contrario sensu*, ou se deve aplicar a norma geral inclusiva, mediante o argumento a *simile* ou analógico e, por conseguinte, posiciona a sua decisão na hipótese de aplicação da norma geral inclusiva. E para contrapor de forma ainda mais enfática a consideração anterior sobre o não reconhecimento de vínculo homossexual dos pretendentes à adoção, o órgão julgador afirma que

o argumento de que à entidade familiar denominada 'união estável' o legislador constitucional impôs o requisito da diversidade de sexo parece insuficiente para fazer concluir que onde vínculo semelhante se estabeleça, entre pessoas do mesmo sexo serão capazes, a exemplo do que ocorre entre heterossexuais, de gerar uma entidade familiar, devendo ser tutelados de modo semelhante, garantindo-se-lhes direitos semelhantes e, portanto, também, os deveres correspondentes (TJPE, Processo 001.2007.022128-7, 2008, p.75).

Algumas questões, portanto, merecem ser consideradas. Ao contrário do que estabelece a legislação referente à adoção conjunta, essa não deveria ser restrita à união de

peçoas pelo casamento ou pela união estável, visto que a prática e a intimidade da vida, inclusive o livre exercício da vida sexual dos pretendentes, não são questões que mereçam a fiscalização e controle do Estado. Nesse sentido, a própria lei avança no desentranhamento do vínculo entre conjugalidade e parentalidade e admite, de modo inovador, que um casal em processo judicial de divórcio dê continuidade a um processo de adoção em andamento⁵³.

Embora pareça corresponder a um posicionamento audacioso e negativo da própria exigência do art. 42, § 2º, do ECA, não estamos sós. Ao contrário, encontramos na jurisprudência de anos recentes o entendimento, que reforça sistematicamente o sentido dessa reflexão. Trata-se, por exemplo, do Recurso Especial 1.217.415/RS, um caso emblemático e pouco explorado nas atualizações dos manuais jurídicos de Direitos da Criança e do Adolescente, no qual se discutiu a viabilidade da adoção conjunta pleiteada por irmãos.

Na referida oportunidade, por meio da leitura constitucional atribuída ao art. 42, § 2º, do ECA, que trata da adoção conjunta, entendeu-se que a compreensão de existência de núcleo familiar estável e a consequente rede de proteção social que pode gerar para o adotando devia ser ampliado para abarcar uma noção plena de família, apreendida nas suas bases sociológicas.

Desse modo, segundo o STJ (2012), a lei, ao restringir a adoção conjunta aos que, casados civilmente ou que mantenham união estável, comprovem estabilidade na família, incorre em “manifesto descompasso com o fim perseguido pela própria norma, ficando teleologicamente órfã”, fato que reclamaria a atuação do interprete para flexibilizá-la e adequá-la às transformações sociais, que dão vulto ao anacronismo do texto de lei. Ainda nesse sentido, foi problematizado que

[...] o que informa e define um núcleo familiar estável são os elementos subjetivos, que podem ou não existirem, independentemente do estado civil das partes [...]. O primado da família socioafetiva tem que romper os ainda existentes liames que a atrelam a uma diversidade de gênero e fins reprodutivos, não em um processo de extrusão, mas sim de evolução, onde as novas situações se acomodam ao lado de tantas outras, já existentes, como possibilidades de grupos familiares. Nessa senda, a chamada família anaparental – sem a presença de um ascendente –, quando constatado os vínculos subjetivos que remetem à família, merece o reconhecimento e igual status daqueles grupos familiares descritos no art. 42, §2, do ECA [...] Assim, reputo como válida a adoção do recorrido, considerando como exemplificativas as possibilidades de adoção conjunta descritas no art. 42 do ECA, por entender que o fim precípua da norma é a inserção do adotado em família

⁵³ Trata-se de norma inexistente na redação original dessa norma no Estatuto, inserida pela Lei n.12.010/2009 como o §4º do art. 42. Inclusive, para esta norma ampliativa da possibilidade de adoções conjuntas diz o § 2º do art. 42 que, nesses casos, demonstrado o efetivo benefício ao adotando, será assegurada a guarda compartilhada, desde que a adoção seja requerida por divorciados, separados judicialmente ou ex-companheiros e que o estágio de convivência tenha se iniciado na constância do período de convivência.

estável, instituto não restrito às duas hipóteses citadas (REsp 1.217.415/RS, j.19.06.2012, rel.Min.Nancy Andrighi, p.10).

No caso jurídico de adoção entre irmãos, que foi objeto do REsp 1.217.415/RS, segundo a própria relatora, naquele grupo familiar encontrou nos que o adotaram, a referência necessária para crescer, desenvolver-se e inserir-se no grupo social de que, à época, fazia parte.

Assim, não nos parece atender ao princípio do Melhor Interesse da Criança e do Adolescente a negativa ao direito ao reconhecimento judicial de paternidade ou maternidade a dois pais, duas mães ou um pai e uma mãe, que são irmãos entre si pela simples diversidade de suas condições.

Isso porque a ausência de conjugalidade ou de práticas sexuais pretéritas, presentes ou futuras entre os adotantes, assim como a conjugalidade homossexual, não podem comprometer, por presunção, a limitação da responsabilidade parental ou a impossibilidade de educar, conjuntamente, crianças e adolescentes, sob pena do implante do paradigma da bioparentalidade e da heteronormatividade na adoção.

Quando se considera a adoção uma realidade possível para os que não gerariam filhos biológicos por motivos alheios à impossibilidade de gerá-los por meio de conjunção carnal (por exemplo, por serem irmãos que pretendem adotar conjuntamente ou por se tratar de um casal homossexual), o olhar, a partir dos direitos humanos nessa prática, ganha uma dimensão diferenciada e favorável ao valor dos vínculos construídos e à diversidade.

Torna-se, então, possível afirmar, finalmente, que a adoção não corresponde a uma muleta emocional ou social para a conjugalidade heterossexual impossibilitada de algum modo de procriar, embora esse tipo de conjugalidade também possa encontrar na adoção um caminho para diferentes constituições familiares.

Garantir a diversificação de possibilidades para a adoção significa oferecer às pessoas a chance de demonstrar, por meio de uma avaliação psicossocial e das demais etapas próprias do procedimento, suas condições de adotar. É considerar a leitura adotiva como um modo de vida, de comportamento e de constituição possível de laços humanos.

Comparativamente ao REsp 1.217.415/RS, que questiona veementemente a própria exigência dos adotantes comporem um casal ou uma união estável para a adoção conjunta, observamos que, no processo do TJPE em análise, não se chega a questionar em rigor o art. 42 § 2º, do ECA.

No caso de adoção aqui estudado, tanto o órgão do Ministério Público quanto o órgão de decisão limitam-se a considerar o casal homossexual “enquadrado” pelo dispositivo do

ECA, graças ao esforço por uma leitura do art. 226 da Constituição Federal que a considera norma inclusiva a qual preenche de sentido as incompletudes do desenho normativo tradicional, lacuna essa que estaria presente no dispositivo do ECA.

O Ministério Público e o juízo consideram presentes, no caso concreto, a afetividade, a estabilidade e a ostensibilidade, características que tornariam o casal homossexual aproximado, ao máximo, às exigências já existentes para o casal heterossexual. Ainda assim, a decisão jurídica do TJPE parece aproximar-se, em alguma medida, da compreensão que seria trazida alguns anos depois, em decisões como esta dada em recurso especial do Rio Grande do Sul, pois afirma que

[...] a questão jurídica assentada no artigo 1.622 do Código Civil Brasileiro se encontra vencida pois guarda a mesma natureza de erro de lógica formal de interpretação, pois é evidente que neste artigo a técnica legislativa inverteu a regra pela exceção, quando inicia o dispositivo pela exceção ao afirmar que duas pessoas não podem adotar conjuntamente. Impõe-se dizer que tal afirmativa legal está em conflito direto com a Norma Constitucional do Artigo 226 que garante a proteção especial à família, e somente serve tal raciocínio de interpretação primária àqueles que também desejam entrar em conflito direto com o Artigo 3º da República Federativa do Brasil que enumera entre os seus objetivos fundamentais a promoção do bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (TJPE, Processo 001.2007.022128-7, 2008, p.76).

O que podemos questionar sobre o fundamento dessa decisão, portanto, diz respeito ao significado dessa norma geral inclusiva para os fins de decidir pelo deferimento da adoção. A questão está em como se opera uma escolha equivocada sobre a diversidade: no momento de reconhecimento da diversidade de formas de constituir famílias. Em lugar de uma educação social e jurídica para o reconhecimento da diversidade, o que são diversos são os embargos, as desconfianças e, em muitos casos, as omissões violadoras.

Famílias constituídas por casal heterossexual ou casal homossexual que pretendam a adoção, famílias conduzidas pela responsabilidade da família extensa, irmãos que desejam adotar conjuntamente e outras configurações de famílias anaparentais⁵⁴, todas essas aqui apresentadas exemplificativamente – e não taxativamente – são dignas da proteção legislativa e da tutela jurisdicional dos direitos humanos.

Nessa dimensão, o rol do art. 226 da CRFB 1988 não pode ser entendido como taxativo, ao contrário, deveria ser interpretado como exemplificativo, de modo a propiciar o reconhecimento de inúmeras formas de arranjos familiares além das organizações enunciadas,

⁵⁴ De acordo com o REsp 1.217.415/RS, para efeito de proteção jurídica das famílias, são consideradas famílias anaparentais aquelas em que não há a figura de um ascendente.

dentre as quais a família formada a partir da realização do casamento, a família consubstanciada pela configuração da união estável, família monoparental etc. Assim,

[...] as vertentes que envolvem as relações sociais são complexas demais para que se possa idealizar que a Constituição fixe róis taxativos. Aliás, esse detalhamento não é cabível nem mesmo em um texto constitucional analítico, como é o brasileiro [...] a interpretação mais acertada é no sentido de que o art. 226 da CRFB afirma o princípio do pluralismo das entidades familiares [...]. Trata-se, em verdade, de norma de inclusão, e não de exclusão. (ROSSATO; LÉPORE; SANCHES, 2014, p.168).

Desse modo, é o reconhecimento de cada configuração, respeitando e incluindo a identidade e o modo de ser dos sujeitos, que legitima a consideração de uma norma geral inclusiva de fato *inclusiva*, sem operação de apagamento de realidades ou de justificação de realidades por esforço de enquadramento a modelos normativos. Ao afirmar uma necessidade de norma inclusiva, o operador jurídico quer dissolver o modelo normativo existente, criar uma pluralidade de modelos ou adaptar o modelo existente para aceitar e legitimar, criteriosamente, outros casos, normalizando-os?

Assim, deixamos as questões sobre a conversão da adoção singular em adoção conjunta para questionarmos se os avanços percebidos voltam-se à negociação de novos espaços ou apenas reproduzem um paradigma heteronormativo para *novos legítimos* que, de tanto se aproximarem da norma padrão de arranjo familiar, foram considerados “iluminados” pelas irradiações dessa legitimidade. Para problematizarmos melhor tais questões, precisamos verificar como esses casais investem subjetivamente na possibilidade de tornarem-se pais, bem como compreender como se operou a busca pela normalidade da família adotiva deste estudo de caso, de acordo com as manifestações dos seus atores sociais.

4.3 A busca pela normalidade na “nova” família

Vimos no Capítulo 1 deste trabalho que a fixação de uma identidade como norma implica, segundo Silva (2005), não percebê-la como uma identidade, de modo que a força homogeneizadora da identidade *normal* é diretamente proporcional à sua invisibilidade. Significa dizer que as identidades são as “outras”, *abjetas*, que “assombram” a identidade hegemônica, ao tempo em que lhe atribuem o próprio sentido. Assim, a homossexualidade e a bissexualidade, por exemplo, são as *outras* em uma realidade em que a heterossexualidade é invisível porque homogeneizante.

Precisamos resgatar essa compreensão para analisarmos, nas palavras de Arán (2005), o potencial subversivo e instituinte do debate sobre o reconhecimento jurídico e social dos casais homossexuais, problematizando a normalização que esse processo implica na interdependência dos domínios do excluído (impensável) e da norma (inteligível).

Conforme vimos no capítulo anterior, a reflexão butleriana aponta que a homossexualidade não é cópia ou réplica da heterossexualidade, mas que ressignifica os seus construtos, desnaturalizando-os. Nesse sentido, as normas oferecidas pela homossexualidade tornam-se, segundo Souza (2005), o lugar da paródia que contesta o caráter natural da heterossexualidade.

O potencial de subversão pelas diferenças está em denunciar que as normas oferecidas pela heterossexualidade são de tal modo impossíveis de corporificação que se tornam uma constante paródia de si mesma, de seu modelo performativo idealizado. Para Butler (2003b), o impensável está assim plenamente dentro da cultura, mas é plenamente excluído da cultura dominante.

Poderíamos dizer, de acordo com Souza (2012), que *gays* e *lésbicas* estariam habitando os interstícios dos símbolos culturais dominantes e explorando a sua ambiguidade. Nesse movimento, eles criariam o seu próprio espaço de significação com as suas formações familiares, representando, desse modo, resistências.

Contudo, distintamente do poder questionador da imitação como paródia, poderíamos afirmar que tencionam os efeitos de reproduzir e produzir diferença? Coexistiria ou substituiria este o efeito de contestação e paródia o efeito de imitação como admiração e normatização? Como transitar por esses dilemas em um caso de adoção conjunta por pessoas do mesmo sexo?

De acordo com Uziel (2002), alguns dos temores mais citados em relação à parentalidade não fundada na diferença sexual referem-se à saúde mental dos homossexuais, compatibilidade de homossexualidade e parentalidade e a tendência dos filhos se tornarem homossexuais. Em que medida afirmar um casal de homens como *normal e adequado* para fins de adoção significaria responder a essas preocupações por meio do alinhamento a uma expectativa cultural da família heterossexual?

Para problematizarmos essas questões, precisamos observar algumas transcrições diretas em diferentes etapas do estudo de caso. A primeira delas pode ser destacada no primeiro relatório de convivência entre o pretendente à adoção, o na época companheiro não cadastrado e as crianças, datado de 10 de maio de 2007. Na oportunidade, o relatório de convivência considera que o requerente

[...] sempre teve o desejo em ter filhos, sonho que não conseguiu realizar quando estava casado. A adoção surgiu, então, como a possibilidade de ser pai e poder ‘deixar o seu legado para um filho’. Emocionalmente apresenta-se equilibrado, com memória preservada, lucidez de consciência e pensamento organizado. Bem-humorado, tem temperamento tranquilo e paciente, características importantes na lida diária com crianças (TJPE, Processo 001.2007.022128-7, 2008, p.22).

Realizada a oitiva dos requerentes sobre o estágio de convivência, no documento concluído no dia 03 de dezembro de 2007, o requerente A afirmou

[...] que toda a sua família reside no Rio de Janeiro [...] que a sua família, pai, mãe e irmãos já conheceu as duas crianças e não houve qualquer dificuldade na adaptação [...] que o estágio de convivência ocorreu tranquilo e as crianças tiveram bom sono, boa alimentação e já se encontram na escola cursando alfabetização pré-escolar; que a vizinhança recepcionou bem a presença das crianças em suas vidas, bem como na escola e não sofreram qualquer discriminação ou ameaça manifesta; que na escola as crianças colegas das meninas já reconhecem que existem dois pais (TJPE, Processo 001.2007.022128-7, 2008, p.30).

Podemos dizer que o requerente A, naquela fala significativa, enfatiza um importante aspecto em favor da conversão da guarda provisória em adoção. Diz respeito à aceitação da *família*, da *escola* e da *vizinhança*, que compõem sociedade mais próxima da família, a sua *comunidade*.

Trata-se do tripé de sociabilidade daquela constituição de vínculo familiar, que constitui peça-chave no reforço discursivo pelo reconhecimento de legitimidade dessa adoção. Esse espaço intersticial, território de vizinhança e de margem, é o que Paiva (2007), utilizando-se do conceito de heterotopia⁵⁵ em Foucault (1999), irá denominar *o ethos íntimo das parcerias homoeróticas*.

Alguns dias depois, o relatório conclusivo do NAEF, finalizado em 20 de dezembro de 2007, em sua primeira parte, reproduz o diálogo da equipe psicossocial com o requerente B sobre o próprio cotidiano da adoção, desde o seu estágio inicial; na segunda parte, apresenta as conclusões pertinentes. Assim, segundo o pretendente incluído,

[...] a chegada de [nome das crianças] transformou a suas vidas completamente. Afirmou que, embora não tenha havido o processo de preparação pelo qual os pais

⁵⁵ De acordo com Foucault *apud* Gomes (2010), a heterotopia corresponde ao *lugar outro*, a constituição de lugares reais que são desenhados na própria instituição da sociedade como uma espécie de contra-localização, utopias *efetivamente realizadas* que são, ao mesmo tempo, representadas e contestadas. Trata-se de espécies de lugares que estão fora de todos os lugares, ainda que, entretanto, sejam efetivamente localizáveis. Precisamos pensar em que medida o desejo de normalização deixa de operar as fissuras do contra-lugar e passam a representar a aceitação da própria hegemonia do lugar da família formada pelo casal heterossexual.

passam quando ocorre uma gestação, e [requerente A], também passaram por um período preparatório longo onde puderam processar e maturar o desejo da adoção. Ressaltou que o desejo de adotar surgiu porque ambos [...] queriam ter um filho e este não poderia ser gerado biologicamente. O [requerente B] verbalizou que “sentiu que devia estar lá, pois era um desejo nosso”, referindo-se ao desabrigo das meninas, mas estava numa situação delicada na escola onde ensinava [...]. Entretanto, reafirmou que a adoção, assim como todas as outras decisões tomadas, foram realizadas em comum acordo entre ele e [requerente A] (TJPE, Processo 001.2007.022128-7, 2008, p.44 – grifos nossos).

Utilizando como eixo analítico a ideia de *micropolíticas homossexuais* desenvolvida por Paiva (2007), podemos analisar a discussão dessa conjugalidade e parentalidade a partir do espaço interseccional em que se organiza a convivência do casal e a sua representação do cuidado e do cotidiano. Tais realidades provocam fricções nos esquemas de compreensão e regulamentação legal das famílias, a exemplo da própria conversão da adoção singular em adoção conjunta desse estudo de caso, experiência significativa de fissura no contorno institucional do judiciário.

A estilização de um cotidiano tranquilo e reservado que o adotante registra – e o relatório de convivência corrobora – a ocupação social do espaço na microgeografia daquela família, onde o relacionamento familiar pode se afirmar como legítimo em uma territorialidade heterossexual e nuclear, bem diferente daquela experimentada em lugares cujas demarcações são produzidas pelo critério da hiper saturação do desejo social homoerótico – os chamados *guetos*, nas palavras de Paiva (2007).

Nesse sentido, o requerente A já deixa claro, em relatório realizado com pouco mais de um mês de convivência entre o casal e as meninas, que

[...] a vinda das meninas para a sua vida requereu tanto dele quanto do companheiro uma mudança nos planos iniciais, bem como na rotina do casal. Atualmente os passeios em família são para teatro, parques e cinema infantil, motivo de divertimento para o casal (TJPE, Processo 001.2007.022128-7, 2008, p.23).

A descrição sobre a adaptação da família extensa e do ambiente social diz respeito, também na constituição deste *ethos*, ao que Garcia et al (2007) denomina como uma adequação progressiva a um modelo de sociabilidade *sedentária*⁵⁶. Se as noções de normalidade e estabilidade sugerem a ideia de um modelo familiar preexistente e invariável, esse modelo não pode ser senão inspirado nas famílias formadas por casais heterossexuais e

⁵⁶ De acordo com Garcia et al (2007), no nomadismo, modelo possível no universo homoerótico, a grupalização é o bando, que tem como algumas de suas características a ausência da consolidação de um poder estável, a transitoriedade e a rotatividade. Na sedentariedade, por outro lado, a sociedade tem a família nuclear como modelo por excelência, os indivíduos são capturados espacial e identitariamente em organizações sociais mais definidas, definitivas e diferenciadoras. A partir dessa reflexão, podemos pensar, segundo os autores, que a busca pela aproximação com o modo tradicional de criação dos filhos por parte de casais gays e lésbicas leva a um fortalecimento desse modelo de sociabilidade sedentária.

supostamente a única possível de centrar-se na figura da criança a ser cuidada. Outras formas de sociabilidade, comuns em universos homoeróticos, são consideradas inadequadas para a criação das crianças.

A respeito da chegada das meninas ao ambiente familiar, o requerente B afirmou que a adaptação não era etapa fácil e envolvia a mudança de hábitos, de horários e mesmo a estrutura física do lar e que era preciso abdicar para dedicar-se aos cuidados das meninas. Expôs que

[...] pensava que seria mais fácil, a partir da experiência que teve no cuidado com seus irmãos, entretanto, afirmou que crê ter sido mais difícil por que as meninas já tinham uma faixa etária mais avançada, além de ter sido um momento em que ele estava estudando muito. Conta que teve que abdicar do tempo que lhe restava para dedicar-se aos cuidados com as meninas, pondo-se como uma figura de referência na vida delas [...]. Em relação aos familiares, o [requerente B] expôs que sua família é muito flexível e sempre deu todo apoio à decisão dos dois de adotar. Quanto à família do [requerente A], comentou que inicialmente se manifestam contrários ao fato, mas que a chegada de [nome das crianças] os fez mudar de opinião e “abraçar a causa”, e que as meninas conhecem e nomeiam os avós e tios como tais. (TJPE, Processo 001.2007.022128-7, 2008, p.45).

Além disso, o requerente B afirma ainda que uma das crianças é “muito desobediente; por isso, tem exercitado a sua capacidade de impor limites”, explicando que o faz “através de conversa, mostrando o porquê de não ser permitido determinado comportamento”⁵⁷.

Embora trate de uma fase de convívio ainda prematura, em que se permite um processo lento e gradual de adaptações recíprocas entre novos pais e novas filhas, a constante necessidade dos requerentes em demonstrar responsabilidade parece corresponder, segundo Garcia et al (2007) a uma estratégia de defesa frente a uma possível atribuição social de irresponsabilidade pelo fato de serem simultaneamente *pais* e *gays*, situação também observada nos estudos brasileiros conduzidos por Souza (2005).

Constam ainda no relatório as considerações do pretendente B sobre possíveis manifestações de preconceito quanto à adoção. Ele afirmou que, até aquele momento, as pessoas do convívio das duas crianças – exemplificou com os professores e os colegas de escola – tinham uma boa aceitação sobre o assunto. Acrescentou que o círculo de amizade do casal é formado por “pessoas que possuem uma concepção de vida diferente, espiritualizada” e ressaltou também não esconder das duas filhas o relacionamento afetivo dos pais e que buscava responder sempre aos questionamentos “a partir da verdade”⁵⁸. Descreve o relatório NAEF que:

⁵⁷ TJPE, Processo 001.2007.022128-7, 2008, p.45.

⁵⁸ TJPE, Processo 001.2007.022128-7, 2008, p. 46.

[...] no que se refere ao seu relacionamento com [o requerente A], o [requerente B] afirmou que “existem os percalços, porque são um casal”, mas resume a relação como sendo de cuidado, amor, compreensão e sinceridade. Verbalizou que a vinda das crianças trouxe renovação para a vida dos dois e que se houver possibilidade, gostaria de adotar mais um menino. Finalizou reafirmando o desejo de ambos de concretizar a adoção, expondo que esta **seria para ele mais completa se pudesse ser compartilhada legalmente** (TJPE, Processo 001.2007.022128-7, 2008, p. 46 – grifo nosso).

Nas considerações de Paiva (2007), é preciso destacar essa prática micropolítica que busca direcionar o vocabulário relacional num regime de visibilidade bastante rarefeito, que define um *ethos* íntimo marcado pela ética da reserva e da distância.

Não se trata, pois, de salvaguardar um segredo, esconder o relacionamento *no armário* ou denegá-lo, mas livrá-lo de uma exposição tida como *desnecessária, afetada, exacerbada* para os moldes de um casal sério, responsável, apto a ter o reconhecimento jurídico e social como tal.

A “questão da homossexualidade” não seria, até aquele momento, inteiramente compreendida pelas crianças, mas, para os examinadores, o casal compreendia a necessidade de, futuramente, esclarecê-las sobre a situação⁵⁹.

Tarnovski (2004) utiliza a expressão *pai assumido, mas sem bandeira* como esse demarcador entre a *verdade* e o recato. Segundo o autor, a expressão “dar bandeira” está associada a uma exposição pública excessiva, comumente relacionada com a utilização de signos de feminilidade ou “maneirismos”. Assim que a figura da “bandeirosa” personifica tais atitudes e, não por acaso, é flexionada no feminino.

Contra essa exposição, o casal mantém uma postura discreta, uma economia – no sentido econômico de poupar, fazer uma reserva – de *intimidade*, algo que lhes possibilita uma fluidez de movimentação nas microrredes relacionais de que participam.

Os adotantes sentem, portanto, a necessidade de desfrutar uma vida comum, apelando a esses posicionamentos de respeito, de moderação e de seriedade, como forma de negociar favoravelmente a adoção em sua situação concreta.

Outro aspecto apresentado na fala dos requerentes diz respeito à garantia de que as crianças não sofreram reações homofóbicas graves. Observamos que os adotantes, nos momentos em que recorrem a tais explicações, não fazem referência a possíveis discriminações recorrentes em contextos similares – por serem crianças adotadas, por estarem em início de adaptação comportamental em ou por serem negras, por exemplo – e sim ao

⁵⁹ TJPE, Processo 001.2007.022128-7, 2008, p. 48.

conhecimento público da especificidade de *possuírem dois pais*. Nesse sentido, o requerente B afirma que

[...] sabe das dificuldades que podem vir a ter com a adoção pelo fato da relação homossexual e os preconceitos que as meninas podem sofrer por esse motivo, explicando que até o momento, apesar de algumas exceções, as pessoas do convívio tem uma boa aceitação do assunto [...]. No entanto, disse que precisou lidar com a rejeição de uma mãe [na escola das crianças] que dificulta a aproximação de sua filha com [criança mais velha] e que a sua reação foi de irritação e mágoa [...] que o requerente A é mais tolerante (TJPE, Processo 001.2007.022128-7, 2008, p.46).

Nas páginas seguintes, a psicóloga reitera essa espécie de *consciência* do casal quanto às prováveis dificuldades futuras em razão de sua orientação sexual, reforçando que, para isso, dispõe de maturidade e equilíbrio emocional para enfrentar tais situações. A fala registrou, ainda, a indignação de um dos requerentes com uma manifestação de preconceito pela mãe de uma colega das crianças, em contrapartida da capacidade de resignação do requerente A, caracterizado no processo como o pai mais carinhoso e paciente.

De acordo com Tarnovski (2004), aqueles identificados como homossexuais parecem ter que provar mais rigorosamente as suas competências parentais, sob pena de serem desautorizados por referência à sua sexualidade. Para nós, significa dizer que, quando a homossexualidade entra em cena, a presumida aptidão para educar filhos – *todos são considerados aptos até que se prove o contrário* – dá lugar à instauração de um movimento reflexivo em direção à paternidade – *prove ser capaz*.

Precisamos destacar, portanto, a questão das mudanças familiares trazidas e/ou acompanhadas pela necessidade de se criar filhos, algo que, segundo Garcia et al (2007), aparece com frequência em entrevistas a casais do mesmo sexo com pretensões de guarda ou adoção.

Na segunda parte, conclusiva, o relatório apresenta as considerações do NAEF sobre as circunstâncias daquela convivência. Para a equipe, o destaque dado à família para os direitos da criança e do adolescente no Estatuto de 1990, como espaço de garantias das condições necessárias para o desenvolvimento infanto-juvenil, tornava possível reconhecer a diversidade na constituição de perfis familiares.

Nesse sentido, considera que o deferimento à adoção, caso acontecesse pela decisão do magistrado, daria continuidade ao projeto de exercício da paternidade das duas meninas por meio do relacionamento estável e as condições sociais e afetivas favoráveis do caso.

Em seguida, a equipe afirma mais uma vez que os pretendentes à adoção não negam as dificuldades que possam vir a ter em razão de sua orientação sexual e que dão evidências de

possuírem equilíbrio emocional e maturidade para lidar com possíveis manifestações contrárias reveladas no cotidiano.

Quanto às crianças, a equipe compreende que o sentimento de pertencer a uma família está sendo construído de maneira gradual, graças ao estabelecimento de laços de afeto com as pessoas que se dispuseram a cumprir a função de pais em relação às mesmas. O núcleo considera que

[...] o enfrentamento dos preconceitos deverá ser construído a cada experiência, mas parece-nos que os requerentes possuem base psicológica para sua consolidação. Trata-se de uma parentalidade na qual é depositada uma série de especulações quanto à formação da personalidade dos filhos [...]. O que se apresenta é uma ordem familiar que não está fundada na diferença sexual, se caracterizando como mais um modelo de família, longe de uma hegemonia equivocada da família heterossexual (TJPE, Processo 001.2007.022128-7, p.49).

Parece-nos que, por meio dessas considerações, a equipe psicossocial se apropria de modo direto e enfático, pela primeira vez, de uma abordagem para além do contexto de convivência do caso para discorrer sobre a lógica da heteronormatividade no parentesco de maneira mais abrangente, caracterizando-a pela expressão “uma hegemonia equivocada”.

Apresenta, então, que *a ordem fundada na diferença sexual*, paradigma indispensável para o exercício das especulações e presunções que operam para a ilegitimidade da homoparentalidade, deve ceder diante da possibilidade de diferenças, no sentido de compreensão da diversidade⁶⁰.

No sentido atribuído por essa passagem, o potencial contestador da parentalidade gay e lésbica representaria aquela ressignificação dos construtos dominantes heterossexuais, que geram relações e diferenças distintas dos símbolos culturais dominantes, conforme vimos no início do tópico. Todavia, observamos que, em todo o processo, não houve nenhuma menção à ideia de paternidade *gay*, mas tão somente usou-se a expressão *dois pais; responsabilidade conjunta; união homoafetiva e/ou homossexual*.

Na oportunidade do primeiro relatório de convivência entre o pretendente à adoção, o na época companheiro não cadastrado e as crianças, datado de 10 de maio de 2007, a equipe considera que o requerente

[...] sempre teve o desejo em ter filhos, sonho que não conseguiu realizar quando estava casado. A adoção surgiu, então, como a possibilidade de ser pai e poder ‘**deixar o seu legado para um filho**’. Emocionalmente apresenta-se equilibrado, com memória preservada, lucidez de consciência e pensamento organizado. Bem-humorado, tem temperamento tranquilo e paciente, características importantes na lida diária com crianças (TJPE, Processo 001.2007.022128-7, 2008, p.22).

⁶⁰ TJPE, Processo 001.2007.022128-7, 2008, p. 49.

Podemos dizer que a ideia de *legado* traz em si um desejo de transmissão de um patrimônio cultural e psíquico. Segundo Gomes e Zanetti (2009), na noção de pertencimento, por meio da transmissão familiar, o sujeito se reconhece autor e proprietário de sua herança. Sobre o assunto, o núcleo psicossocial apresenta, no último relatório de convivência, que, na reivindicação do direito aos filhos, estaria presente também “o desejo por descendência e continuidade”, além de “afirmarem suas identidades e suas diferenças enquanto grupo e o acesso a outros recursos simbólicos e materiais da sociedade”⁶¹.

O que implica a referência um legado em uma parentalidade gay? Que valores sociais essa parentalidade transmitiria? Seria preciso afirmar e reiterar que este legado não implicaria ensinar aspectos considerados da cultura gay, por exemplo?

De acordo com as pesquisas de Tarnovski (2004), trata-se de uma consequência do processo mais abrangente de *normalização*. Os casais de homens com filhos buscam demonstrar o quão *normais* ele são. Nas considerações do autor, esses sujeitos preferem uma “inclusão” discreta a uma “autoexclusão” orgulhosa de si mesma. Significa dizer que eles não se inserem em uma lógica de segmentação e compartimentalização a partir das categorias de identidade sexual.

Diversamente, a proeminência do parentesco como fonte de identidade social/relacional como *pessoa* parece consideravelmente distante do agenciamento identitário, em que o *indivíduo* é a unidade básica e referencial das práticas políticas.

Conforme dissemos anteriormente, a experiência da paternidade implica a reformulação do cálculo de administração do segredo, pois não querem ver a sua competência parental ser questionada, assim como não querem que a vida social dos filhos seja prejudicada em razão de sua condição.

Portanto, em que medida essa fala de uma psicóloga do NAEF sobre tratar-se de um caso de família *contra-hegemônica* pode ser considerada realmente nesses termos pelos atores sociais envolvidos, até mesmo os adotantes? Que exigências em termos de alinhamento de gênero são negociadas nas entrelinhas do processo para que uma união *não fundada na diferença sexual* seja considerada apta à adoção?

Por fim, há, ainda, que se fazer uma ressignificação sobre os sentidos da legitimidade normalizadora por meio dos efeitos transcendentais da decisão, à luz do pensamento pós-estruturalista butleriano: Nos termos da sentença, o parentesco é sempre tido como heterossexual, ou, no mínimo, de acordo com a heterossexualidade normativa?

⁶¹ TJPE, Processo 001.2007.022128-7, 2008, p. 48.

Se conjugalidade e parentalidade não são temas coincidentes (considerando, segundo Butler, que não podem ser), poder-se-ia dizer, em outro extremo, que é possível discutir parentesco sem um posicionamento claro em relação ao reconhecimento de certos direitos, como a própria liberdades sexual?

Em nosso estudo de caso, observamos que não é possível garantir a diversidade de entidades familiares recorrendo à alegação estratégica de omissão da análise sobre a união entre pessoas do mesmo sexo, porque, embora retoricamente negada, ela é efetuada em todo o processo, a pretexto de se considerar a *normalidade* do casal nos moldes da heteronormatividade.

Para todas essas inquietações, Butler (2013) advertiria que “crítica não é abolição”. Embora reconhecida a sua carga de mudança social, é preciso não eximir a sentença analisada da crítica de que exacerba explicações contraditas e confunde inúmeras vozes (por vezes, antitéticas) em sua fundamentação. Assim, dedicaremos, no capítulo seguinte, a nossa atenção às questões de gênero, sexualidade e afeto nas considerações dos atores sociais do estudo de caso.

5 AFETO, UNIÃO HOMOAFETIVA, HOMOAFETIVIDADE: UMA ADEQUAÇÃO À MATRIZ HETEROSSEXUAL?

Não é a “voz mítica” do sangue que indica à criança quem são os seus pais, senão o amor e o cuidado que a conduzem à autonomia.

Hegnauer *apud* Villela, *Desbiologização da paternidade*

No capítulo anterior, problematizamos a expectativa de padronização do casal de adotantes com o qual nos deparamos em nosso estudo de caso. Na exigência da diferença sexual constitutiva da parentalidade – ou, para empregarmos os termos butlerianos, na exigência de parentesco para a parentalidade – verificamos que se trata de uma decisão atravessada por recortes de tempo, embargada por precauções dogmáticas.

A partir do pressuposto “crítica não é abolição”, refletimos sobre a relevância em termos de mudança social que esse caso inaugurou na Justiça Pernambucana, por ter sido o primeiro noticiado em apreciação do mérito e deferimento de adoção por pessoas do mesmo sexo, sem que, para isso, tivéssemos que renunciar à possibilidade *queer* de revisar os seus pressupostos.

A nossa análise ganha a sua continuidade neste capítulo, que está dividido em três partes. Na primeira, realizamos uma análise sobre o lugar do feminino para a equipe psicossocial e pelo próprio casal de requerentes à adoção, tendo em vista que o requerimento é realizado por dois homens e que ambos são referenciados pelas crianças como “pais”, conforme vimos no capítulo anterior.

Em seguida, refizemos o caminho que conduziu à consideração do *afeto* como princípio jurídico brasileiro de primeira importância para a proteção da diversidade de entidades familiares, inclusive sobrepondo a filiação socioafetiva à filiação biológica.

Por fim, foram estudadas as diversas alusões à *homoafetividade*, *maturidade e equilíbrio emocional do casal* nas análises e nos relatórios judiciais do nosso estudo de caso, a fim de compreendermos a que se presta o reforço lexical desses valores e como a sentença é moldada a partir da *reiterabilidade* na linguagem desenvolvida em todas as etapas precedentes.

Como explica Uziel (2004), levamos em conta que, para além do imposto pela legislação, é a compreensão que os técnicos responsáveis pela elaboração dos relatórios

psicossociais e os operadores do Direito têm sobre o fenômeno da adoção que irá conduzir as interpretações sobre o que é vantajoso e favorável para as crianças e adolescentes.

A interpretação dada pelos órgãos da justiça sobre os que serão ou não adotados e como intermedeiam as previsões legais e os casos concretos auxiliam a nossa compreensão sobre como se posicionam – por meio de afirmações e omissões – sobre a orientação sexual dos pretendentes à adoção.

Amâncio (2010) recorda-nos que o Judiciário, tal qual conhecemos, é uma criação recente e alinhada à ascensão da burguesia ao poder na experiência ocidental, à formação do Estado moderno e à concepção de um Estado de Direito, a quem foi atribuído, segundo Costa et al (2009), a incumbência de assegurar a ordem pública, mediar os conflitos e regular a convivência social.

A compreensão de que a Psicologia poderia auxiliar o Direito já estava presente desde o século XVIII, quando, segundo Amâncio (2010), os órgãos judiciais e legislativos passaram a incorporar noções e conceitos de outras áreas, tais como a Psicologia e a Psiquiatria. Contudo, segundo Costa et al (2009), a Psicologia Jurídica, como área específica de produção de conhecimento, inicia o seu desenvolvimento somente na década de 1950, por meio da *psicopatologia* e a realização de diagnósticos de sanidade mental solicitados pelos juízes, para fundamentar as suas decisões.

No âmbito do tratamento jurídico das relações familiares, Cunha Pereira (2011) destaca que, graças à introdução do discurso psicanalítico, o ramo jurídico inicia um período de reformulação e desconstrução de diversas premissas do dogmatismo e do positivismo. A interdisciplinaridade impôs ao Direito de Família um diálogo constante e crescente com outros ramos do conhecimento, a exemplo da Antropologia e da Sociologia, além da própria Medicina e da Psicologia.

Nas palavras de Granjeiro e Costa (2008), a função do setor psicossocial das Varas da Infância e Juventude e das Varas de Família é a realização dos estudos que auxiliam os magistrados em questões referentes à destituição do poder familiar dos genitores, guarda, adoção, entre outras medidas judiciais.

De fato, o Estatuto da Criança e do Adolescente⁶² de 1990 e as demais legislações pertinentes fornecem-nos a *moldura legal* para a adoção, tece as diretrizes, mas não é suficiente. O conteúdo, que passa a constar no interior dessa moldura, é constituído graças ao

⁶² Lembramos que a lei 12.010, apresentada no Capítulo 1 deste trabalho, entrou em vigor apenas no ano de 2009, portanto não aplicável ao processo judicial objeto de nossa análise, que tramitou entre os anos de 2007 e 2008 e foi regido pelo Capítulo disposto sobre a adoção no Estatuto da Criança e do Adolescente.

suporte prestado pelas equipes multiprofissionais nos Tribunais de Justiça dos estados, que têm a liberdade de interpretação, inclusive porque a lei é incapaz de conter e prever todos os aspectos aos quais a diversidade de práticas sociais remetem.

Nesse sentido, Uziel (2004) reforça que a previsão legal não pode – e nem deve – absorver as transformações sociais com a rapidez em que são engendradas, o que a transformaria em uma camisa de força em lugar de uma moldura.

Nos processos de adoção, o trabalho da Psicologia e do Serviço Social são materializados em relatórios de convivência ou relatórios psicossociais. Os estudos realizados se encerram com um parecer favorável ou desfavorável, podendo confundir sobre o seu propósito, porque tamanha a sua possibilidade de interferir na sentença, são, por vezes, confundidos com o ultimato da decisão judicial.

Assim, embora a decisão final caiba ao juiz competente, ele se baseia, em geral, nas considerações do NAEF. Já o órgão do Ministério Público não tem, em regra, um contato direto com as partes envolvidas no processo, senão no momento da audiência.

A elaboração do seu Parecer está baseada nas laudas do processo e a sua função precípua é fiscalizar o cumprimento da “moldura” legal: se está sendo cumprida, se estão sendo observados os trâmites legais estabelecidos pelo ECA e, mais recentemente, pela Nova Lei de Adoção. Nos processos de adoção, como relembra Uziel (2004), soma-se ao órgão ministerial a função de velar pelos interesses da criança e do adolescente.

Consideramos que, embora a adoção conjunta por gays e lésbicas não seja recente, as reflexões e as sistematizações sobre como se dá a apreciação judicial dos casos ainda são incipientes, tendo em vista a relevância desse tipo de análise. Como nos indica Foucault (2005), em grande medida, a despatologização da homossexualidade não foi acompanhada por uma problematização do *status* dado à heterossexualidade como expressão sexual *normal*.

Segundo Luz e Gonçalves (2013), a aproximação de sexualidades periféricas ao parâmetro de (hetero)sexualidade parece ter ocorrido mediante a mudança de perspectiva do homossexual “potencialmente perigoso” para o “potencialmente saudável”. Assim, para os autores, a tentativa de criar a imagem de um “homossexual saudável” parece corresponder a uma tendência de enquadrar a homossexualidade em padrões heteronormativos.

O presente capítulo pretende contribuir para a problematização dessa estratégia de controle social no estudo de caso de adoção conjunta, enfrentando algumas questões que atravessam o tema e despertando novas provocações.

5.1 O lugar do feminino na educação das meninas adotadas pelo casal gay

Segundo pesquisas realizadas por Zambrano (2006), o reconhecimento da necessidade de uma pessoa do sexo feminino na formação e nos cuidados com as crianças, filhas de dois homens, é algo recorrente. Segundo a autora, a maior parte das considerações utilizadas pelos diferentes profissionais – juristas, operadores do direito, psiquiatras, psicólogos e assistentes sociais – sobre a parentalidade por pessoas do mesmo sexo encontra a sua justificativa fundante nos princípios teóricos da psicanálise⁶³.

Zambrano (2006) explica ainda que, dentro da psicanálise, encontramos posições muito divergentes a respeito da “homoparentalidade”, não havendo evidência empírica do acerto de uma ou de outra opinião. Utilizando a leitura proposta por Mehl (2003), a autora classifica três diferentes correntes do pensamento.

A primeira, de discurso notadamente conservador, aponta a homossexualidade como uma questão privada e uma perversão, revestindo de vocabulário psicanalítico ou psicológico diversas premissas religiosas contrárias ao reconhecimento do casal e da parentalidade homossexual pela sociedade e pela legislação.

A segunda corrente manifesta oposição à parentalidade por pessoas do mesmo sexo, afirmando que a fundação da criança nas representações identitárias está na diferença dos sexos, razão pela qual a ratificação do Estado e da sociedade da educação de crianças por um arranjo heterodiscordante significaria a destruição dos fundamentos antropológicos da constituição do parentesco e da família.

Podemos situar, nessa segunda corrente, o debate francês sobre a “homoparentalidade”, conforme vimos no capítulo anterior. Trata-se justamente da corrente problematizada por Butler em *O parentesco é sempre tido como heterossexual?* (2003a), em que a filósofa pontua com clareza como essa corrente de pensamento sustenta a exigência cultural da presença de um homem e uma mulher para gerar uma criança e prolongar, a partir de então, a referência de dualidade sexual em sua iniciação na ordem simbólica.

Conforme vimos no Capítulo 2, Butler (2003a) explica como Agacinski apresenta o parentesco gay como um risco à cultura, segundo as premissas dessa segunda corrente. Nas palavras de Rodriguez (2013), a filósofa francesa aposta na diferença sexual o alicerce geracional, fundado na diferenciação entre papéis maternos e paternos.

⁶³ Nas palavras da autora, esse apelo à psicanálise funciona, na maioria das vezes, como um chamado à ordem, mais explicitamente à “ordem simbólica”, terreno sobre o qual se construiu a teoria psicanalítica.

Butler (2003a) irá dizer que os debates sobre o casamento e o parentesco gay, duas questões frequentemente confundidas, transformaram-se em lugares de intensos deslocamentos de outros temores políticos, que dizem respeito à tecnologia, à nova demografia e em relação à própria unidade e à reprodução da nação; medo que levou o feminismo, em sua insistência nos cuidados com a infância, a abrir o parentesco para além da família, para estranhos.

Acima e contra essa heterossexualidade fundante, geradora e mantedora de vida no alicerce da cultura está o espectro do parentesco homossexual, segundo o argumento francês agascinskiano, uma prática que não somente se afastaria da natureza e da cultura, mas se centraria na fabricação perigosa e artificial do humano e é retratado como um tipo de violência ou destruição.

Nas palavras de Butler (2003a), a força simbólica da heterossexualidade normativa opera como uma estrutura que encontra o campo do próprio parentesco e tem sido a base da alegação de que o parentesco tem sido sempre heterossexual:

De acordo com esse preceito, aqueles que entram nos termos do parentesco como não heterossexuais só farão sentido se assumirem o papel de Mãe ou Pai. O postulado de uma heterossexualidade fundadora deve também ser lido como parte de uma operação de poder – e, também, de uma fantasia – de forma que podemos começar a indagar como a invocação de tais alicerces funciona na construção de uma certa fantasia de estado e nação. [...] Quero apenas sugerir que a figura da criança é um lugar erotizado na reprodução da cultura, o que implicitamente levanta a questão de se existirá uma transmissão segura de cultura através da procriação heterossexual, se a heterossexualidade servirá não somente aos propósitos de transmitir fielmente a cultura, ou se a cultura será definida, em parte, como prerrogativa da própria heterossexualidade (BUTLER, 2003a, p.33).

Por fim, a terceira corrente, cuja representação pode ser dada pelo posicionamento de Roudinesco (2003), é composta por pessoas contrárias à utilização de um saber psicológico e psicanalítico para pré-julgar as diferentes formas de experimentação familiar. Assim,

o argumento teórico utilizado por essa corrente para refutar a importância da diferença dos sexos dos pais para o bom desenvolvimento da criança diz que a identidade não se restringe apenas à identidade sexual e que a percepção do outro, a alteridade, não está baseada apenas na diferença do sexo. Argumentam, também, que as normas mudam, têm uma história, e seu conteúdo varia de acordo com o tempo e o lugar, não podendo ser fixadas pelas posições ideológicas do momento, em flagrante desrespeito aos resultados das pesquisas, às normas democráticas e aos direitos humanos (ZAMBRANO, 2006, p. 131).

Poderíamos dizer que o caso de adoção por pessoas do mesmo sexo, objeto de nosso estudo, teria sido alvo de uma aderência apenas pela terceira corrente, por ser esta a mais próxima historicamente do momento de seu trâmite?

Para nós, entre as três diferentes correntes de pensamento, a justiça brasileira parece tentar aproximar-se da última, contudo, como um reflexo da própria sociedade a qual espelha, ainda reforça a figura feminina no papel de cuidadora/educadora, sob a premissa da capacidade “inata” da mulher no que se refere à gestão familiar e o trato adequado com os filhos, razão pela qual se aproxima das argumentações da segunda linha de pensamento psicanalítico.

Não por outra razão, segundo Uziel (2002), os atributos que se buscam para identificar a capacidade de cuidar de uma criança são reforçados tradicionalmente como atributos do feminino. Como conceber, então, a parentalidade exercida por dois homens em relação a duas crianças – *e do sexo feminino?*

Iniciamos a nossa problematização do tema por meio da análise de um momento significativo do primeiro relatório de convivência, que, além de explicitar a existência de um companheiro não cadastrado, conforme vimos no capítulo anterior, também inicia a descrição das primeiras experiências durante um mês e meio de convivência familiar, utilizando uma narrativa sobre o processo de acolhimento das crianças. A parentalidade é, então, abordada, quando o relatório apresenta que, naquele período de convivência,

*[...] cada mudança no sentido de as crianças se mostrarem obedientes e/ou quando prestam atenção ao que lhes está sendo transmitido, é comemorado tanto pelo casal como pela empregada doméstica da casa, que eles explicam ser uma pessoa que há muitos anos trabalha com eles, sendo alguém de confiança e que eles [pretendente e companheiro] acreditam que será uma boa **referência feminina** para as crianças em tela, posto que ela também auxilia nos cuidados com as crianças e é uma pessoa de boa índole (TJPE, Processo 001.2007.022128-7, 2008, p.23, grifo nosso).*

Por meio dessa fala, observamos a manifestação indireta de uma espécie de *consciência* de incompletude ou inadequação do pretendente à adoção: um papel de gênero que não pode ser preenchido e por ele, mas que seria fundamental para a construção da *identidade* das meninas. A ideia é reforçada logo em seguida, quando a equipe psicossocial declara, por meio do relatório de convivência, que

*para ambos a questão homoafetiva é algo que lidam com tranquilidade, inclusive demonstrando maturidade emocional no que concerne aos preconceitos que algumas vezes percebem ainda existir na sociedade. **Mas estão conscientes de que se faz importante para as requeridas que tenham uma referência feminina na construção de sua identidade, acreditando que a empregada da casa possa vir a exercer esse papel** (TJPE, Processo 001.2007.022128-7, 2008, p.23, grifos nossos).*

Buscaremos refletir sobre a questão da *referência feminina* sobre a construção da identidade das crianças que, necessariamente, exigiria, no ambiente doméstico, um papel de

educador para tal identidade e, mais ainda, o imperativo de alinhamento entre a presença, na performatividade do sexo educado/influenciado, o mesmo sexo educador/influenciador, remetendo-nos às reflexões trazidas no capítulo 1 deste trabalho sobre a identidade sexual e também sobre a necessidade de pais e a necessidade de mães.

O tema, conforme anteriormente problematizado, guarda estreita relação com algumas compreensões da ideia de identidade sexual – *ser* homem e *ser* mulher, polarização essa que, a partir do século XVIII, segundo Nicholson (2000), tornou normativa a concepção binária na qual o corpo era pensado como fonte desse binarismo. Os corpos passaram a ser categorizados/classificados, de acordo com Teixeira Filho (2013) por meio de uma perspectiva de dimorfismo radical e da divergência biológica.

Butler (2003b) recorda-nos que a coerência ou a unidade interna de qualquer dos gêneros, homem ou mulher, exige uma heterossexualidade tão afirmada quanto *oposicional*. Trata-se, segundo a autora, de uma heterossexualidade institucional que exige e produz, a um só tempo, a univocidade de cada um nos termos marcados pelo gênero, que constituem o limite das possibilidades de gênero no interior do sistema de gênero binário oposicional.

Conforme vimos, surge, a partir de então, ainda nas considerações de Nicholson (2000), o que compreendemos como *identidade sexual*, ou seja, a diferenciação precisa entre masculino ou feminino, profundamente enraizada num corpo diferenciado. Nesse fluxo, devemos retomar a representação materna e paterna na relação maternidade/feminilidade/fertilidade e paternidade/masculinidade/fertilidade, mediadas pelas considerações sobre as formas como o gênero é constituído.

De acordo com Tarnovski (2004), a parentalidade realizada por um casal de homens possui uma especificidade que, muito embora vinculada à parceria homoerótica, possui implicações que a extrapolam: *ser pai sem mãe*. Essa condição põe em cheque conexões implícitas entre sexualidade, gênero e parentesco e as assimetrias culturais entre paternidade e maternidade. Isso poria em relevo como a paternidade não possui o mesmo grau de *autoevidência* ou *naturalização* que a maternidade.

Por outro lado, conforme desenvolvemos no Capítulo 2, a maternidade, compreendida como um desejo naturalizado, sem marco temporal definido, uma experiência contínua e repetida do passado, um plano “desde sempre” para o feminino, parte do papel do gênero feminino a que pertence, de sua construção social, sexual e comportamental.

Nesse ponto, Souza (2005) afirma, em suas pesquisas, que a maternidade lésbica não se apresenta de forma absolutamente subversiva, porquanto sustenta, de algum modo, o discurso do *instinto maternal*. Uziel (2007) reitera essa compreensão em suas análises,

afirmando que a homossexualidade feminina não desperta a atenção nos casos em que observou, ao menos nas situações em que o comportamento seja muito *estereotipado*.

Ainda de acordo com Fraser *apud* Souza (2005), se os heterossexuais têm expectativas sobre a maternidade para as lésbicas, o fato já não parece curioso, ao contrário, aparece coerente à lógica heterossexual, que associa a mulher à reprodução da vida e à *maternagem*.

Mas, ainda assim, precisamos esclarecer as subdivisões sobre os efeitos operados na matriz heterossexual: uma lésbica *feminilizada* não tem o mesmo significado daquela mulher que Butler (2009) menciona como *masculinizada – butch* – que não é propriamente vista como mulher porque não está engendrada no alinhamento conceitual da ontologia *mulher*.

Desse modo, afirmar a necessidade – ou melhor, a *carência* – de uma identidade feminina *dentro de casa* para as filhas de um casal homossexual formado por dois homens resgata-nos, enquanto contexto social, a instituição de uma heterossexualidade normativa e naturalizada que, segundo Butler (2003b), exige e regula o gênero como uma relação binária em que o termo masculino diferencia-se do termo feminino.

Vejamos que a *feminilidade* que parece imperiosa à formação das meninas, nos termos do relatório psicossocial, não poderia ser “qualquer feminilidade”. Seria imaginável, por exemplo, um gay “afeminado” como empregado doméstico. A feminilidade exigida é uma feminilidade *de uma mulher de verdade*.

Butler (2003a), conforme vimos no capítulo anterior, problematiza o tema com riqueza de detalhes, esmiuçando a crença de uma referência dual na educação de crianças, a fim de garantir, pela diferença sexual fundamental da triangularização da família, sua iniciação na ordem simbólica, que põe em marcha os nossos sentidos de realidade e de inteligibilidade cultural.

Como tal binarismo é *irrenunciável* na constituição de uma entidade familiar caracterizada por uma normalidade heterossexual, sob pena de uma avaliação negativa no estágio de convivência, assim,

[...] a forma mais comum de resolver a questão das funções parentais no caso da homoparentalidade [...] é a substituição no exercício das funções parentais do pai e da mãe por outras pessoas próximas ao casal homossexual que garantam assim a “ordem simbólica” pela conservação da diferença sexual; saída que parece deixar intocada a principal questão: Será que o desenvolvimento da personalidade, a entrada da criança no mundo social, tem como base necessária a relação binária dos gêneros, senão presente nos pais, pelo menos no convívio desses com uma espécie de “substituto de gênero oposto” ao do casal homossexual? (FERNANDES, 2013, p. 251).

Em tom de crítica, Uziel (2007) explica que a família formada por um casal de homens tem constatada a sua dupla “deficiência”: além da *falha da sexualidade, falta um gênero* constitutivo da educação de crianças. A autora explica, por meio de suas pesquisas, que são vistos como pais que estarão “sempre em débito”, em dependência de profissionais, que os amparem na execução de suas tarefas próprias da parentalidade, que os ensinem a “assumir seus lugares”.

Sobre eles incidem, segundo Moris (2008), os efeitos de um ideário heteronormativo, que engendra uma necessidade de *ressignificar* sua concepção de masculinidade e parentalidade, pautada na heterossexualidade. A referência à normalidade, como vimos no capítulo anterior, corresponde a um ideal tão perseguido quanto inatingível.

Observamos que o esforço dedicado a esta garantia de manutenção da ordem simbólica flexibilizaria, no limite, qual ou quais atores que exercerão as funções, mas não a ligação de tais funções à lógica binária de gênero, de modo que não é concebível a parentalidade sem a divisão própria do sistema sexo/gênero. Então, pelas exigências psíquicas naturalizadas das funções parentais, a parentalidade seria, portanto, vivida sempre – no sentido do *sempre* butleriano – a partir da diferença sexual?

De acordo com Uziel (2004), a participação de uma mulher, que não integra o núcleo familiar no processo de adoção por homossexuais homens, parece corresponder a uma marcação comum nos casos que contribuem favoravelmente na análise da dinâmica familiar. Esta implicação – identidade sexual binária na educação “dentro de casa” – autenticada por meio de uma profissional prestadora de serviços domésticos é considerada autoevidente como ponto favorável ao deferimento da adoção?

E mais: se a expectativa dos operadores do núcleo psicossocial contava com a presença da empregada doméstica para a formação identitária das duas meninas, porque a funcionária não foi ouvida em juízo? Bastaria, portanto, a sua elucidação para a manutenção simbólica do *feminino/materno* no relato de convivência?

Parece-nos que a existência de uma empregada doméstica em casa cumprirá uma responsabilidade implícita de processar o gênero das duas meninas a partir de suas *práticas performativas*, por conta dos dois processos apresentados por Butler: pela *iterabilidade* e pela *citacionalidade*, ou seja, pela constância de repetição e reificação, nesse caso, do que significa *ser mulher*, cujo essencialismo está apto a alinhar sexo e gênero.

Sendo a constituição do gênero como a *organização social da diferença sexual percebida* ou o saber que estabelece *significados* para as diferenças corporais (SCOTT, 1995), e sendo *performance* a linguagem posta em ato e por ela, *engendra-se* nos corpos (BUTLER,

2003b) construindo neles o gênero, o sexo, o gênero. Portanto, a abordagem discursiva da funcionária doméstica teria, para os atores envolvidos no processo judicial, papel fundante na interpelação dos atos das meninas, *constituindo-as* do sexo e gênero femininos.

Logo, segundo Teixeira Filho (2013), os atos performativos devem ser compreendidos como *práticas regulatórias de materialização de corpos* e de manutenção da heterossexualidade normativa necessária para a inteligibilidade da vida social, uma estratégia biopolítica, que dá consistência ao *biopoder*.

A expectativa de uma referência feminina para as meninas traz consigo o discurso implícito direcionado à normalidade das filhas, para que se *tornem mulheres*, que *aprendam a ser mulheres*, em recusa a uma possível homossexualidade das mesmas. Da mesma forma, segundo Garcia et al (2007), a homossexualidade futura das crianças precisa ser evitada por corresponder, também, a uma *falha* dos seus pais adotivos, a quem foi dado um *voto de confiança*.

A segunda leitura permite-nos retomar a consideração do requerente A, que acredita que o papel de paternidade depende de uma maternidade postiça, ainda que precária, uma espécie de “muleta” para a identidade feminina das crianças, dizendo-se *consciente* dessa necessidade.

Esta última conformidade, inicialmente, *neutralizou* a intenção de adotar conjuntamente, de modo que os requerentes nem mesmo consideraram essa possibilidade antes do relatório de convivência apresentar expressamente o termo *dupla parentalidade*. Aquela postura inicial dos requerentes em não pleitear pela adoção *conjunta* exemplifica claramente um reconhecimento sedimentado pela cultura da heteronormatividade parental, uma espécie de *insuficiência* ou *inadequação formal* à expectativa de adotar duas crianças se ambos representam *papéis masculinos* e deixam a lacuna do papel do *feminino* na ordem simbólica fundada pela diferença sexual.

De algum modo, a cultura, ao reiterar uma negação a certos direitos, pode fazer com que aqueles que os perderam, ou mesmo que não tenham chegado a experimentá-los, não possam supor poder perquiri-los, nem possam presumir e reconhecer a injustiça de os mesmos lhes terem sido negados

Queremos compreender, na contramão dessas presunções e preconceitos, que o gênero é descoberto e redescoberto pelas crianças e adolescentes não somente em seu núcleo familiar, mas de forma difusa, pulverizada e constantemente redimensionada em seu ambiente sociocomunitário, seu cotidiano, suas leituras e releituras sobre si mesmo e os outros por meio de sua própria história. Os arranjos de suas subjetividades são de possibilidades diversas, e a

condição de casal homossexual não poderia justificar o apego argumentativo à presença de uma mulher no ambiente doméstico como justificativa para a legitimidade do arranjo familiar.

Assim, uma mãe, somente, ou um pai, somente, seja qual for o gênero com o qual se manifeste, não pode ter a sua parentalidade considerada reduzida em razão de sua condição. A conjugalidade, de igual modo, não pode ser considerada um requisito para o exercício conjunto da responsabilidade familiar, da capacidade de cuidado e educação de filhos. Também, dois pais não seriam “menos” pais que pais heterossexuais por ambos se identificarem com papéis considerados do gênero masculino.

Veremos a seguir como a consideração do valor do *afeto* nas entidades familiares intenta a disseminação dessa visão da diversidade na interpretação jurídica dos casos concretos.

5.2 A desbiologização da paternidade e o valor jurídico do afeto

No final da década de 1970, em uma Conferência na Faculdade de Direito de Minas Gerais, o professor João Baptista Villela apresentou um artigo de dezenove páginas intitulado “*A desbiologização da paternidade*”, atualmente referenciado como o marco para a compreensão da paternidade socioafetiva no direito brasileiro.

Vilella (1979), ao explicar a presunção de pluripaternidades em casos de configuração coabitação sexual de mais de um homem com a genitora da criança, apresenta a *responsabilidade partilhada* entre os possíveis genitores, em detrimento da visão moralista segundo a qual, apenas se comprovado o genitor, esse seria devedor de alimentos e prestações pecuniárias para o sustento da criança. Cabe recordar que, na época, esta composição processual probatória era complexa e humilhante para a mãe da criança.

Para isso, o jurista desenvolveu, no direito brasileiro, uma solução conceitual por meio da distinção entre *procriação* (biologia, fato), *responsabilidade civil pela geração* (efeito jurídico das consequências da procriação, comprovada ou presumida, resolúvel em prestações de natureza econômica) e *paternidade e maternidade* (vocação, disposição, comprometimento).

Nas palavras do autor, é possível obrigar alguém patrimonialmente por suas condutas, mas não se pode obrigar à *paternidade*, porque a sua própria ideia implica autodoação, gratuidade e engajamento íntimo, não sendo, portanto, suscetível de imposição coativa.

De maneira incomum na época, o jurista apresenta a paternidade socioafetiva como *a paternidade que suplanta a própria paternidade biológica*, de modo que é a socioafetividade que preenche de sentido o vínculo biológico – e não o contrário.

O próprio conceito de *nascimento*, segundo o jurista, já não se contém nos estreitos limites da fisiologia e reclama um enfoque mais abrangente, sendo necessário, portanto, mencionar também a existência de um *nascimento emocional*, que torna pais, mães e filhos como tais e exige dos primeiros o ânimo de cuidar, educar, partilhar a vida.

[...] ser pai ou ser mãe não está tanto o fato de gerar quanto na circunstância de amar e servir [...] as transformações mais recentes por que passou a família, deixando de ser unidade de caráter econômico, social e religioso para se afirmar fundamentalmente como grupo de afetividade e companheirismo, imprimiram considerável reforço ao esvaziamento biológico da paternidade. Tanto mais quanto é certo que esse movimento evolutivo, transportando a família de uma idade institucionalista para uma idade eudemonista⁶⁴, ocorre em em período de extraordinária floração da tecnologia biomédica. O controle da natalidade, tornado possível graças ao melhor conhecimento da fisiologia da reprodução, permitiu separa a atividade sexual do fenômeno procriativo (VILLELA, 1979, p. 412-413).

O autor deixa claro, em seguida, que o corte profundo entre sexo e reprodução deixaria como legado o começo de um tempo que, em passos rápidos, caminha para outras rupturas, de “insuspeitadas liberdades” nas décadas seguintes.

Quase dez anos depois, a CRFB 1988 trouxe, em no *caput* do seu art. 227, a convivência familiar e comunitária como dever da família, da sociedade e do Estado em relação à criança e ao adolescente. No ano seguinte, a terminologia *convivência familiar* foi sequencialmente reproduzida pelo ECA, em âmbito nacional, e pela Convenção sobre os Direitos da Criança na Organização das Nações Unidas – ONU, ratificada pelo Brasil também em 1990, na ordem transnacional.

De acordo com Cunha Pereira (2011), o direito à convivência familiar mostra-se como a “verdadeira exteriorização e valorização do afeto”. No período que sucedeu a CRFB 1988, outros juristas reforçaram a abordagem inovadora de Villela, reforçando o denominado *princípio da afetividade* como norma essencial e inerente à consideração da existência das entidades familiares.

⁶⁴ A expressão *eudemonista* advém da concepção aristotélica de *eudaimonia*, a qual significa felicidade. No âmbito do direito das famílias, diz respeito à busca pela realização plena de seus membros, caracterizando-a pela comunhão de afeto recíproco, consideração e o respeito mútuo. De acordo com Andrade (2008), eudemonista é considerada a família decorrente da convivência entre pessoas por laços afetivos.

Segundo Amâncio (2010), no ano de 1999, durante o II Congresso Brasileiro de Direito de Família, promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBFAM⁶⁵, o jurista Paulo Luiz Netto Lôbo atribuiu ineditamente ao *afeto* o status de princípio jurídico. No ano de 2003, aos 15 anos de promulgação da Constituição Cidadã e ano de início da vigência do Novo Código Civil, o IBDFAM dentre os eixos de trabalhos do IV Congresso Brasileiro de Direito de Família, a *Ética* e o *Afeto* nas relações familiares.

Podemos dizer que a inserção desse elemento no âmbito dos debates legais e constitucionais no começo dos anos 2000 evidenciou a problematização do paradigma da bioparentalidade *codificada* – de maneira expressa ou relativa – nos documentos legais, viabilizando, desse modo, os debates sobre a pluralidade de entidades familiares e a proteção das famílias constituídas pelos vínculos não sanguíneos.

Nas palavras de Farias e Rosenvald (2010), no período que sucede à chamada Constituição Cidadã, os operadores do Direito tendem a compreender a família como um espaço privilegiado de promoção da personalidade de seus membros, reafirmando uma nova fisionomia acessível a diversas configurações e arranjos e uma organização subjetiva instrumental/colaborativa, à construção individual da felicidade, porque fundada no afeto.

Netto Lôbo (2002) explica que, além da afetividade, a *ostensibilidade* e *estabilidade* também caracterizam essa fase de sobreposição da socioafetividade em relação aos vínculos biológicos. Assim é que o afeto se tornou um princípio jurídico norteador de todas as relações do direito das famílias, sustentado nas relações conjugais homossexuais, por exemplo, *desde que* constatadas essas três características.

5.3 Entre estratégias linguísticas estabilizadoras e lutas por direitos: “homoafetividade” como escolha política

Em 1973, a Associação Americana de Psiquiatria retirou o “homossexualismo” da sua lista de distúrbios psiquiátricos, ao passo que, ainda mais tardiamente, em 1995, a Organização Mundial da Saúde (OMS) – deixou de considerar a homossexualidade uma doença⁶⁶.

⁶⁵ De acordo com Amâncio (2010), o Instituto Brasileiro de Direito de Família – IBDFAM – foi criado no ano de 1997, durante o I Congresso de Direito de Família. Trata-se de um instituto que possui atuação acadêmica e política no ramo de Direito de Família no Brasil.

⁶⁶ Licínio (2014) observa que, na Classificação Internacional de Doenças (CID) da Organização Mundial da Saúde (OMS), cuja edição de nº 10, em vigor desde 2003, enumera em seu capítulo V diversos transtornos mentais e comportamentais ligados à sexualidade. O avanço representado pela retirada da homossexualidade da lista de doenças ainda não se estendeu a várias outras formas de sexualidade tidas como divergentes ou dissidentes. De acordo com Collucci (2013), a CID-10, que contém a tipologia “transexualismo”, está em processo de revisão e deverá ser editada em 2015. Infelizmente, sabemos que

Nas questões sobre parentesco e adoção, o termo homossexualismo deixou como herança perversa a força do tabu/desconfiança em relação ao casal homossexual, que teria a *intentio* pervertida à sombra do aparente desejo de adotar crianças. Assim,

no imaginário popular [...] pais ou mães homossexuais teriam uma intenção perversa ou obscura por trás do seu desejo de adotar uma criança; em 1998 Coates e Zucker mostraram que o percentual de crianças abusadas física e sexualmente por seus pais é o mesmo tanto em famílias *hetero* quanto em famílias homoafetiva (FRANÇA, 2008, p.29).

Considerando que a denominação *homossexualismo* trazia consigo a intenção pejorativa da cultura médico-higienista que a forjou, em contraposição ao termo de cunho patológico, chegou-se a uma nomenclatura considerada como mais adequada, a *homossexualidade*.

Retomando o capítulo anterior, segundo Roudinesco (2003), o termo é derivado do grego – *homos*, semelhante e criado em 1869 pelo médico húngaro Karoli Maria Kertbeny para designar, segundo uma terminologia clínica, todas as formas de amor carnal entre pessoas do mesmo sexo. Impôs-se, segundo a autora, em todas as sociedades ocidentais, entre 1870 e 1970, em oposição ao termo "heterossexualidade", forjado em 1888.

Por sua vez, Costa (1992) sustentou o emprego do termo *homoerotismo*, por considerar, de um lado, que homossexualismo, além da conotação preconceituosa, estava também comprometido com a ideologia psiquiátrica que lhe deu origem; por outro, que *homossexualidade* era um termo teoricamente pobre.

Para o autor, o termo homoerotismo apresenta uma dupla vantagem em relação aos demais: compele-nos a rever o modo como pensamos o desejo entre pessoas do mesmo sexo e, ainda, não possui a forma substantiva que indica uma *identidade*. Desse modo,

[...] o autor demonstra que, ao utilizarmos o termo homossexualismo, nos vemos implicados no constructo histórico-ideológico-político-econômico-libidinal burguês do século XIX, o qual caracteriza a humanidade como dividida em hetero e homossexuais, correlativo à normal/patológico, que transforma as vivências da experiência sexual desses sujeitos em desvio de personalidade. Remete à construção histórica a figura imaginária do homossexual como uma modalidade do humano (ou desumano) com perfil psicológico único. Falar de homossexualidade é falar de uma personagem imaginária que teve historicamente a função de ser a antinorma do ideal de masculinidade burguês (BALBUENO, 2009, p. 02).

Podemos dizer que Costa (1992) deixa claro como a prática linguística engendra a produção de subjetividades, esclarecendo o que Butler (2003a) reforçaria anos mais tarde

sobre a transcendência da função representativa da linguagem para função criativa dos laços discursivos que produzem, (re)produzem ou desconstróem subjetividades.

Para o autor, preocupar-se com a escolha terminológica tem exatamente esse sentido, razão pela qual recorre ao *homoerotismo* como prática discursiva. Para nós, o termo, por seu pressuposto de *inexistência de objeto sexual instintivamente adequado*, deveria ser melhor explorado que os demais, pretensamente correlatos.

Conforme desenvolvemos no Capítulo 2 deste trabalho, o termo "homoparentalidade" – *homoparentalité* – foi cunhado na França em 1996 pela Associação dos Pais e Futuros Pais Gays e Lésbicos (APGL). O prefixo “homo”, por conseguinte, incide axiologicamente no parentesco – homoparentalidade - para designar a peculiaridade da sexualidade dos responsáveis, tocando os efeitos jurídicos do parentesco socioafetivo diverso da heterossexualidade. Devemos, no momento, acrescentar mais algumas contribuições e problematizações sobre o tema e a terminologia empregada.

Para Zambrano (2006), por um lado, o emprego da expressão *homoparentalidade* é estratégico e se justifica pela necessidade de colocar em evidência uma situação cada vez mais presente na sociedade atual, que deixa de ser “inominável” e passa a adquirir uma existência discursiva, um lugar no mundo da linguagem sem o qual não é possível a sua problematização. Além disso, para a autora, a nomenclatura também viabiliza a emergência do termo de um campo de luta político onde as demandas por esses tipos de parentalidade e filiação ficam fortalecidas.

Por outro lado, segundo a autora, o uso do termo “família homoparental” costuma ser objeto de muitos questionamentos, pois acentua a “orientação sexual” dos pais/mães e a associa ao cuidado dos filhos. Esse tipo de entrelace é justamente o que os estudos sobre homoparentalidade se propõem a desfazer, demonstrando que homens e mulheres homossexuais podem ser ou não bons pais/mães, da mesma forma como homens e mulheres heterossexuais.

Além disso, vimos também que, distintamente do emprego da expressão *homoparentalidade*, nos Estados Unidos, as denominações atribuídas são, exemplificativamente, *lesbian and gay families* – famílias gays e lésbicas – ou de *lesbian and gay parent-hood* – parentesco gay e lésbico – tendo em vista, segundo Roudinesco (2003), que os homossexuais americanos recusam qualquer denominação de origem psiquiátrica.

O terceiro ponto crítico em relação ao conceito de *homoparentalidade* diz respeito, segundo Zambrano (2006), a sua insuficiência em relação à parentalidade exercida por travestis e transexuais. Isso porque, segundo a autora, da forma como foi concebido, o termo

“homoparentalidade” se refere apenas à orientação sexual, aludindo às pessoas cujo desejo sexual é orientado para outras do mesmo sexo, o que deixaria de fora as pessoas com mudança de sexo – transexuais – e de gênero – travestis.

Em 2002, Lopes *apud* Fernandes (2012), propôs o termo *homoafetividade* sob o argumento de tratar-se de um termo mais amplo e mais sensível para apreender as fronteiras entre a homossexualidade e a heterossexualidade. Ganha relevo, alguns anos depois, a expressão “homoafetividade” na doutrina jurídica então denominada *Direito Homoafetivo*, que encontra na jurista Maria Berenice Dias, embora erroneamente referida como inauguradora do termo ou criadora do “neologismo”, ao menos a sua mais exponencial disseminadora em petições, artigos e decisões jurídicas no Brasil⁶⁷.

A propositura de um ramo do direito denominado “Direito Homoafetivo” buscou a sua consolidação nos temas de reconhecimento da união entre pessoas do mesmo sexo e, posteriormente, da possibilidade de filiação por meio dessas uniões no decorrer da afirmação do *afeto* como elemento identificador das entidades familiares e da consequente sobreposição da filiação socioafetiva em relação à realidade biológica.

Silva Júnior (2011) considera feliz o emprego de homoafetividade porque o termo representou, para ele, maior poder de descrever “o fenômeno como um todo”, prestando serviço à luta emancipatória pelo igual respeito e consideração. Para isso, posicionando no vínculo afetivo a premissa segundo a qual os vínculos entre pessoas homossexuais encontram no *amor* – segundo o autor, bem mais do que sexuais no “sentido genital” – a sua razão de se desenvolverem na sociedade, em que pesem todos os preconceitos a que são subordinados.

Nesse sentido, podemos dizer que a denominação “uniões homoafetivas” é uma tentativa de igualar, no imaginário popular e jurídico, uma concepção de relação tal como ocorre no *sempre presumido* nas relações heterossexuais: indivíduos ligados pelo ânimo de permanecerem juntos pelos ditames do amor. Assim, a nomenclatura destaca a afetividade como um modo de ser das uniões entre pessoas do mesmo sexo.

A partir da segunda metade dos anos 2000, o número de adeptos ao emprego do termo homoafetividade em defesa de direitos conjugais entre pessoas do mesmo sexo aumentou gradativamente. Segundo Licínio (2013), os juízes de primeiro grau iniciaram a sua disseminação e, em seguida, os órgãos colegiados renderam-se ao seu uso.

⁶⁷ “Dar visibilidade e impor respeito à orientação sexual, bem como inserir no sistema jurídico os direitos das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis e transgêneros é um projeto antigo. Teve início quando criei o neologismo ‘homoafetividade’. A ele fiz referência por ocasião da primeira edição da obra que precisei intitular *União homossexual: o preconceito e a justiça*. Como era algo novo temi que ninguém fosse saber do que se tratava. A troca do nome só ocorreu na quarta edição, que passou a ter por título *União homoafetiva: o preconceito e a justiça*.” (DIAS, 2011, p. 09).

A problematização, brevemente introduzida, serve às considerações sobre o caso que é objeto de nossa análise. Isso porque algumas observações são necessárias para a reflexão se o uso do termo *homoafetividade* presta, de fato, um serviço à atenuação entre as fronteiras do reconhecimento ou se auxilia o seu reforço e sua intensificação.

O primeiro aspecto de nossa análise diz respeito ao excessivo emprego do léxico “afeto” nos documentos que compõem o processo judicial estudado.

Na medida em que as questões sobre casais formados por pessoas do mesmo sexo passaram a ser resolvidas nas varas de famílias, com o aparato teórico do *direito das famílias* – e não mais nas varas cíveis – o termo *homoafetividade* passou a ser conjugado como indicativo e condicionante de outras expectativas em relação a esse tipo de união, tais como *estabilidade, saúde mental, equilíbrio e maturidade emocional* dos casais para a adoção de crianças e adolescentes em diversas Varas de Infância no Brasil.

O caso por nós estudado corrobora essa constatação. Verificamos que, a todo o tempo, o termo *homoafetividade* é condicionado a um exaustivo convencimento da ideia de *equilíbrio, maturidade e saúde mental* dos pretendentes à adoção, notadamente nos relatórios de convivência apresentados pelo NAEF. Podemos verificar, inicialmente, algumas passagens significativas do primeiro relatório de convivência, elaborado em maio de 2007:

Desde o ano de 2005, ele [requerente A] está habilitado como pretendente à adoção nesta Comarca de Natal. Já naquela época foi avaliado pela equipe técnica deste juízo, sendo confirmado suas condições financeiras e sociais, além de seu **equilíbrio emocional** e **disponibilidade afetiva** para ter consigo uma criança (TJPE, Processo 001.2007.022128-7, 2008, p.22).

Para ambos [requerente e companheiro não cadastrado] a questão da **relação homoafetiva** é algo que lidam com tranquilidade, demonstrando **maturidade emocional** (TJPE, Processo 001.2007.022128-7, 2008, p. 23).

Em relação a [companheiro não cadastrado], este afirma alegria em exercer também a paternidade, sentindo tranquilidade no que diz respeito à sua não participação legal no processo, tendo em vista [...] a **situação homoafetiva** – (TJPE, Processo 001.2007.022128-7, 2008, p. 24).

As crianças em tela estão se adaptando com tranquilidade a nova realidade familiar e tanto o requerente quanto seu companheiro apresentam-se **emocionalmente estáveis** e **disponíveis afetivamente** para recebê-las como filhas. As meninas estão tendo a oportunidade de conviver em um ambiente familiar **estável e tranquilo**, formada por dois homens que possuem **relação afetiva** baseada no carinho, respeito mútuo e companheirismo (TJPE, Processo 001.2007.022128-7, 2008, p.24).

Considerando a maneira como foi construído, o relatório parece ser sobre o casal, embora essa figura jurídica ainda não exista naquele momento, visto que só havia um requerente cadastrado. O documento, ao antecipar a realidade fática, tem por objetivo

superreforçar o discurso do reconhecimento da adoção que, segundo a decisão, somente no atendimento do Melhor Interesse da Criança, pode *até* ser admitida por adotantes do mesmo sexo, desde que a *união afetiva* legitime a demanda.

O segundo relatório de convivência, produzido um ano depois, em maio de 2008, segue a mesma produção argumentativa, com os excessos de repetição e vinculação entre *afetividade, homossexualidade, estabilidade, equilíbrio emocional e responsabilidade* ainda mais acentuados.

O requerente e o seu companheiro, agora, também, participante legal no processo, parecem dispor, nos termos do documento, dos atributos considerados importantes para receber as crianças. Mais uma vez, parece-nos que o que está em questão é se a homossexualidade presta a devida fiança ao Judiciário para assegurar a sanidade mental e a responsabilidade do casal adotante. Vejamos os seguintes trechos:

Sobre as indagações das meninas quanto ao relacionamento dos dois, o Sr. Wagner afirmou que não escondem delas o fato de terem um **relacionamento afetivo** – (TJPE, Processo 001.2007.022128-7, 2008, p. 46, grifo nosso).

[...] os requerentes são dois homens [...] que estabelecem entre si uma **relação homoafetiva** e pleiteiam conjuntamente a adoção de duas crianças – (TJPE, Processo 001.2007.022128-7, 2008, p. 47, grifos nossos).

Diante do que foi exposto, observamos que [os requerentes] apresentam um **relacionamento estável**, construído paulatinamente ao longo de quatorze anos de convivência e oferecem um **ambiente familiar seguro**, com **condições sociais e afetivas** favoráveis para proporcionar as adotandas um **desenvolvimento físico e mental saudáveis** (TJPE, Processo 001.2007.022128-7, 2008, p. 47, grifos nossos).

Cabe salientar sobre a **consciência** dos requerentes quanto ao papel que irão desempenhar na vida dessas meninas, bem como sobre as **responsabilidades** que acarretam uma adoção, principalmente no que diz respeito ao referencial necessário para que as crianças, como seres em desenvolvimento, possam se estabelecer em um ambiente que lhes proporcione a possibilidade de estabelecer **laços afetivos** e uma **existência saudável**, da qual foram desprovidas em sua família biológica (TJPE, Processo 001.2007.022128-7, 2008, p.48, grifos nossos).

Convém expor que ambos [requerentes] demonstram ter tomado sua decisão após muita reflexão e diálogo, mostrando-se **seguros** quanto ao seu desejo, sem negar as dificuldades que possam vir a ter em razão da sua orientação sexual, dando evidências de que possuem **equilíbrio emocional e maturidade** para lidar com possíveis manifestações contrárias reveladas no cotidiano, bem como oferecer a proteção necessária para que [as crianças] possam conviver de formar **saudável** em um ambiente digno e com reais vantagens para o seu desenvolvimento (TJPE, Processo 001.2007.022128-7, 2008, p.48, grifos nossos).

Quanto [às crianças], o sentimento de pertencer a uma família vem sendo construído de maneira gradual, através do estabelecimento de **laços de afeto e confiança** com pessoas que se dispuseram a cumprir a função de pais no dia-a-dia das mesmas (TJPE, Processo 001.2007.022128-7, 2008, p.48, grifos nossos).

Percebe-se [nos requerentes] o entendimento quanto à necessidade de esclarecer as crianças sobre a situação, a fim de que as meninas aprendam a lidar naturalmente com as diferenças individuais. Consideramos que o enfrentamento dos preconceitos deverá ser construído a cada experiência, mas parece-nos que os requerentes possuem **base psicológica** para sua consolidação (TJPE, Processo 001.2007.022128-7, 2008, p.48, grifo nosso).

Em arremate, a sentença prolatada no dia 26 de Setembro de 2008, inserida nos autos processuais no intervalo entre as páginas 65 a 77, ainda, apresenta o termo *afeto*, em uma frequência consideravelmente reforçada: são nove vezes que o termo aparece, sendo uma vez na página 68, duas vezes na página 69, duas vezes na página 70, uma vez em cada uma das páginas 71, 72, 74 e 75.

Mas não só: o órgão julgador emprega também as expressões *convivência afetiva*, na página 66; *condições afetivas*, na página 68; *universo afetivo*, nas páginas 68 e 69; *razões afetivas* e *casamento homoafetivo*, ambos na página 69; *vantagens afetivas* e *disponíveis afetivamente*, na página 70; a curiosa expressão *famílias afetivas*, na página 70; *união homoafetiva* e *famílias homoafetivas*, também na página 70; *afetividade* e *relações afetivas* na página 72 e, por fim, *vínculos afetivos* na página 74.

De acordo com Luz e Gonçalves (2014) essa manobra, mais do que simplesmente linguística, diz respeito à apropriação do afeto – que já há algum tempo, conforme vimos, embasa a lógica jurídica da família com vistas ao reconhecimento jurídico – nas relações entre pessoas do mesmo sexo. O referido termo aparece em todo o processo judicial, porém sem maiores justificativas.

Os autores explicam que tal escolha parece denotar não apenas sua disseminação, mas também a crescente visibilidade do modelo conjugal e modelo de parentesco/filiação que ele pressupõe. A palavra, por conseguinte, não surge do acaso: o seu emprego intencional reflete as disputas discursivas que estão sendo travadas no interior do debate sobre a legitimidade jurídica de certa conjugalidade e parentalidade.

A recitação da escolha lexical “afeto” deve, então, ser enfatizada enquanto análise de texto, paralelamente aos temas que permeiam o uso ou desuso de expressões, tais como “homossexualismo”, “homoparentalidade”, “homoafetividade” e o tema da patologização e posterior despatologização, que envolve os léxicos.

À semelhança dos documentos anteriores, a sentença também conecta a *homoafetividade* às “vantagens” da adoção por dois pretendentes. Embora o Juiz expresse não desejar tratar desse “tipo de união” – e afirme independência de sua análise em relação à da orientação sexual dos adotantes – ele a nomeia e valora, correlacionando a terminologia

escolhida à ideia de pretendentes *seguros, sérios* – compreenda-se implicitamente, *discretos* – *equilibrados, responsáveis, estruturados, conscientes, maduros* entre tantos outros adjetivos incansavelmente reprisados. Assim, na decisão jurídica, (re)vemos o construtivismo análogo a todas as etapas processuais anteriores, destacável na seguinte sequência de trechos:

A proteção integral prevista na Carta Magna Brasileira é evidenciada na constatação das garantias de convivência familiar e na construção do **universo afetivo** necessário ao desenvolvimento de uma **personalidade estruturada e saudável** (TJPE, Processo 001.2007.022128-7, 2008, p.68, grifos nossos).

Assim, convencido se encontra este juízo de que as **razões afetivas** fortalecem a realidade do grupo familiar em que se encontram inseridas as crianças[2], pois a compreensão para a aceitação desta realidade familiar é um resultado de muitos anos de evolução da sociedade familiar (TJPE, Processo 001.2007.022128-7, 2008, p.69, grifo nosso).

As **vantagens afetivas** referenciais desta convicção são destacadas no relatório Psicossocial [...]A união pelo amor é que caracteriza a entidade familiar e não apenas a diversidade de gêneros. E, antes disso, é o **afeto a mais pura exteriorização do ser e do viver**, de forma que a marginalização das relações mantidas entre pessoas do mesmo sexo constitui forma de privação do direito à vida, bem como viola os princípios da dignidade da pessoa humana e da igualdade (TJPE, Processo 001.2007.022128-7, 2008, p.70, grifos nossos).

Reconhecida como entidade familiar, merecedora da proteção estatal, a união formada por pessoas do mesmo sexo, com características de **duração, publicidade, continuidade e intenção de constituir família**, decorrência inafastável é a possibilidade de que seus componentes possam adotar (TJPE, Processo 001.2007.022128-7, 2008, p.70, grifos nossos).

Consideradas todas razões de fato e de direito e apreciados todos os elementos constantes nos autos, é do entendimento deste juízo que as **relações afetivas** não são delimitadas pelas possibilidades das uniões de gêneros, mas sim pela **inata condição humana de realizar a vida através do afeto** e da construção da felicidade com respeito ao outro e a si mesmo. A reconquista da história da humanidade através da alteridade, um fundamento do princípio da preservação da espécie humana (TJPE, Processo 001.2007.022128-7, 2008, p.72, grifos nossos).

Embora a decisão final caiba ao juiz – desde que não haja recursos, como ocorre em alguns processos – ele se baseia nos relatórios do NAEF, seja diretamente, pelo acesso aos próprios documentos, seja indiretamente, pelo Parecer ministerial que, embora apresente a argumentação jurídica, também é produzido em atenção à avaliação psicossocial.

Nas considerações de Uziel (2007), não há como negar que, nos diversos casos em que realizou a sua pesquisa, a compreensão do respectivo núcleo reproduz uma série de concepções subjetivas sobre *homem e mulher, pai e mãe, desenvolvimento saudável, condições psicológicas, maturidade emocional*.

Segundo a autora, a ideia de *projeto* é muito valorizada pelos técnicos ao elaborarem o relatório, porque põe em evidência o caráter conjunto da decisão. Costumam verificar se a ideia de adoção pode ser considerada *madura* – ou se, ao contrário, esconde *frustrações*.

O requisito da *estabilidade*, por sua vez, diz respeito à expectativa pela monogamia e pela intenção do casal prolongar a convivência no tempo. Embora não consideremos uma tarefa fácil definir o que pode ser considerado *estabilidade*, já que, segundo Uziel (2004), também não há consenso entre as leis sobre a união estável heterossexual, dando margem a diferentes interpretações. Para os estudos psicossociais, a saúde mental, por sua vez,

[...] traduz-se por um bom nível de autoestima, capacidade de resolver problemas, capacidade de manter relações pessoais significativas [...]. O critério da Associação Nacional de Saúde Mental recomenda o respeito a si mesmo, a autoconfiança, o saber lidar com os medos. (NOVAES, 2000, p.531).

A *intenção* de constituir família precisa ficar *clara* para os operadores jurídicos e para a equipe psicossocial, o que só acontece, na verdade, pela fé nas afirmações dos pretendentes à adoção conjunta nesse sentido e pela aparência em relação à conexão entre os adotantes ou as adotantes, considerando que não há outra forma para que os relatórios judiciais confirmem a estabilidade, a monogamia e a intenção de constituir família.

Trata-se, portanto, de uma fantasia normativa (BUTLER, 2003a) regulatória das práticas da adoção que, nas hipóteses de requerimento conjunto por pessoas do mesmo sexo, o emprego da expressão *relação homoafetiva* atesta e retifica a consideração do Judiciário de que todas as condições mencionadas foram consideradas como atendidas.

Para nós, é possível fazermos referência a um *processo linguístico docilizador* dos sujeitos adotantes na decisão jurídica. Nesse sentido, podemos dizer que, ao tempo em que “homoafetividade” sinaliza o apoio político a demandas sociais de reconhecimento de realidades de vida dos casais do mesmo sexo – e de direitos que operam como condições dessas vidas, dentro de uma ordem político-normativa do Estado brasileiro – é possível discutir sobre a redução e neutralização de uma demanda complexa sobre direitos da sexualidade a uma identificação estratificada de legitimidade pelo critério de um sentimento “legitimador”.

Nesse fluxo, é preciso apresentar, ainda que brevemente, a compreensão de essencialismo estratégico no campo político (SPIVAK *apud* CARVALHO, 2011) que leve em conta o caráter provisional das identificações, sem, com isso, reconduzir as reflexões para as mesmas fórmulas deterministas as quais se buscou confrontar. Desse modo,

seria permanente o problema de toda investigação tender para uma busca positivista que tenta “revelar” a verdade de um sujeito, grupo ou classe, o que gera vastas consequências negativas. Ao invés de tal direção, a autora propõe, dada a irreversibilidade da utilização analítica de certas concepções descritivas com tendências essencializantes, um restrito uso “estratégico” da noção de consciência, tendo em vista sua artificialidade e transitoriedade que, não obstante, pode gerar uma percepção crítica profícua. (CARVALHO, 2011, p.65).

De uma mão, o uso da expressão “homoafetividade” pode representar um dos instrumentos linguísticos próprios de uma medida política – uma espécie de essencialismo político-estratégico disposto, na melhor das intenções, a perfurar a heteronormatividade por meio do argumento do afeto. Por outra, refletindo a partir das advertências em Butler (2003a), não se pode reduzir uma demanda complexa ao reconhecimento do afeto, como se só sexualmente representável, a partir de então, a homossexualidade atingida pelos sentidos de tal sentimento.

Quando o recorte acontece para além da consciência político-estratégica em lutas de identidade hermeticamente fechadas, por vezes reduzidas a reducionismos do discurso da diferença biológica ou comportamental, surgem, então, novas hierarquias, que, segundo Butler (2003a), não somente impõem a distinção entre vidas homossexuais legítimas e ilegítimas, mas elas produzem distinções tácitas entre formas de ilegitimidade. Há, portanto, segundo a autora, um dilema sobre o reconhecimento, pois

[...] de um lado, viver sem normas de reconhecimento provoca sofrimento significativo e formas de “desempoderamento” que frustram as próprias distinções entre as consequências psíquicas, culturais e materiais. De outro, a demanda por reconhecimento, que é uma demanda política muito poderosa, pode levar a novas e odiosas formas de hierarquia social, a uma renúncia apressada do campo sexual, e a novas maneiras de apoiar e ampliar o poder do Estado, se não se institui um desafio crítico às próprias normas de reconhecimento fornecidas e exigidas pela legitimação do Estado. De fato, ao apostar no Estado por reconhecimento, nos restringimos efetivamente ao domínio do que será reconhecível como legítimos arranjos sexuais, fortalecendo, assim, o Estado como a fonte para as normas de reconhecimento e eclipsando outras possibilidades na sociedade civil e na vida cultural (BUTLER, 2003a, p. 21-22).

Desse modo, o problema central sobre a questão do reconhecimento diz respeito às consequências reflexas da nova segmentação entre legítimos e ilegítimos que emerge do processo. Assim, pares considerados presentemente ilegítimos, mas legitimáveis futuramente, passam a ser contrapostos aos pares que, nem considerado o lapso do tempo, poderão ser legitimados na ordem jurídico-normativa.

O que se vê com o dilema butleriano é que certas possibilidades de arranjos/realidades de vida – a exemplo de casais não casados, não monogâmicos etc. – se tornam cada vez mais

negligenciadas, dentro da esfera da política, que reduz um debate complexo às limitações sobre a admissibilidade ou não do casamento homossexual.

Há que se perguntar, primeiramente: A que se presta a recitabilidade do “afeto” no texto da decisão? A hipótese aqui trazida é que o órgão julgador estará, a todo tempo, reforçando a eleição de um discurso em contraposição ao temor da perversão sexual dos adotantes. Por conseguinte, dois momentos específicos – praticamente conexos na sequência de parágrafos – da fundamentação podem ser apontados. O primeiro, na sentença, em que o órgão julgador retoma uma fala do primeiro relatório de convivência, segundo o qual

[...] o que é insubstituível é um olhar sobre a criança, ao mesmo tempo responsável e desejante, **não no sentido de um desejo sexual abusivo**, mas o desejo de que esta criança exista e seja feliz na medida do possível; o desejo que confere um lugar a este pequeno ser, e a responsabilidade que impõe os limites deste lugar. Isto é necessário para que elas obtenham um mínimo de parâmetros, inclusive éticos, para se constituir como sujeitos (TJPE, Processo 001.2007.022128-7, 2008, p.69 – grifos nossos).

A construção adversativa, contrapondo o desejo pela parentalidade e o desejo sexual abusivo é bastante significativa. Em uma adoção conjunta por casal heterossexual, uma construção semântica nesses termos seria plausível? Podemos suspeitar, como se trata de um discurso psicológico, de um certo estranhamento à condição “homoafetiva”, verbalizado em uma expressão impensável na descrição de um desejo de adoção por um casal heterossexual. Em seguida, há uma reprodução direta de um parágrafo do relatório psicossocial:

A família reside em casa própria, bem localizada e bem projetada para acolher bem seus moradores. **Trata-se de uma casa com dois pavimentos sendo que na parte térrea foi adaptado o quarto para as crianças. Na parte superior fica um escritório e a suíte do casal.** A casa é toda contornada com um jardim cujas trepadeiras chegam a atingir a parte superior onde localiza-se uma sacada que tem uma vista maravilhosa (TJPE, Processo 001.2007.022128-7, 2008, p.69 – grifos nossos).

Diante das duas referências, cabe questionar se é mesmo possível afirmar que preocupação com a suposta “intenção perversa”, tratada anteriormente, está superada ou se, na hipótese, há uma preocupação em esclarecer sobre a “não perversão” dos adotantes – o destaque para a construção de “não no sentido sexual abusivo” – como um temor assente que mereça ser advertido aberta e preventivamente, antecedendo a imaginação daquele que realizar a leitura da sentença, inclusive a imaginação do próprio órgão de decisão.

Queremos apontar, ainda, que heterossexualidade não depende do afeto para ser respeitada como irradiação da liberdade e da dignidade dos sujeitos. De igual modo, a adoção

conjunta por casal de pessoas de sexos diferentes não necessita exaurir em repetições a ideia de *afeto* e a expressão *heteroafetividade* parece impensável em termos de práticas sociais e jurídicas.

Parece-nos que o *afeto* e os termos dele derivados e a ele correlatos funcionam, na verdade, como um álibi lexical para concessão de direitos, para que fique claro à sociedade e seus jurisdicionados que a pureza na intenção de duas pessoas do mesmo sexo em constituir família— e não outras intenções escusas — está devidamente *examinada, confirmada e exaustivamente reafirmada* pelos operadores responsabilizados pela prestação jurisdicional nos processos de adoção. Como resultado, a expressão união homoafetiva significa, para nós, um signo de máxima aproximação possível ao casal heterossexual idealizado como próprio de constituir família.

A partir dessa reflexão, somada ao imperativo de não distinção entre filhos biológicos e adotivos, podemos conduzir, portanto, ao exame de certas situações hipotéticas necessárias à compreensão de tais problematizações em torno da exigência de certos *elementos subjetivos* dos pais para que a filiação seja reconhecida social e juridicamente.

A primeira: um homem e uma mulher, heterossexuais, por meio de relação sexual, geram um filho biológico sem o vínculo do casamento, da união estável, sem ânimo de constituir família, sem estabilidade, ostensibilidade, sem o elemento subjetivo que, pretensiosamente, buscam preencher em sentidos a expressão “afeto” entre os pais.

Nesse caso, dificilmente alguém se oporia sobre a possibilidade de essa situação jurídica poder ser dialogada por meio de um denominador comum para o reconhecimento de paternidade e os acordos sobre a partilha da guarda, ajustes em relação à responsabilidade de educação, alimentação e cuidados com essa criança, de modo que a parentalidade, nesse caso, pode e deve ser exercida e negociada com independência ao tipo de vínculo que constitui a relação dos pais.

A segunda: uma mulher adota uma criança por meio de adoção singular, preenchidos todos os requisitos legais e o cumprimento de todas as fases judiciais pertinentes. Com o tempo, consolidada a adoção, a criança estabelece relações constitutivas de parentesco socioafetivo com o seu tio, irmão de sua mãe adotiva, reconhecendo-o e nomeando-o como *pai*. Os irmãos biológicos, por conseguinte, decidem pleitear no Judiciário o reconhecimento de paternidade para que a criança tenha a situação fática e social reconhecida, também, para fins jurídicos, dispostos a cumprir todo o trâmite judicial necessário para a medida.

Que embargos podem ser apontados nesses casos? Por que o exercício de maternidade e paternidade, biológica ou adotiva, intercambiáveis e negociáveis, necessitariam de um

respaldo de práticas afetivo-sexuais dos pretendentes? Em que medida o Estado pode desejar o controle do exercício da sexualidade dos genitores ou dos pretendentes à adoção? E ainda: Que implicações o Estado pressupõe para considerar o melhor ou pior interesse da criança e do adolescente quando problematiza a vida íntima dos adotantes?

O segundo recorte de análise da decisão diz respeito à consideração de uma intrigante “definitividade não patológica” da homossexualidade. Na prática dos órgãos jurídicos, é frequente o uso de paradigmas, dispostos independentemente de qualquer justificativa; na materialidade textual, são precedidos por certos indicadores, tais como “definitivamente”, “é cediço”, “é sabido”, “é indiscutível” “é verdade assente”, entre tantas outras que compõem modos legalistas de afirmar algo determinado, como se autoevidente fosse.

Na decisão em análise, o juiz citou em sua fundamentação um trecho emblemático de Moraes (2000), que ganhou notoriedade nas decisões de diversos Tribunais de Justiça dos Estados após ter sido utilizado, pela primeira vez, em decisão unânime da 7ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul⁶⁸. Segundo a autora,

[...] a partir do reconhecimento da existência de pessoas definitivamente homossexuais, ou homossexuais inatas, e do fato de que tal orientação não configura doença de qualquer espécie – a ser, portanto, curada ou destinada a desaparecer – mas uma manifestação particular do ser humano, considerado, ainda, o valor jurídico do princípio fundamental da dignidade da pessoa, ao qual está definitivamente vinculado todo o ordenamento jurídico, e da conseqüente vedação à discriminação em virtude da orientação sexual, parece que as relações entre pessoas do mesmo sexo devem merecer status semelhante às demais comunidades de afeto, podendo gerar vínculo de natureza familiar (MORAES *apud* TJPE, Processo 001.2007.022128-7, 2008, p.75 – grifos nossos).

Sob qual fundamento o julgador considera que exista condição “inata” de homossexualidade e heterossexualidade? Teria aduzido tal fundamento, pois, dos textos em psicanálise referenciados ao longo da decisão? E ainda, a que se presta tal afirmação nos fundamentos de uma decisão que, supostamente, por seus próprios termos, afirmou que não discutiria, ou, menos ainda, reconheceria direitos advindos de arranjos não heterossexuais?

Há motivos para emprendermos uma recusa a essa consideração. Costa (1992), como clínico, problematiza a teoria psicanalítica e faz-nos recordar que a premissa de existência de um *homossexualismo definido, inato* sujeitou a concepção de *perversão* na práticas psicológicas por um longo período de tempo. Para o autor, Freud deixou-se contaminar pelo

⁶⁸ Trata-se de decisão unânime emitida na Apelação Cível 70013801592 TJ/RS, em 05 de Abril de 2006, que permitiu que um casal de mulheres fosse responsável legalmente por crianças adotadas. O caso ganhou repercussão no Judiciário brasileiro, de modo que, nos anos seguintes, diversos tribunais de justiça – a exemplo de Pernambuco e Goiás – passaram a adotar a construção argumentativa da decisão, reprisando os seus fundamentos para a apreciação do mérito e deferimento de diversos pedidos de adoção conjunta por pessoas do mesmo sexo. Mais informações vide Dias (2011).

discurso psiquiátrico de seu tempo e reprisou, em grande medida, os determinismos que seriam cristalizadas pela Ciência Jurídica e outras áreas do conhecimento.

Segundo Licínio (2013), a crítica de Butler contra a normatividade da categoria “mulher” pode muito bem ser elastecida e trazida para a categoria das lésbicas e dos gays. A crença numa identidade fixa e estável homossexual pode trazer um problema para a representação política e linguística de transexuais e intersexuais, por exemplo.

A tentativa de lutar contra o preconceito, invocando que a homossexualidade seja uma condição natural do ser humano, segundo o autor, encontra um imenso obstáculo na linguagem como instrumento de luta.

Semelhante à advertência de Simone de Beauvoir na célebre consideração “não se nasce mulher, torna-se mulher”, Freire Costa (1992) alerta-nos que a afirmação de uma suposta identidade sexual dos homossexuais significa que a heterossexualidade surge sempre como dominante e por ser o padrão de “normalidade” não é objeto de estudo, afinal de contas, cabe à medicina estudar as doenças. Em passagem irônica, afirma que ninguém procura análise queixando-se de “heterossexualismo”.

Como consequência do pensamento sobre a “natureza”, uma identidade feminina ou uma identidade homossexual definidas *a priori* cujas raízes se encontram na natureza ou na biologia, operam, desse modo, uma distinção entre o mundo da natureza e o mundo da cultura.

Dessa “natureza”, segundo Licínio (2014), se seguiriam diversas qualidades ou propriedades típicas daquelas categorias, como a atribuição do instinto de maternidade, docilidade, passividade e pacifismo às mulheres, ao passo que homossexuais seriam vistos como seres humanos invertidos ou pervertidos, ou, ainda, pessoas em que o sexo mental se dissociou do sexo anatômico. Essa doutrina, de modo geral, é chamada, de acordo com Miskolci (2012), de *realismo de gênero*, também conhecida como *postura essencialista*.

Desse modo, os essencialistas acreditam que existem categorias como homossexualidade, bissexualidade e heterossexualidade, que prescindem da cultura e que tais identidades são inerentes e essenciais aos indivíduos e à própria condição humana. De outra mão, do pensamento antiessencialista surge a teoria do construcionismo social de gênero. O construcionismo social, também denominado *historicismo*,

[...] faz referência ao debate historiográfico iniciado por Michel Foucault, a partir do qual diversos historiadores se dedicaram a compreender como a homossexualidade se desenvolveu em vários momentos históricos diferentes e em culturas diferentes. As conclusões desses pensadores é de que a diversidade de modos de compreender, teorizar, sistematizar e estruturar a sexualidade humana é tão profunda e rica que

qualquer tentativa de forjar um esquema universal, trans-histórico e transcultural está fadada ao fracasso (LICÍNIO, 2014, p. 128)

Ainda segundo o autor, a teoria *queer* consiste justamente numa apropriação radical do debate essencialismo *versus* construcionismo e consiste na formulação de que a sexualidade, o gênero e a orientação sexual são importantes fatores de fragilização das certezas essencialistas, que naturalizam a heterossexualidade. Não por outra razão, os teóricos *queer* – a exemplo de Butler – criticam a normalização retificada por meio do assimilacionalismo heterossexual, que sustenta identidades e expectativas de filiação próprias do modelo heteronormativo.

Trata-se de reflexões, portanto, que dizem respeito, primeiramente, ao questionamento perfurante sobre a plausibilidade de uma “natureza” humana, compreendida a partir do homem modelado como paradigma abstrato e universal, em termos objetivos e a-históricos.

Segundo Butler, há em relação à palavra “natureza” uma indecidibilidade semântica de tal modo que não há um eixo de conotação capaz de reduzi-la a um só ponto de significado, o que se revela paradoxal, pois, precisamente, uma das coisas esperadas da palavra “natureza” é que esta estabeleça, de uma vez por todas, o que é irreduzível e inequívoco na palavra “humana”. Nesse sentido,

[...] a palavra “natureza” excede a palavra “humana” no próprio momento em que é proposto que o que é humano tem uma natureza; no primeiro sentido, a natureza oferece-nos a perspectiva pela qual o humano é um existente entre muitos outros existentes inter-relacionados; por sua vez, no segundo sentido, a natureza é entendida como aquilo que é mais essencial ao humano, insubstituível e necessário. Portanto, aqui já se apresenta um paradoxo – paradoxo que, talvez, se efetiva na sua maneira mais vistosa no pensamento segundo o qual os seres humanos têm uma natureza ou fazem parte de uma natureza (BUTLER, 2007, p.02).

A condição humana, em contrapartida a uma pretensa “natureza”, vincula-se à vulnerabilidade, fragilidade e exposição de uns em relação aos outros. Tal vulnerabilidade em Butler implica, sob o exame do relacional, o dito “natural”, a fim de se falar em condição humana entendida em termos de *relacionalidade* entre seres vulneráveis.

Nesse sentido, a condição humana configura, de acordo com Cavarero e Butler (2007), obrigação ética diante da precariedade da vida, ou, em outras palavras, uma responsabilidade para encontrar as condições em que essa vida frágil possa prosperar.

De outra mão, essa mesma vulnerabilidade é precisamente o que nos torna propensos à violência e também às práticas que nos envolvem na perspectiva da destruição da própria

vida, de modo que, segundo as autoras, a *condição humana* é precisamente esta aposta, uma fissura e um lugar de negociação, com seus acordos e divergências.

Em linhas gerais, uma tensão entre legalidade, sexualidade e liberdade nos debates sobre a homoafetividade. Alguns autores, conforme apresentamos, pontuam a reprodução do discurso essencialista sobre identidades e a conseqüente reconfiguração da relação homossexual nos moldes da identidade hetero, “invisível” e normal. De outra mão, outros apontam o inverso, ou seja, que a heteronormatividade pode ser desestabilizada mediante o reconhecimento de relações entre pessoas do mesmo sexo, seus arranjos familiares e as suas experiências parentais legitimadas pelo Estado – legislador, operador, juiz.

Esse segundo posicionamento, segundo Luz e Gonçalves (2013), compreende que os estudos sobre o “Direito Homoafetivo” não apenas atentam para um desenho familiar, que se torna cada vez mais nítido, como também criam esse desenho. Assim, retomando a ideia apresentada em nosso primeiro capítulo, que a linguagem não apenas descreve, mas cria realidades,

[...] a conjugalidade gay e lésbica tanto constrói esses discursos quanto é construída por eles. E o debate em torno da defesa do reconhecimento jurídico desses casais não parece apontar para um abarcamento da diversidade sexual, como pressupõe Mott (2006), mas para uma apropriação da diversidade sexual pela norma jurídica, assim como uma formatação das relações no interior daquilo que já está definido pelo contrato jurídico do casamento. Amplia-se a noção jurídica de família, incluindo-se as relações homossexuais, ao mesmo tempo em que as submete a uma possibilidade de contrato e a certa possibilidade de exercício da afetividade e da sexualidade (LUZ; GONÇALVES, 2013, p. 08).

Estamos, portanto, diante de uma série de anseios, problematizações sobre família, parentesco, conjugalidade, sexualidade, adoção, judicialização e reconhecimento. Sob o manto da fantasia normativa do humano, discutimos a heteronormalização de arranjos familiares, os jogos linguísticos empregados e uma série de negociações sobre os limites do que é reconhecível, de um lado e tudo aquilo que o desafia e o põe em cheque, de outro.

As discussões a respeito dão maior visibilidade à realidade social, sobre como a sociedade e a Justiça lidam com a diversidade humana e como negociam a conquista de direitos e a extensão da concepção de entidade familiar. Nas considerações de Novaes (2000), é preciso ressignificar as hierarquias institucionalizadas dos papéis sociais estabelecidos culturalmente, deixar emergir a diferença no seu caráter extensivo, de alteridade e abertura para um contingente de arranjos, que não cabem em estereótipos normalizadores.

A perspectiva *queer* para tudo isso recorda-nos que as conseqüências mais sérias são as que decorrem da capacidade de reduzirmos quaisquer desses debates a questões resolvidas.

Não podíamos, num passado recente, paralisar na consideração de que o casamento legitimava a filiação e de que a filiação era sempre biológica; que a monogamia e o casamento medeiam e circunscrevem campo da sexualidade; agora, não podemos mais afirmar outros *sempre*: que os papéis materno e paterno cumprem a derradeira missão do alinhamento binarista entre homem e mulher; que apenas um casal pode adotar conjuntamente; que o parentesco é sempre tido como heterossexual.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente dissertação objetivou realizar uma análise crítica, por meio da teoria *queer*, do tratamento judicial, dispensado à adoção por pessoas do mesmo sexo no Brasil. Por meio de um resgate sobre a afirmação de identidades e os efeitos da heteronormatividade e da bioparentalidade na história da adoção, dedicamo-nos ao estudo de caso tramitado no Tribunal de Justiça de Pernambuco, entre os anos de 2006 e 2007, em que uma adoção singular de duas crianças, irmãs biológicas, converteu-se em adoção conjunta por um casal de homens.

Analizamos a Lei n.4.655/1965, em nosso passado recente e vimos que essa estipulava como requisito para a legitimação adotiva a *inexistência de filhos biológicos*, de modo que se fosse comprovada a *esterilidade* de um dos cônjuges por perícia médica, bem como comprovada a estabilidade conjugal, relativizado estava o prazo mínimo de cinco anos de casados exigido desde o Código Civil de 1916.

Além disso, ainda nesse período, era imposta ao casal heterossexual legitimante a obrigação de manter uma *versão biológica oficial* em relação a essa prática social. Significa dizer que o instituto se baseava na ideia de manter em segredo a adoção e no apagamento da história de vida da criança até então, supondo que, somente sem tais resquícios, seria possível a inclusão mais efetiva da criança na família adotiva.

Não por outra razão, Chaves (1967) explica sobre a legitimação adotiva empregando a expressão *legalização do parto suposto*, visto que se tratava de um instituto cuja preocupação primordial estava fazer esquecer por completo a condição de “estranho” – leia-se, *sem vínculo de sangue* – da criança em relação à família.

Observamos que estudos brasileiros entre os anos 1990 – 2010 na área da adoção de crianças e adolescentes nas últimas duas décadas apontam que a infertilidade ainda é dimensionada, como uma das mais importantes motivações para a busca pela adoção nas Varas de Infância e Juventude. Como significativo para essa reflexão, apresentamos o último questionamento para o requerente à adoção no Tribunal de Justiça de Pernambuco, comum em outros tribunais do país, na parte em que o adotante preenche com os seus dados pessoais: *se é “estéril”* – com as alternativas de resposta “*sim*” ou “*não*”.

Explorando as contribuições analíticas de Mathieu *apud* Uziel (2007a), refletimos que, em um contexto hierarquizado como o nosso, a heterossexualidade e a homossexualidade não são apenas “sexualidades”. Foi preciso nos apropriar-nos de uma heterossexualidade

normativa no parentesco, que nos explica como o equilíbrio ideal entre heterossexuais e homossexuais para os direitos de filiação e adoção esbarram em uma série de atos performativos, que constituem as famílias como se *naturalmente* heterossexuais fossem.

Por meio desta abordagem, foi possível compreendermos como a solicitação sobre uma informação peculiar, a esterilidade, dificilmente é criticada em um cadastro de adoção. Trata-se de uma consideração facilmente camuflável em uma cultura omissa em diversas problematizações dos seus próprios termos de normatização.

Verificamos, inclusive, que a própria omissão do termo *heterossexual* para o parentesco já denota que o mesmo é, *por regra*, heterossexual. Não é preciso denominá-lo *parentesco heterossexual*, basta que se diga *parentesco* e a heterossexualidade será presumida. O que precisa ser esclarecido e nomeado é o parentesco que foge a essa normalização, ou seja, o parentesco gay, lésbico, travesti, transgênero, ou tomando os termos da provocação, *queer*.

Nesse sentido, dissemos que, em que pese a importância da crítica butleriana sobre a não coincidência entre conjugalidade e parentalidade, essa dissociação, se operada a serviço um projeto (hetero)normalizador dos papéis sociais de gênero, pode significar o emprego de uma postura assimilacionista, que legitima poucos e exclui muitos em termos de direitos, empregando termos vagos, tais como “saudável”, “não abusivo”, com o sentido de caracterizar os casais de adotantes como “aceitáveis” pela matriz heterossexual.

Já quanto à compreensão do sentido histórico da criação de identidades, abordamos tanto as denominadas “ondas feministas” quanto os diferentes momentos dos movimentos LGBT. Assim, em termos de experiência ocidental, analisamos que o início dos anos 1990 reservou às feministas um período de *complexificação* dos movimentos, intencionado a desnaturalizar os essencialismos, que adjetivavam o sexo biológico e justificavam a sua opressão.

Nesse fluxo, com a conseqüente formulação do conceito de *gênero*, o movimento feminista abdica-se de produzir uma história, uma psicologia ou uma literatura *pelas mulheres e sobre as mulheres* e passa a analisar a construção social e cultural do *feminino* e do *masculino*, em atenção às formas pelas quais os sujeitos se constituíam e eram constituídos, em meio a relações de poder.

Teixeira Filho (2013) explicou-nos que, ao levar em consideração a categoria *gênero*, o movimento feminista fez-nos pensar como que, por meio da premissa do *parentesco*, a heterossexualidade é entendida como norma. Nesse processo, a mulher/fêmea deveria assumir seu sexo/vagina como condição do feminino/gênero e reconhecer-se nos atributos culturais a

ela estabelecidos, além do que deve desejar e relacionar-se sexualmente com um homem/macho, que também assume seu sexo/pênis e os atributos culturalmente inscritos nesse corpo.

Além disso, segundo o autor, a partir das contribuições de Joan Scott, o movimento feminista compreendeu gênero como *engrenagem* do corpo, significando-o como *estratégia do poder*, da *biopolítica*. Até então, embora o corpo já fosse historicizado, ele ainda era considerado um *dado natural*, uma superfície determinada pela biologia sobre a qual o poder/saber se inscreveria, e a cultura imprimiria a sua narrativa histórica. Justamente sobre este pressuposto de uma biologia fundante, foram dirigidas as críticas de alguns nomes influentes da Teoria *Queer*, conforme estudamos no Capítulo 1.

Quanto ao movimento LGBT, vimos que, inicialmente, os movimentos de liberação sexual recusavam os estereótipos que vinculavam a homossexualidade a uma suposta “patologia”. Para tanto, atuavam no questionamento de padrões socialmente definidos sobre a sexualidade e os arranjos afetivos conjugais, articulado principalmente nas críticas ferozes à monogamia.

Contudo, no começo dos anos 1980, verificamos que, com a emergência e rápida disseminação da AIDS, as propostas mais profundas e radicais de transformação social perderam apelo diante do resgate e da intensificação de diversos pânicos sexuais. Segundo Santos (2012), o movimento homossexual sofre uma mudança radical no seu foco de ação em vários contextos nacionais e passa a trabalhar intensamente com campanhas de prevenção à doença junto à comunidade homossexual.

A partir de então, a mobilização pelos denominados direitos LGBT teve repercussão acentuada em favor de um reconhecimento legal das uniões entre casais homossexuais e um alinhamento pela defesa de direitos civis, com certa aceitação política de uma *essencialização* identitária para essa luta. Conforme problematizamos, trata-se do *essencialismo estratégico* definido por Spivak, que opera a partir da desvalorização de aspectos “marginais” das vivências gays e lésbicas em benefício de objetivos assimilacionistas.

Portanto, a reivindicação do movimento homossexual na política institucional se fortaleceu, em grande medida, pela negação das supostas “questões periféricas” relacionadas à homossexualidade. Como apresentamos desde os primeiros capítulos, o que pareceu necessário foi exatamente questionar, sob uma ótica queer, o modo como indivíduos se tornam normalizados e outros, marginalizados, pondo em cheque a heteronormatividade que mantém os seus efeitos na afirmação da identidade heterossexual.

Observamos que fixar uma identidade como norma implica não percebê-la como uma

identidade, de modo que, segundo Silva (2005), a força homogeneizadora da identidade *normal* é diretamente proporcional à sua invisibilidade. Os processos de *normalização* determinam, por conseguinte, que as identidades são as *outras*, *abjetas*, que assombram a identidade hegemônica, ao tempo em que lhe atribuem o próprio sentido.

Dessa diferenciação depende a realização de um trabalho discursivo, o fechamento e a marcação de fronteiras simbólicas, a produção de efeitos de fronteiras cujo interior requer justamente aquilo que é deixado fora – *o exterior que a constitui*. Como desenvolvemos no segundo capítulo, a homossexualidade e a bissexualidade, por exemplo, são as *outras* em uma realidade em que a heterossexualidade é invisível porque homogeneizante, ou parentesco exercido por casal de pessoas do mesmo sexo é o *outro* em relação ao parentesco heterossexual.

Vimos, também, que tanto o termo *heterossexualidade* quanto o termo *homossexualidade* nasceram para manter uma ordenação social de gênero e erotismo, de modo que os termos constituem uma ética de normatização sexual, uma ideologia político-sexual e uma maneira específica na história de categorizar as relações entre os sexos.

Daí a importância das palavras de Miskolci (2009) sobre a Teoria *Queer* como uma crítica sem sujeito – em língua inglesa, *subjectless* – que foca em um amplo campo de normalização como *locus* de violência social, para as estruturas sociais hegemônicas, que criam sujeitos como normais e naturais, por meio da produção de *outros* perversos ou patológicos.

Podemos dizer, desse modo, que uma das importantes consequências da adoção das reflexões *queer* em nosso trabalho foi justamente introduzirmos a crítica dos processos normalizadores, que resultam na criação das identidades e sujeitos subordinados. Esse procedimento metodológico *queer* auxiliou-nos na tentativa de rompermos, dentro das nossas limitações, com algumas tendências sociológicas que, ao invés de colocar em xeque forças sociais, terminam por corroborá-las.

Nesse fluxo, as discussões sobre a conjugalidade entre pessoas do mesmo sexo – inclusive a maneira como foi abordada pelo caso concreto – ofereceram para nós um campo em que as lutas simbólicas em que são depositadas algumas das importantes ambivalências exploradas pela teoria *queer*.

Iniciamos pelas advertências de Roudinesco (2003), que evoca um *desejo de normalização*, que altera a sua localização política. Em seguida, ainda nos dois primeiros capítulos, trouxemos a problemática nos termos de Butler (2003a), que dizem respeito às

consequências reflexas da nova segmentação entre legítimos e ilegítimos, que emerge do processo.

Nas palavras da autora, se mantido o processo pelo qual alguns indivíduos se tornam normalizados e outros, marginalizados, reitera-se o regime de verdade estabelecido pelo casamento, de modo que pares considerados presentemente ilegítimos, mas legitimáveis futuramente, passam a ser contrapostos aos pares que, nem considerado o lapso do tempo, poderão ser legitimados na ordem jurídico-normativa.

Desse modo, a par do argumento sobre a estratégia para reconhecimentos do direito à parentalidade, a busca pelo reconhecimento legal de famílias formadas por casais gays e lésbicos corresponde, para alguns críticos, a uma *retificação* da entidade familiar nuclear heterossexual como modelo.

Ao colocar em cheque a heterossexualidade normalizadora do parentesco, Butler (2003a) alerta-nos que certas possibilidades de arranjos/realidades de vida – a exemplo de casais não casados, não monogâmicos – se tornam cada vez mais negligenciadas, dentro da esfera da política, que reduz um debate complexo às limitações sobre a admissibilidade ou não do casamento entre pessoas do mesmo sexo. Contudo, essas críticas, segundo Santos (2011), não levam a autora a deixar de lado a importância de garantir a legitimidade e direitos aos casais homossexuais e aí estaria o “dilema” do casamento gay.

Dissemos também que o reconhecimento formal/jurídico de arranjos familiares constituídos por pais gays e lésbicas ganhou maior visibilidade a partir dos anos 1990, com o ultimato das decisões jurídicas do STF no ano de 2011. Uziel (2007) dirá que, a questão da *parentalidade* tem sido a grande dificuldade, no Brasil, para a concessão plena de direitos a casais compostos por pessoas do mesmo sexo.

Propomo-nos a refletir sobre o que se pode reconhecer, naquele cenário, como efeitos hierarquizantes da denominada matriz bioparental e heterossexual na cultura da adoção, questões próprias da interdisciplinaridade que mereceram, nesta pesquisa, algumas reflexões mais extensamente apresentadas.

Surgiu, assim, a expectativa de aprofundarmos a temática da adoção e acolhermos a hipótese de que os embargos aos adotantes e adotados compõem uma cultura de adoção engessada pelos efeitos da parentalidade heteronormativa e da bioparentalidade.

A atenção devida às discussões *macropolíticas* – a oposição binária heterossexual *versus* homossexual, a *identidade homossexual*, os discursos sociais e o emprego da expressão *homoparentalidade* – não dispensaram um enfoque *micropolítico* sobre como se opera a

expectativa sobre o casal formado por pessoas do mesmo sexo para reproduzir o modelo de família hegemônico.

Nesse sentido, com o intuito de atendermos ao máximo a proposta de interdisciplinaridade desta pesquisa, abordarmos também a maneira pela qual se dá a compreensão de *intimidade* do casal no processo judicial, o discurso reiterado sobre responsabilidade e preocupação com a homofobia, a movimentação entre os atores sociais da terminologia *afeto* etc.

Ao adentrarmos em nossos capítulos de análise, verificamos que uma aceitabilidade inovada sobre entidade familiar se inaugurava naquele tribunal, por força de um simples aditamento da petição inicial, que converteu a adoção singular em adoção conjunta. O segundo relatório psicossocial grifou a *legitimidade* de uma parte interessada *não convencional* para exames de mérito em processos judiciais de adoção, qual seja, um segundo requerente à adoção do mesmo sexo biológico declarado pelo primeiro requerente.

Naquele momento, compreendemos que a adoção por pessoas do mesmo sexo opera efeitos jurídicos e sociais transcendentais às suas dimensões locais. Quando se considera a adoção uma realidade possível para os que não gerariam filhos biológicos por motivos alheios à impossibilidade de gerá-los por meio de conjunção carnal – por exemplo, por serem irmãos que pretendem adotar conjuntamente ou por se tratar de um casal homossexual – a família ganha em termos de vencer determinismos biológicos, os sujeitos superam fronteiras em termos de categorizações e essencialismos e olhar a partir dos direitos humanos, nessa prática, ganha uma dimensão diferenciada.

Tornou-se, então, possível afirmar, finalmente, que a adoção não corresponde a uma muleta emocional ou social para a conjugalidade heterossexual impossibilitada de algum modo de procriar, embora esse tipo de conjugalidade também possa encontrar na adoção um caminho para diferentes constituições familiares.

Contudo, não era possível, àquela altura, encerrarmos as nossas análises pelo reconhecimento da importância da aprovação judicial do caso de biparentalidade entre dois homens. Foi preciso interrogarmos em que termos o casal foi *normalizado* para fins desse reconhecimento.

Nesse sentido, observamos como os relatórios psicossociais e as falas dos requerentes produzem discursivamente a estilização de um cotidiano tranquilo e reservado, a ocupação social *aceitável* do espaço na microgeografia daquela família, onde o relacionamento familiar pode se afirmar como legítimo em uma territorialidade heterossexual e nuclear, bem diferente daquela experimentada em lugares cujas demarcações são produzidas pelo critério da

hipersaturação do desejo social homoerótico – os chamados *guetos*, nas palavras de Paiva (2007).

Além disso, grifamos que a constante necessidade dos requerentes em demonstrar responsabilidade parece corresponder, segundo Garcia et al (2007), a uma estratégia de defesa frente a uma possível atribuição social de irresponsabilidade pelo fato de serem simultaneamente *pais* e *gays*, situação também observada nos estudos brasileiros conduzidos por Souza (2005).

Desse modo, reiterados empreendimentos linguísticos dirigiram-se para a desmistificação do homoerotismo da linguagem como estratégia “estabilizadora”. Assim, os requerentes, ao tematizarem sua orientação sexual, reforçavam constantemente uma espécie de “promessa de bom comportamento” e responsabilidade, algo reproduzido pela própria descrição da equipe técnica, ainda mais incisiva na produção desses discursos.

Na observação de Tarnovski (2004), em sintonia com as nossas análises do caso em estudo, aqueles identificados como homossexuais parecem ter que provar mais rigorosamente as suas competências parentais, sob pena de serem desautorizados por referência à sua sexualidade. Compreendemos que, quando a homossexualidade entra em cena, a presumida aptidão para educar filhos – *todos são considerados aptos até que se prove o contrário* – dá lugar à instauração de um movimento reflexivo em direção à paternidade – *prove ser capaz*.

Observamos que as diversas categorias – *equilíbrio emocional, disponibilidade afetiva, estabilidade e ostensividade* – quanto mais recitadas e performativas, mais esclarecem sobre as fantasias de atemporalidade, normalização e estruturação, que satisfazem, em determinado momento no tempo e no espaço, o pensamento e o convencimento de uma comunidade, de uma sociedade, de um órgão judicial, mas podem, portanto, ser problematizadas, questionadas sobre as suas fundações e os seus desdobramentos.

Abordamos a expressão *pai assumido, mas sem bandeira*, utilizada por Tarnovski (2004) um importante demarcador entre a *verdade* e o recato. Explicamos que a expressão “dar bandeira” está associada a uma exposição pública excessiva, comumente relacionada com a utilização de signos de feminilidade ou “maneirismos”. Assim é que a figura da “bandeirista” personifica tais atitudes e, não por acaso, é flexionada no feminino.

Evitando maiores exposições, o casal, conforme verificamos, mantém uma postura discreta, uma economia – no sentido econômico de poupar, fazer uma reserva – de *intimidade*, algo que lhe possibilita uma fluidez de movimentação nas microrredes relacionais de que participam.

Observamos que os adotantes sentiram, portanto, a necessidade de desfrutar uma vida comum, apelando a esses posicionamentos de respeito, de moderação e de seriedade, como forma de negociar favoravelmente à adoção a sua situação concreta.

Foi preciso que desconfiássemos da facilidade em condicionar as expressões da sexualidade ao *afeto*, bem como da repetição exaustiva da “linguagem afetiva” para caracterizar tais entidades.

Vimos que, no Brasil, o denominado Direito Homoafetivo, a fim de argumentar que as uniões entre pessoas do mesmo sexo não se reduziam a simples contratos de natureza patrimonial, mas sim relações de amor, confiança, estabilidade e reciprocidade, empreendeu uma linguagem específica na defesa judicial e doutrinária da diversidade de famílias.

Como efeito dessa arriscada manobra, podemos dizer que a denominação “uniões homoafetivas” corresponderam a uma tentativa de igualar, no imaginário popular e jurídico, uma concepção de relação tal como ocorre no *sempre presumido* nas relações heterossexuais: indivíduos ligados pelo ânimo de permanecerem juntos pelos ditames do amor.

Em nosso quarto capítulo, analisamos, por conseguinte, algumas passagens significativas para problematizarmos essa estratégia, com a reprodução de diversas passagens que traziam consigo os termos *afeto*, *afetividade*, *uniões homoafetivas*, *famílias homoafetivas*, universo homoafetivo, entre outras. Verificamos que tal manobra, mais do que simplesmente terminológica, diz respeito à apropriação do afeto – que já há algum tempo, conforme vimos, embasa a lógica jurídica da família com vistas ao reconhecimento jurídico – nas relações entre pessoas do mesmo sexo. O referido termo aparece em todo o processo judicial, porém sem maiores justificativas.

Essa escolha parece denotar não apenas a disseminação da estratégia, mas também a crescente visibilidade do modelo conjugal e modelo de parentesco/filiação que ele pressupõe. A palavra, por conseguinte, não surge do acaso: o seu emprego intencional reflete as disputas discursivas, que estão sendo travadas no interior do debate sobre a legitimidade jurídica de certa conjugalidade e parentalidade em relação a outras que, mais distantes da *normalização*, não alcançarão os mesmos reconhecimentos.

Observamos que os adotantes diferenciavam-se sutilmente, afirmando que o requerente “A” era mais carinhoso e paciente – leia-se, mais *maternal* –, ao passo que o requerente “B” era mais sério e seguro – leia-se, mais *paternal* –, embora ambos fossem representados, reiteradamente, como pessoas calmas, estáveis, amorosas e responsáveis.

Desse modo, o processo de normalização acompanhou uma espécie de *feminilização e docilização* dos adotantes, embora tal processo, mesmo ainda mais intensificado sobre a

descrição das características do requerente A, não tenha satisfeito plenamente a expectativa de uma presença *feminina* no espaço doméstico para a “formação da identidade das crianças”.

Cabe retomarmos que um dos principais alvos de Butler é como o feminismo pode prestar-se ao papel de justamente afirmar e confirmar a categoria "mulher". Trata-se de uma crítica imanente e interna ao movimento, com o objetivo de questionar as formas convencionais de feminismo, buscando a desestabilização das malhas problemáticas do conceito de gênero.

Trouxemos também para a análise a consideração em Butler (2003b), segundo a qual a presunção de coerência ou a unidade interna de qualquer dos gêneros, homem ou mulher, exige uma heterossexualidade tão afirmada quanto *oposicional*. Trata-se, segundo a autora, de uma heterossexualidade institucional que exige e produz, a um só tempo, a univocidade de cada um nos termos marcados pelo gênero, que constituem o limite das possibilidades de gênero no interior do sistema de gênero binário oposicional.

Em uma sociedade fundada no parentesco heterossexual e nas fronteiras ainda reforçadas entre categorias *homem* e *mulher* de sujeitos de direitos – normatizadas, nesses termos, pela Constituição e pela sociedade – a empregada doméstica contratada pelo casal adotante, embora não tenha sido entrevistada em nenhuma oportunidade pelo NAEF ou ouvida em juízo, figurou no relatório psicossocial como um elemento facilitador para a aceitação de uma família não fundada na diferença sexual.

Desse modo, a afirmação da necessidade – ou melhor, a *carência* – de uma identidade feminina *dentro de casa* para as filhas de um casal homossexual formado por dois homens resgatou-nos, enquanto contexto social, a instituição de uma heterossexualidade normativa e naturalizada que, segundo Butler (2003b), exige e regula o gênero como uma relação binária em que o termo masculino diferencia-se do termo feminino.

Parece-nos que a homossexualidade *não faz parte da família*, não é um elemento a mais e sim um fator externo que, por não acrescentar a diferença sexual, para ser admitido, é convocado a prometer repetidamente a sua responsabilidade, estabilidade e saúde mental.

A todo o tempo, a impossibilidade de distinguir com a pureza idealizada entre papéis e funções simbólicas em casais heterossexuais é ignorada. Diversos arranjos familiares compostos por pais e mães heterossexuais contam *outras* histórias a respeito da performatividade de gênero que os constituíram, apostando a negociação de atribuições e distribuição de responsabilidades de maneira experimental e autônoma em relação a outras entidades familiares.

Além disso, podemos considerar a falta de uma compreensão menos abrangente sobre as contingências da vida: do mesmo modo que um casal heterossexual não anula a diversidade de gênero e práticas sociais na sociedade em que está inserido, um casal de pessoas do mesmo sexo também não faz desaparecer as demais formas de arranjo familiar, inclusive as próprias experiências fundadas na diferença sexual não são ameaçadas por sua existência.

As crianças não ficam, portanto, circunscritas ao universo familiar mais próximo. Nas suas interações e nos seus diferentes espaços de sociabilidade, terão oportunidade de conhecer e experimentar vivências plurais, histórias de outras crianças e adolescentes tutelados por avôs ou avós, tios, irmãos, primos, denominados ou não “pais” e “mães”; com mães e pais solteiros, conviventes, casados, divorciados; com famílias biológicas – sempre reafirmadas pela responsabilidade na vida em sociedade – e/ou adotivas; em famílias anaparentais, monoparentais, biparentais ou pluriparentais; com nenhuma, uma, duas ou mais mães e/ou com nenhum, um, dois ou mais pais. É para a capacidade *queer* de recusa a determinismos e preconceitos e de assimilação do respeito à diversidade e à consideração ao próximo que elas devem ser educadas.

REFERÊNCIAS

AMÂNCIO, Dayse. “**Aqui a gente administra sentimentos**”: famílias e Justiça no Brasil contemporâneo. 2010. 252f. Tese (Doutorado em Antropologia). Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós Graduação em Antropologia, Recife, 2010.

BORDALLO, Gaudino Coelho. Adoção. In MACIEL, Kátia Regina Ferreira Lobo Andrade (Coord.). **Curso de Direito da Criança e do Adolescente: aspectos teóricos e práticos**. 6.ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: Pedagogias da sexualidade**. 2. ed. Belo Horizonte, MG: Autêntica, p.151-172,2000.

_____. O parentesco é sempre tido como heterossexual? **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 21, p. 219-260, 2003a.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003b.

_____. Desdiagnosticando o gênero. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.1, n. 19, p.95-126, 2009.

_____. A filósofa que rejeita classificações (entrevista). **Revista Cult**, São Paulo, n.185, nov. 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**: promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 11 fev. 2015.

_____. **Lei nº 8.069**, 13 de jul. 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em: 12 dez. 2014.

_____. Conselho Nacional de Justiça. Aumenta número de adotantes indiferentes a raça de crianças. Notícias. 03 jan.2013. Disponível a partir de: <<http://www.cnj.jus.br/>>. Acesso em 18. dez. 2014.

_____. Conselho Nacional de Justiça. Cadastro Nacional de Adoção é Lançado em Pernambuco. Notícias. 08 mai.2013. Disponível a partir de: <<http://www.cnj.jus.br/>>. Acesso em 28 dez. 2014.

_____. **Lei 12.955**, 05 fev. 2014. Acrescenta § 9º ao art. 47 da Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/12955.htm>. Acesso em: 12 dez.2014.

_____. Conselho Nacional de Justiça. Cadastro Nacional de Adoção: Palestra. Notícias. 08 mai. 2014. Disponível a partir de: <<http://tjsp.nucleomedia.com.br/>>. Acesso em 18 dez. 2014.

_____. Supremo Tribunal Federal. Ação Direta de Inconstitucionalidade 4.277/DF, 05 mai. 2011. Acesso a partir de: <edir.stf.jus.br>. Acesso em 19 dez.2014.

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana. Políticas sexuales y derechos sexuales en Brasil: estudio de caso. In. PARKER, Richard; PETCHESKY, Rosalind; SEMBER, Robert (Org.). **Políticas de Sexualidad**: reportes desde la línea del frente. Fundación Arcoiris por el Respeto a la Diversidad Sexual, Mexico, p.27-56, 2008.

CARVALHO, Bruno Sciberras de. Subalternidade e possibilidades de agência: uma crítica pós-Colonialista. **Revista de Estudos Políticos**, n.3, p.65-69, 2011.

CAVARERO, Adriana; BUTLER, Judith. Condição humana contra "natureza". **Revista de Estudos Feministas**, v. 15, n. 3, p. 650- 662, 2007.

CHAVES, Antônio. A legitimação adotiva, forma mais avançada de integração de crianças abandonadas ou expostas, em lares Substitutos. Diferenças, inconvenientes e vantagens com referência à Adoção. **Revista da Faculdade de Direito da USP**, v.62, n.2, p.335-346, 1967.

COSTA, Liana Fortunato, et al. As competências da psicologia jurídica na avaliação psicossocial de famílias em conflito. **Psicologia Social**, Florianópolis, v. 21, n.2, p. 233-241, ago. 2009.

COSTA, Rosely Gomes. **Concepções sobre maternidade entre mulheres que buscam tratamento para esterilidade**. 1195. 183f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1995.

_____. Reprodução e gênero: paternidades, masculinidades e teorias da concepção. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v.10, p. 339-356, 2002.

CORREA, Sonia. Cruzando a linha vermelha: questões não resolvidas no debate sobre direitos sexuais. **Horizontes antropológicos**, Porto Alegre, v. 12, n. 26, p.101-121, 2006.

CUNHA PEREIRA, Rodrigo. Filiação legítima. **Revista da Faculdade de Direito da USP**, São Paulo, v.73, p. 249-272, 1978.

_____. Princípio da Afetividade. In DIAS, Maria Berenice (Coord.). **Diversidade Sexual e Direito Homoafetivo**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, p. 193-198, 2011.

DERRIDA, Jacques. **Limited Inc**. Tradução de: Constança Marcondes Cesar. Campinas: Papyrus, 1991.

FERREIRA, Márcia Porto Ferreira; CARVALHO, Sônia Regina. **1º Guia oficial de adoção de crianças e adolescentes do Brasil**: novos caminhos, dificuldades e possíveis soluções. São Paulo: Winners Editorial, 2000.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso. Tradução de:** Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____. **A história da sexualidade:** vontade de saber. Tradução de: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2005.

GARCIA, Marcos Roberto Vieira; WOLF, André Guimarães; OLIVEIRA, Eliane Vieira; SOUZA, Janaína Tizeo; GONÇALVES, Luana de Oliveira; OLIVEIRA, Mariana de. “Não podemos falhar”: A busca pela normalidade em famílias homoparentais. In: GROSSI, Miriam; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz (Orgs.). **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis.** Rio de Janeiro: Garamond Universitária, p. 227-300, 2007.

GUARESCHI, Neusa Maria de Fátima; STRENZEL, Janaína Cláudia; BENNEMANN, Thais. Quem está apto? A prática da adoção e marcadores identitários. **Aletheia**, São Paulo, n. 25, p. 163-176, 2007.

GOMES, Mayra Rodrigues. Avatar: Entre utopia e heterotropia. **Revista Matrizes**, São Paulo, n. 2, p. 35-49, 2010.

GONÇALVES, Marcus Vinicius Rios Gonçalves. **Novo Curso de Direito Processual Civil:** teoria geral e processo de conhecimento. 7. ed., São Paulo: Saraiva, 2010.

GRANJEIRO, Ivonete Araújo; COSTA, Liana Fortunato. O estudo psicossocial forense como subsídio para decisão judicial na situação de abuso sexual. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v.24, n.2, p.161-169, 2008.

GREEN, Adam Isaiah. Queer Theory and Sociology: Locating the Subject and the Self. In: **Sociological Theory**. Toronto, v. 25, p.26-45, 2007.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença:** A perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 103-133, 2005.

JÚNIOR, Enézio de Deus Silva. Diversidade sexual e suas nomenclaturas. In: DIAS, Maria Berenice (Coord.). **Diversidade Sexual e Direito Homoafetivo.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, p.97-115, 2011.

LICÍNIO, José Holanda. **Uma crítica queer ao tratamento jurídico do casamento igualitário e da mudança de sexo no Brasil.** 2014.142f. Dissertação (Mestrado em Direito). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer: uma política pós-identitária para a educação. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.9, n.2, p. 541-553, 2001.

_____. Uma sequência de atos. **Revista Cult**, São Paulo, n.185, p. 31-34, 2013.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

LUZ, Rafael Reis; GONÇALVES, Hebe Signorini. Heterossexualização das relações homoafetivas: uma realidade para se alcançar a aceitação? **Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero**, Florianópolis, p. 51-72, 2013.

MACÉA, Clarissa Marcondes. Direito Constitucional – controle de constitucionalidade. In GONZAGA, Alvaro de Azevedo; ROQUE, Nathaly Capitelli (Orgs.). **Vade Mecum Jurídico**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, p. 23-31, 2011.

MARIANO, Silvana Aparecida. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.13, n.3, p. 483-505, 2005.

MARCÍLIO, M. L. **História social da criança abandonada**. São Paulo: Hucitec, 1998.

MAUX, Ana Andréa Barbosa; DUTRA, Elza. A adoção no Brasil: algumas reflexões. **Revista de Psicologia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, Ano 10, n.2, p. 356-372, 2010.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n.3 p. 809-840, 2008.

MELLO, Luiz. **Novas Famílias: conjugalidade homossexual no Brasil Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005a.

_____. Outras famílias: A construção social da conjugalidade homossexual no Brasil. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 24, p.197-225, 2005b.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 22, p.101-128,2007.

_____. A Teoria *Queer* e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, Ano 11, n. 21, p.150-182, 2009.

_____. Não ao sexo rei: da estética da existência foucaultiana à política *queer*. In: L. A. Souza, T. T. Sabatine, & B. R. Magalhães (Eds.). **Michel Foucault: Sexualidade, corpo e direito**. Marília, SP: Oficina Universitária Cultura Acadêmica, p. 47-68, 2011.

_____. Crítica à hegemonia heterossexual. **Revista Cult**, São Paulo, n.193, p.33-35, out. 2014.

MORAES, Maria Celina Bodin. A união entre pessoas do mesmo sexo: uma análise sob a perspectiva civil-constitucional. In: RTDC: **Revista Trimestral de Direito Civil**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 95 e 96, 2000.

MORIS, Vera Lúcia. **Preciso te contar?** Paternidade homoafetiva e revelação para os filhos. 2008. 222f. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica). Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

NETTO LÔBO, Paulo Luiz. Entidades familiares constitucionalizadas: para além do *numerus clausus*. In: CUNHA PEREIRA, Rodrigo da (Coord.). **Anais do III Congresso Brasileiro Família e Cidadania**, Belo Horizonte: Del Rey, p. 89-107, 2002.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v.8, n.2, p. 9-41, 2000.

PAIVA, Antônio Saraiva. Reserva e invisibilidade: a construção da homoconjugalidade numa perspectiva micropolítica. In: GROSSI, Miriam; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz (Orgs.). **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro, RJ: Garamond Universitária, 2007, p. 23-46.

PALMA, Yáskara Arraial. **Mamãe e...mamãe?** apresentando as famílias homomaternais. 2011. 117f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Faculdade de Psicologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

PEREIRA, Tânia da Silva; DECCACHE, Lúcia Cristina Guimarães. O Melhor Interesse da Criança e do Adolescente como critério de fixação de competência. **Publicações doutrinárias do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, p.01-15, 2008.

PEREIRA, Paulo José. **Adoção: realidade e desafios para um Brasil do Século XXI**. 2012. 203f. Tese (Doutorado em Demografia). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2012.

PERNAMBUCO. Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco. **Processo 001.2007.022128-7**, 2ª Vara da Infância e Juventude da Capital, D.J. 26.09.2008.

_____. Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco. **Requerimento de inscrição para adoção**, 2014.

PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila (Org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: IFCH-Unicamp, p.07-42, 2002.

QUINTAS, Maria de Fátima de Andrade. **A Mulher e a Família no Final do Século XX**. Recife: Fundaj, Editora Massangana, 2005.

ROUDINESCO, Elizabeth. **A família em desordem**. Tradução de: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

RODRIGUES, Carla. Performance, gênero, linguagem e alteridade: J. Butler leitora de J. Derrida. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, Rio de Janeiro, n.10, p.140-164, 2012.

RODRIGUEZ, Brunella Carla. **A representação parental de casais homossexuais masculinos**. 2012. 107f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

ROQUE, Nathaly Capitelli. Direito Processual Civil – recursos em espécie. In GONZAGA, Alvaro de Azevedo; ROQUE, Nathaly Capitelli (Orgs.). **Vade Mecum Jurídico**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, p. 308-313, 2010.

RUBIN, Gayle. **O tráfico de mulheres**: notas sobre a "economia política" do sexo. Tradução de: Christine R. Dabat. Recife: S.O.S. Corpo, 1993.

SALIH, Sarah. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

SANTOS, Ebe Campina dos; PEREIRA, Vera Lucia. Gênero e poder na longa trajetória pelo reconhecimento dos direitos da mulher no Brasil. **Revista de Direito da Unigranrio**, Rio de Janeiro, v.1, n.21, p.10-33, 2008.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. **Cidadania e Direitos Sexuais**: um estudo comparativo do reconhecimento legal das uniões entre pessoas do mesmo sexo no Brasil e na África do Sul. 2011. 269f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

SCHWADE, Elisete. Heterossexualidade compulsória e *continuum* lesbiano: diálogos. **Revista Bagoas**, Natal, n.5, p.17-31, 2010.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20 n. 2, p. 71-99, 1995.

_____. Igualdade *versus* diferença: os usos da teoria pós-estruturalista. **Debate Feminista**, São Paulo: Cia. Melhoramentos, p. 203-222, 1999.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. Tradução de: Plínio Dentzien. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p.19-54, 2007.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença**: A perspectiva dos Estudos Culturais. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, p. 73-102, 2005.

SILVA JÚNIOR, Enézio de Deus. Diversidade sexual e suas nomenclaturas. In: DIAS, Maria Berenice (Org.). **Diversidade e sexual e Direito Homoafetivo**. São Paulo, Revista dos Tribunais, p. 97-115, 2011.

SOUZA, Érica Renata de. Intersecções entre homossexualidade, família e violência: relações entre lésbicas na região de Campinas (SP). **Revista de Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 15, n. 2, p. 297-308, 2012.

SOARES, Juliana Pereira. **A recepção do instituto da adoção no direito civil brasileiro**. 2012. 185f. Dissertação (Mestrado em Direito). Faculdade de Direito, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

STRATHERN, Marilyn. Necessidade de pais, necessidade de mães. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 303-329, 1995.

STAMFORD DA SILVA, Artur. Decisão jurídica e mudança social. Para uma Sociologia da Decisão Jurídica. **Revista Confluências**, Rio de Janeiro, PPGSD, n.11, p. 121-150, 2010.

TARNOVSKI, Flávio Luiz. “Pai é tudo igual?”: Significados da paternidade para homens que se autodefinem como homossexuais. In: PISCITELLI, Adriana; GREGORI, Maria Filomena; CARRARA, Sérgio (Orgs.). **Sexualidade e saberes: convenções e fronteiras**. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, p. 385-415, 2004.

TEIXEIRA FILHO, Fernando da Silva. Os segredos da adoção e o imperativo da matriz bioparental. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 241-261, 2010.

_____. **Psicologia e Teoria Queer: das identidades aos devires**. 2013. 204f. Tese (Livre Docência em Psicologia). Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2013.

TORRES, Luiz Henrique. A Casa da Roda dos Expostos na Cidade do Rio Grande. **Revista Biblos**, Rio Grande, n. 20, p. 103-116, 2006.

UZIEL, Anna Paula. **Família e homossexualidade: velhas questões, novos problemas**. 2002. 264f. Tese (Doutorado em Antropologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 2002.

_____. **Homossexualidade e adoção**. Rio de Janeiro, Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2007a.

UZIEL, Anna Paula; GROSSI, Miriam. Parceria Civil e homoparentalidade: o debate francês. In: GROSSI, Miriam; UZIEL, Anna Paula; MELLO, Luiz (Orgs.). **Conjugalidades, parentalidades e identidades lésbicas, gays e travestis**. Rio de Janeiro, RJ: Garamond Universitária, p. 23-46, 2007b.

VIANNA, Adriana; LACERDA, Paula. **Direitos e políticas sexuais no Brasil: o panorama atual**. Rio de Janeiro: CEPESC, 2004.

ZAMBRANO, Elizabeth. Parentalidades “impensáveis”: pais/mães homossexuais, travestis e transexuais. **Revista Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n.26, p.123-147, 2006.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. **Curso Avançado de Processo Civil: Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento**. 12. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença: A perspectiva dos Estudos Culturais**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, p.07-72, 2005.